Terceiro Mundo

Em Defesa da Revolução Africana

FRANTZ FANON



ripado por
Coletivo
Fanon



TERCEIRO MUNDO

Frantz Fanom

Em defesa da revolução africana

LIVRARIA SÁ DA COSTA EDITORA

LIVRARIA SÁ DA COSTA EDITORA
Augusto Sá da Costa, Lda.
Rua Garrett, 100-102
1294 Lisboa Codex

Título original: *Pour la révolution africaine*

1.ª edição portuguesa, 1980
Tradução de Isabel Pascoal, revista pelo editor
Capa de José Cândido

Impresso em Portugal

Índice

Nota do editor p. 1

Primeira parte: O colonizado

1. O «síndroma norte-africano» p. 7
2. Antilhanos e Africanos p. 21

Segunda parte: Racismo e cultura

Terceira parte: Pela Argélia

1. Carta a um francês p. 51
2. Carta ao Ministro Residente (1956) p. 57

Quarta parte: A caminho da libertação da África

1. Decepções e ilusões do colonialismo francês p. 63
2. A Argélia perante os torcionários franceses p. 71
3. A propósito de uma defesa p. 81
4. Os intelectuais e os democratas franceses perante a Revolução Argelina p. 85
5. Nas Antilhas, nascimento de uma nação? p. 101
6. O sangue do Maghreb não correrá em vão p. 111
7. A farsa que muda de campo p. 117
8. Descolonização e independência p. 121
9. Uma crise contínua p. 129
10. Carta à juventude africana p. 137
11. Verdades primeiras a propósito do problema colonial p. 145
12. A lição de Cotonou p. 153
13. Apelo aos Africanos p. 159
14. Consequências de um plebiscito em África p. 163
15. A guerra da Argélia e a libertação dos homens p. 173

16. A Argélia em Accra p. 181
17. Accra: a África afirma a sua unidade e define a sua estratégia p. 185
18. As tentativas desesperadas de Debré p. 191
19. Furor racista em França p. 197
20. O sangue corre nas Antilhas sob dominação francesa p. 201
21. Unidade e solidariedade efectiva são as condições da libertação africana p. 205

Quinta parte: Unidade Africana

1. Esta África futura p. 213
2. A morte de Lumumba: Podíamos ter agido de outro modo? p. 229

Nota do editor

Os textos políticos de Frantz Fanon publicados neste volume correspondem ao período mais activo da sua vida, desde a publicação de Peau noire, Masques blancs *em 1952 — tinha então 28 anos — até à de* Les damnés de la terre *em 1961, que acabaria por coincidir, apenas com a diferença de alguns dias, com a data da sua morte.*

Na sua maior parte, estes textos não são inéditos. Foram publicados em diversas revistas e periódicos de que, na devida altura, damos a referência e a data. Mas, dispersos, eram difíceis de encontrar. Sobretudo os de El Moudjahid *são hoje inacessíveis, e, mesmo no seu tempo, só foram conhecidos por uma parte restrita de público.*

Assim, reunidos por ordem cronológica, estes textos fazem ressaltar uma unidade particularmente viva. Marcam as sucessivas etapes de um mesmo combate, que evolui e se alarga, mas cuja finalidade e cujos meios foram vistos e se fixaram desde o início. Os três livros publicados até agora forneciam-nos três análises cristalizadas em momentos precisos da evolução de Frantz Fanon. Os textos que se seguem são um fio condutor mais quotidiano, o itinerário de um pensamento em contínua evolução, que se vai constantemente alargando e enriquecendo, permanecendo no entanto sempre fiel a si próprio.

Os dois primeiros artigos, «O Síndroma Norte-Africano» *e* «Antilhanos e Africanos», *publicados em 1952 e 1955, podem marcar as primeiras etapes. Nessa altura, Frantz Fanon tinha terminado os seus estudos de psiquiatria: pôde, assim, por um lado, dar conta cientificamente, através da sua experiência médica quotidiana, da situação do colonizado; e, por outro lado, tinha historicamente vivido essa situação, vivia-a ainda, ela era para ele uma experiência pessoal que podia igualmente julgar de dentro. Tendo decidido afastar-se simultaneamente do «grande erro branco» e da «grande miragem*

negra», traça uma via nova, revolucionária; ocupa uma posição privilegiada por ter posto a questão do colonizado e por tê-la resolvido: a consciência que tem disso, a clareza da sua visão, reforçam a dureza do seu empenhamento.

Frantz Fanon escolhe fazer clínica na Argélia, país por excelência do colonialismo, para viver e lutar entre colonizados como ele. O tema é retomado e alargado em «Racismo e Cultura», *conferência proferida em 1956 no I Congresso dos Escritores Negros. Desta vez, a análise torna-se mais aguda, a crítica radical, o compromisso aberto e preciso. O seu diagnóstico do racismo que* «não é uma descoberta acidental» *mas* «se insere num conjunto caracterizado, o da exploração de um grupo de homens por outro» *implica uma só solução:* «O fim lógico desta vontade de luta é a libertação total do território nacional.» «[…] A luta é imediatamente total, absoluta.» *Esta luta não é verbal. Desde que é médico psiquiatra no hospital de Blida, e mais ainda depois que a insurreição eclodiu, Frantz Fanon milita concretamente na organização revolucionária argelina. Ao mesmo tempo, realiza um notável trabalho médico, inovador em todos os aspectos, profundamente, visceralmente próximo dos seus doentes, em quem vê acima de tudo vítimas do sistema que combate. Acumula as anotações clínicas e as análises sobre os fenómenos da alienação colonialista vista através das doenças mentais. Explora as tradições locais e as suas relações com a colonização. Este material capital está intacto, mas também ele disperso, e esperamos poder reuni-lo num volume à parte.*

O seu trabalho como militante da FLN *torna-o bem depressa notado pela polícia francesa. No final de 1956, antes de chegar a Tunis, sanciona pela sua* Lettre de démission *um compromisso total muito mais antigo. É, juntamente com a* Lettre à un français, *carta inédita, o único texto que testemunha este período, e com que formámos aqui a parte intitulada* «Pela Argélia». *Da experiência assim acumulada, no próprio coração do combate, nasceria mais tarde o* An V de la Révolution algérienne.

Em Tunis, Frantz Fanon é chamado a participar nos Serviços de Imprensa da FLN. *Faz parte da equipe de animadores de* El Moudjahid, *cuja publicação então se inicia. Lança-se sem demora na*

denúncia da totalidade, da unidade sem falha do sistema colonialista, da solidariedade que, quer se queira quer não, une aqueles que estão do seu lado, enquanto se pratica o genocídio de um milhão de argelinos. A sua análise sobre Les intellectuels de gauche et la guerre d'Algérie *enfurece a esquerda francesa. Denuncia aí a hipocrisia daqueles que não vêem no colonialismo e nas suas consequências, na guerra, na tortura, mais do que uma excrescência monstruosa que basta circunscrever e reprovar, quando do que se trata é de um conjunto perfeitamente lógico, perfeitamente coerente, que torna irremediavelmente cúmplices todos aqueles que vivem no seu interior.*

A partir de então, Fanon tem a possibilidade de ampliar um dos seus primeiros temas: a conjunção da luta de todos os colonizados. Sendo um dos primeiros a encarar de maneira concreta — não como uma «visão profética» mas como um objectivo de combate imediato — a unidade da África, liga constantemente a sorte da Revolução *Argelina à de todo o continente, fazendo desta a vanguarda da* Revolução *Africana.* El Moudjahid *desenvolve constantemente esta linha:* La Révolution algérienne et la libération de l'Afrique; *este título, dado à brochura de artigos e documentos da* FLN *mais difundida na época, mostra bem a importância que os revolucionários argelinos lhe concediam então.*

Os artigos de El Moudjahid *não eram nunca assinados. O anonimato era total. Os artigos publicados aqui, sob o controle de Madame F. Fanon, são apenas aqueles de que temos a certeza irrefutável de terem sido escritos por Frantz Fanon. Certamente que a sua colaboração não se limitou a estes textos precisos. Mas, como em qualquer equipe, e particularmente naquela revolução em plena irrupção, existia um trabalho contínuo de osmose, de interacção, de estimulação recíproca. No preciso momento em que o pensamento de Frantz Fanon atingia novas dimensões ao contacto do núcleo criador da* Revolução *Argelina, aquele transmitia também a esta novos impulsos. Agrupámos os textos assim reproduzidos sob o título de* «A caminho da libertação da África».

A ideia que Fanon tinha da África em marcha concretiza-se na missão que conduziu nos países da África Ocidental, depois de ter sido embaixador em Accra. Devia especialmente estudar as condições

Primeira parte

O colonizado

1

O «síndroma norte-africano»[1]

Afirma-se de bom grado que o homem está sempre em questão perante si próprio, e que se renega quando pretende já não o estar. Ora, parece ser possível descrever uma dimensão primeira de todos os problemas humanos. Mais precisamente: todos os problemas que o homem se põe acerca do homem podem reconduzir-se a esta questão:

«Não tenho, pelos meus actos ou pelas minhas abstenções, contribuído para uma desvalorização da realidade humana?»

Questão que também se poderia formular assim:

«Será que tenho em todas as circunstâncias reclamado, exigido, o homem que há em mim?»

Pretendo mostrar nestas linhas que, no caso particular do Norte-Africano emigrado em França, uma teoria da inumanidade está prestes a encontrar as suas leis e os seus corolários.

Todos estes homens que têm fome, todos estes homens que têm frio, todos estes homens que têm medo...

Todos estes homens que nos metem medo, que esmagam a esmeralda ciosa dos nossos sonhos, que importunam a frágil curva dos nossos sorrisos, todos estes homens que, frente a nós, não nos levantam qualquer questão, mas a quem levantamos questões estranhas.

Como são eles?

Pergunto-vo-lo, pergunto-mo. Como são estas criaturas famintas de humanidade a quem se deparam as fronteiras impalpáveis (mas, por experiência, eu sei que são terrivelmente nítidas) do reconhecimento integral?

1 Texto publicado na revista *Esprit*, de Fevereiro de 1952.

Como são, na realidade, essas criaturas, que se dissimulam, que são dissimuladas pela realidade social sob os atributos de *chibo*, «*bounioule*», *árabe*, *ratinho*, *sidi*, «*mon z'ami*»?

apelidos racistas

TESE I. — *O comportamento do Norte-Africano provoca muitas vezes no pessoal médico uma atitude de desconfiança quanto à realidade da sua doença.*

À excepção dos casos de urgência: oclusão intestinal, ferimentos, acidentes, o Norte-Africano apresenta-se mergulhado no vago.

Doem-lhe a barriga, a cabeça, as costas, dói-lhe tudo. Sofre atrozmente, o seu rosto é eloquente, é um sofrimento que se impõe.

— Que há, meu amigo?

— Vou morrer, senhor doutor.

A voz sumida, imperceptível.

— Onde é que te dói?

— Dói-me tudo, senhor doutor.

Sobretudo, não exijam nenhuma precisão: não a obteriam. Por exemplo, nas dores de índole ulcerosa, é importante conhecer o horário das algias. O Norte-Africano parece ser hostil a esta conformidade com as categorias do tempo. Não é incompreensão, pois muitas vezes vem acompanhado de um intérprete. Dir-se-ia que lhe custa regressar aonde já não está. Para ele, o passado é um passado pungente. O que espera é nunca mais sofrer, nunca mais estar frente a frente com esse passado. Basta-lhe esta dor presente que lhe movimenta desse modo os músculos da cara. Não compreende que lhe queiram impor, mesmo que apenas em lembrança, a que já não existe. Não compreende por que é que o médico lhe faz tantas perguntas.

— Onde te dói?

— Na barriga. (Mostra então o tórax e o abdómen.)

— Em que momentos?

— Sempre.

— Mesmo de noite?

— Sobretudo de noite.

— Tens mais dores de noite do que de dia, hem?

— Não, tenho sempre.

— Mas mais de noite do que de dia?

— Não, sempre.

— E onde é que te dói mais?

— Aqui. (Mostra então o tórax e o abdómen.)

É assim, lá fora os doentes esperam e, coisa grave, tem-se a impressão de que o tempo nada mudaria. Procede-se, então, a um diagnóstico de probabilidade e institui-se correlativamente uma terapêutica aproximativa.

— Segue este tratamento durante um mês. Se não melhorares, volta cá.

Então, duas soluções:

1.º O doente não melhora imediatamente e volta à consulta três ou quatro dias depois. Este procedimento irrita-nos, pois sabemos que decorre um certo tempo entre o início da ingerência do medicamento prescrito e a sua actuação.

Fazemo-lo compreender mais exactamente, dizemos-lho. Mas o nosso doente não nos ouviu. Ele *é* a sua dor e recusa-se a compreender seja que linguagem for, e não é longo o caminho que o leva à seguinte afirmação:

É por eu ser árabe que eles não me tratam como tratam os outros.

2.º O doente não melhora imediatamente, mas não volta ao mesmo serviço, nem ao mesmo médico.

Vai a outro lado. Parte do princípio de que é preciso, antes de obter satisfação, bater a todas as portas, e bate. Bate com afinco. Com doçura. Com ingenuidade. Com raiva.

Bate. Abrem-lha. Abrem-lha sempre. E ele conta *a sua dor*. Que se torna cada vez mais sua. Expõe-na agora com volubilidade. Agarra-a no espaço, coloca-a debaixo dos olhos do médico. Agarra-a, toca-lhe com os dez dedos, desenvolve-a, expõe-na. Ela cresce a olhos vistos. Apanha-a em toda a superfície do corpo e depois de quinze minutos de explicações ges-

tuais, o intérprete (desencorajante como é de regra) traduz-nos: diz que lhe dói a barriga.

Todas estas incursões no espaço, todos estes espasmos do rosto, todos estes esgares apenas pretendiam exprimir uma dor vaga. Sentimos uma espécie de frustração no domínio da explicação. A comédia, ou o drama, recomeça: diagnóstico e terapêutica aproximativos.

Não há razão para que a roda páre. Um dia far-lhe-ão uma radiografia que mostrará uma úlcera ou uma gastrite. Ou que, na maioria dos casos, não mostrará absolutamente nada. Dir-se-á da sua dor que é «funcional».

Esta noção é importante e merece que nos detenhamos nela. Diz-se que uma coisa é vaga quando não tem consistência, quando não tem realidade objectiva. A dor do Norte-Africano, para a qual não encontramos uma base lesional, é tida como inconsistente, como irreal. Ora, o Norte-Africano *é* aquele-que-não-gosta-do-trabalho. De maneira que todo o seu procedimento será interpretado a partir deste *a priori*.

Um norte-africano dá entrada num serviço por cansaço, astenia, fraqueza. Submetem-no a um tratamento activo à base de reconstituintes. Ao fim de vinte dias decide-se dar-lhe alta. Então ele descobre uma outra doença.

— É o coração que estremece lá por dentro.

— É a cabeça que estoira.

Perante este medo de sair, chegamos a perguntar se a fraqueza da qual foi tratado não corresponderia a alguma vertigem. Chegamos a perguntar se não fomos o joguete deste doente que nunca compreendemos muito bem. A suspeição instala-se. Doravante, desconfiar-se-á dos sintomas alegados.

A coisa é nítida no Inverno; por isso, certos serviços são literalmente inundados de norte-africanos por altura dos grandes frios. Está tão quente numa sala de hospital.

Num serviço, um médico repreendia um europeu sofrendo de ciática e que passeava todo o dia pelas salas. Explicava-lhe que o repouso representava neste caso particular metade da terapêutica. Com os norte-africanos, acrescentou em nossa

intenção, o problema é diferente: não é preciso aconselhar-lhes repouso, pois estão sempre na cama.

Perante esta dor sem lesão, esta doença espalhada por todo o corpo, perante este sofrimento contínuo, a atitude mais fácil e à qual chegamos mais ou menos rapidamente é a negação de toda a morbidez. No limite, o Norte-Africano é um simulador, um mentiroso, um vadio, um mandrião, um preguiçoso, um ladrão[2].

TESE II. — *A atitude do pessoal médico é muitas vezes apriorística. O Norte-Africano não aparece com uma natureza comum à sua raça, mas sim estabelecida pelo Europeu. Por outras palavras, o Norte-Africano, espontaneamente, pelo simples facto do seu aparecimento, entra num quadro preexistente.*

De há uns anos para cá, manifesta-se uma orientação médica que poderia, muito rapidamente, denominar-se neo-hipocratismo. Esta tendência pretende que, face ao doente, os médicos se preocupem menos com um diagnóstico orgânico do que com um diagnóstico funcional. Mas esta corrente de ideias não se impõe ainda nas cadeiras nas quais a patologia é ensinada. Há um vício de construção no pensamento do praticante médico. Um vício extremamente perigoso.

Vamos captá-lo nos factos.

Sou chamado de urgência para ver um doente. São 2 horas da manhã. O quarto está sujo, o doente está sujo. Os pais estão sujos. Toda a gente chora. Toda a gente grita. A impressão estranha de que a morte não está longe. O jovem médico expulsa da alma todo o desânimo. Inclina-se «objectivamente» sobre aquele ventre intumescido.

Toca, apalpa, percute, interroga, mas não obtém senão gemidos; volta a apalpar, percute mais uma vez, e o ventre contrai-se, defende-se... Não «vê nada». No entanto, se se tratasse de um caso cirúrgico? Se qualquer coisa lhe tivesse escapado? O exame é negativo, mas não ousa ir-se embora.

2 Cf. *La Sécurité sociale? C'est nous qui payons!*

Depois de não poucas hesitações, manda o doente para um centro hospitalar com o diagnóstico de «ventre agudo». Três dias depois, vê-o chegar sorridente, completamente curado, ao seu consultório. E o que o doente ignora é que há um pensamento médico exigente, pensamento que ele ridicularizou.

O pensamento médico vai do sintoma à lesão. Nas assembleias ilustres, nos congressos internacionais de medicina, todos concordam com a importância dos sistemas neurovegetativos, do diencéfalo, das glândulas endócrinas, das relações psico-somáticas, das simpatalgias, mas continua-se a ensinar aos médicos que todo o sintoma reclama a sua lesão. Doente é todo aquele que queixando-se de cefaleias, de zumbidos nos ouvidos, de vertigens, apresenta ao mesmo tempo uma hipertensão arterial. Contudo, como por ocasião destes mesmos sintomas não se encontre nem hipertensão, nem tumor intracraniano, nem seja o que for de positivo, o médico então surpreenderá o pensamento médico em falta; e como todo o pensamento é pensamento de alguma coisa, verá *o doente* em falta — um doente insubmisso, indisciplinado, que ignora as regras do jogo. Essa regra, embora tão rigorosa, enuncia-se assim: todo o sintoma supõe uma lesão.

Que vou eu fazer deste doente? Do serviço para que o tinha mandado para uma provável intervenção, volta-me com um diagnóstico de «síndroma norte-africano». E é um facto que o jovem médico entra logo de início em contacto com Molière através dos norte-africanos do seu serviço. Um doente imaginário! Se Molière (vou dizer uma idiotice, mas todas estas linhas não fazem mais que explicitar, tornar flagrante, uma idiotice ainda maior), se Molière tivesse tido o privilégio de viver no século XX, não teria certamente escrito *Le Malade Imaginaire*, pois ninguém duvida de que Argan está doente. Doente, está-o activamente:

Como, devassa! Se estou doente! Se estou doente, descarada!

Síndroma norte-africano. Actualmente, todo o Norte-Africano que aparece numa consulta suporta o peso morto

de todos os seus compatriotas. De todos aqueles que só tinham sintomas, de todos aqueles a respeito dos quais se dizia: «Não tem nada em que se possa tocar.» (Quer dizer: nenhuma lesão.) Mas o doente que aqui está à minha frente, este corpo que sou forçado a supor agitado por uma consciência, este corpo que já não é completamente corpo ou pelo menos que é duplamente corpo, porque aturdido de pavor — este corpo que me pede que o escute sem que todavia me detenha nele —, provocará em mim uma revolta.

— Onde é que te dói?

— No estômago. (E mostra o fígado.)

Irrito-me. Digo-lhe que o estômago é à esquerda e que o que ele mostra é o sítio do fígado. Não se desconcerta, percorre com a palma da mão esse ventre misterioso:

— Tudo isto me dói.

Eu sei que em «tudo isto» há três órgãos; com todo o rigor, cinco ou seis. Que cada órgão tem a *sua* patologia. Essa outra patologia inventada pelo Árabe não nos interessa. É uma pseudopatologia. O Árabe é um pseudodoente.

Todo o árabe é um doente imaginário. O jovem médico ou o jovem estudante que nunca viu um árabe doente *sabe* (cf. a velha tradição médica) que «esses tipos são uns farsantes». Há qualquer coisa que poderia dar azo a uma reflexão. Frente a um árabe, o estudante ou o médico tende a utilizar a segunda pessoa do singular. Dir-nos-ão que é por gentileza... para os pôr à vontade... eles estão habituados... Peço desculpa, mas sinto-me incapaz de analisar este fenómeno sem abandonar a atitude objectiva a que me obriguei.

É mais forte do que eu, dizia-me um interno, não posso tratá-los da mesma maneira que trato os outros doentes.

Ah sim! É mais forte do que eu. Se soubessem o que na minha vida é mais forte do que eu! Se soubessem o que na minha vida me dilacera nas horas em que o cérebro dos outros se entorpece. Se soubessem... mas não o saberão.

O pessoal médico descobre a existência de um síndroma norte-africano. Não experimentalmente, mas segundo uma tra-

dição oral. O Norte-Africano instala-se nesse síndroma assintomático e situa-se automaticamente num plano de indisciplina (cf. disciplina médica), de inconsequência (relativamente à lei: todo o sintoma supõe uma lesão), de insinceridade (diz sofrer quando sabemos não existirem *razões* para sofrer). Há aqui uma ideia móvel, no limite da minha má-fé, e quando o Árabe se revelar através da sua linguagem:

«Senhor doutor, vou morrer.»

Esta ideia, depois de ter percorrido algumas sinuosidades, impor-se-á, ser-me-á imposta.

Decididamente, estes tipos não são sérios.

TESE III. — *As melhores vontades, as mais puras intenções, precisam de ser esclarecidas. — Da necessidade de fazer um diagnóstico de situação.*

O Doutor Stern, num artigo sobre a medicina psico--somática, retomando os trabalhos de Heinrich Meng, escreve: «Não basta descobrir qual o órgão atingido, de que natureza são as lesões orgânicas, se existem, e que micróbio invadiu o organismo; não basta conhecer a 'constituição somática' do doente, mas é preciso tentar conhecer aquilo a que Meng chama a sua 'situação', isto é, as suas relações com o meio ambiente, as suas ocupações e as suas preocupações, a sua sexualidade, a sua tensão interior, o seu sentimento de segurança ou de insegurança, os perigos que o ameaçam; e acrescentemos ainda a sua evolução, a história da sua vida. É preciso fazer um 'diagnóstico de situação'»[3].

O Doutor Stern propõe-nos um plano magnífico, vamos segui-lo.

1.º *Relações com o meio.* — Será mesmo preciso falar delas? Não será um tanto cómico falar, em França, das relações do Norte-Africano com o seu meio? Ele terá relações? Terá um meio? Não estará só? Não estarão sós? Não nos parecem

[3] Dr. E. Stern, «Médecine psycho-somatique», *Psyché*, Janeiro-Fevereiro de 1949, p. 128.

absurdos, isto é, sem fundamento, nos eléctricos ou nos autocarros? Donde vêm? Para onde vão? De vez em quando avistamo-los a trabalhar num edifício, mas não os *vemos*, avistamo-los, entrevemo-los. Meio? Relações? Não há contactos. Apenas choques. Saber-se-á o que essa palavra «contacto» encerra de doce e de polido? Haverá contactos? Haverá relações?

2.º *Ocupações e preocupações.* — Ele trabalha, está ocupado, ocupa-se, ocupam-no. As suas preocupações? Julgo que a palavra não existe na sua língua. Preocupar-se com quê? Em França diz-se: preocupa-se com arranjar trabalho; na África do Norte: ocupa-se em arranjar trabalho.

— Desculpe, minha senhora, na sua opinião, quais são as preocupações do Norte-Africano?

3.º *Sexualidade.* — Bem sei o que estão a pensar; é feita de violação. Para mostrar até que ponto um estudo escotomizante pode ser prejudicial à revelação autêntica de um fenómeno, gostaria de reproduzir algumas linhas de uma tese de doutoramento em Medicina defendida pelo Doutor Léon Mugniery em Lyon em 1951:

«Na região de Saint-Étienne, oito em dez casaram com prostitutas. A maior parte dos outros vive em concubinato acidental e de curta duração, algumas vezes maritalmente. Frequentemente albergam durante alguns dias uma ou mais prostitutas a quem levam os amigos.

Porque a prostituição parece desempenhar um papel importante no meio norte-africano[4]... Decorre do forte apetite sexual que é apanágio destes meridionais de sangue quente.»

Mais adiante:

«Sem dúvida que muitas objecções se podem fazer e é possível demonstrar por múltiplos exemplos que as tentativas levadas a cabo para alojar convenientemente os Norte-Africanos são outros tantos fracassos.

A maior parte das vezes trata-se de homens jovens

[4] O itálico é meu (p. 20).

(de 25 a 35 anos), com grandes necessidades sexuais, a quem os laços de um casamento misto não conseguem prender senão temporariamente, para os quais a homossexualidade é uma tendência desastrosa...

Existem poucas soluções para este problema: ou se facilita o reagrupamento desta família em França fazendo vir raparigas e mulheres árabes, apesar *dos riscos*[5] que comporta uma certa invasão da família árabe, ou se tem de tolerar para eles casas de tolerância...

Se não quisermos ter em conta estes factores, arriscamo-nos a expor-nos cada vez mais às tentativas de violação de que os jornais nos citam exemplos constantes. A moral pública tem sem dúvida mais a recear da existência destes factos do que da existência das casas de tolerância.»

E, para terminar, o Doutor Mugniery denuncia o erro do Governo Francês ao escrever em maiúsculas na sua tese a seguinte frase: «A OUTORGA DA CIDADANIA FRANCESA QUE CONFERE A IGUALDADE DE DIREITOS PARECE TER SIDO DEMASIADO PRECOCE E BASEADA MAIS EM RAZÕES SENTIMENTAIS E POLÍTICAS DO QUE NA EVOLUÇÃO SOCIAL E INTELECTUAL DE UMA RAÇA DE CIVILIZAÇÃO POR VEZES REQUINTADA, MAS DE COMPORTAMENTO SOCIAL, FAMILIAR E SANITÁRIO AINDA PRIMITIVO.» (P. 45.)

Será necessário acrescentar mais alguma coisa, será necessário retomar uma por uma estas frases absurdas, será necessário lembrar ao Doutor Mugniery que se os Norte-Africanos em França se contentam com prostitutas é porque, em primeiro lugar, encontram prostitutas e, em segundo lugar, não encontram mulheres árabes (que poderiam invadir a nação)?

4.º *A sua tensão interior*. — Terá alguma realidade? O mesmo seria falar na tensão interior de uma pedra. Tensão interior! Que ironia!

5.º *A sua sensação de segurança ou de insegurança*. — O pri-

[5] O itálico é meu (p. 20).

meiro termo deve ser eliminado. O Norte-Africano está em perpétua insegurança. Insegurança plurissegmentar.

Às vezes pergunto a mim próprio se não seria bom explicar ao francês médio que é uma desgraça ser-se norte-africano. O Norte-Africano nunca está seguro. Tem direitos, dir-me-ão, mas não os conhece. Ah! Ah! Só precisa de os conhecer. O conhecimento. Ah sim! Voltamos a pisar terra. Direitos, Deveres, Cidadania, Igualdade, que lindas coisas! O Norte--Africano no limiar da Nação francesa — que é, dizem-nos, a sua — vive no domínio político, no plano cívico, um imbróglio que ninguém quer olhar de frente. Que relação com o Norte-Africano no meio hospitalar? Justamente, há uma relação.

6.º *Os perigos que o ameaçam.*

Ameaçado na sua afectividade,
Ameaçado na sua actividade social,
Ameaçado na sua cidadania,

o Norte-Africano reúne todas as condições que tornam um homem doente. Sem família, sem amor, sem relações humanas, sem comunhão com a colectividade, o primeiro encontro consigo próprio far-se-á de um modo neurótico, de um modo patológico, sentir-se-á esgotado, sem vida, em corpo a corpo com a morte, uma morte aquém da morte, uma morte na vida, e que haverá de mais patético do que este homem de músculos robustos que nos diz com a sua voz verdadeiramente quebrada: «Doutor, vou morrer.»?

7.º *A sua evolução e a história da sua vida.* — Seria melhor dizer a história da sua morte. Uma morte quotidiana.

Uma morte no eléctrico,
uma morte na consulta,
uma morte com as prostitutas,
uma morte no estaleiro,
uma morte no cinema,
uma morte múltipla nos jornais,
uma morte no medo que as pessoas de bem têm de sair depois da meia-noite.

Uma morte,
sim, uma MORTE.

Tudo isso é muito bonito, dir-nos-ão, mas que solução propõe?

Reconhece-o, eles são vagos, amorfos...

«É preciso andar em cima deles.»

«É preciso pô-los fora do hospital.»

«Se lhes déssemos ouvidos, prolongaríamos indefinidamente a sua convalescença.»

«Não sabem explicar-se.»
E são mentirosos
e depois são ladrões (ladrão como um árabe)
e depois, e depois, e depois
o Árabe é um ladrão
todos os árabes são ladrões.
É uma raça fingida
suja
nojenta.
Não há nada a fazer
nada se consegue deles
evidentemente, é duro para eles serem assim
serem como são
mas, enfim, admita que a culpa não é nossa.
— Justamente, a culpa é nossa.
Justamente, a culpa é culpa TUA.

Como? Homens vão e vêm ao longo de um corredor que tu construíste para eles, onde não colocaste nenhum banco em que pudessem descansar, onde cristalizaste um montão de espantalhos que os esbofeteiam raivosamente no rosto, onde ferem a cara, o peito, o coração.

Onde não encontram lugar
onde tu não lhes deixas lugar
onde para eles não há nenhum lugar
e ousas dizer-me que isso não te interessa!
Que não é tua a culpa!

Como? Este homem que coisificas ao chamar-lhe sistematicamente Mohammed, que reconstróis, ou melhor, que dissolves, a partir de uma ideia, uma ideia que tu sabes nojenta (sabes bem, roubas-lhe qualquer coisa, essa qualquer coisa pela qual não há muito tempo estavas disposto a tudo deixar, até a vida) pois bem! *este homem*, não terás a impressão de o esvaziar da sua substância?

Que fiquem na sua terra!

Ah sim! Eis o drama: que fiquem na sua terra!

Somente, disseram-lhes que eram franceses. Aprenderam-no na escola. Na rua. Nos quartéis. (Onde encontravam os da sua igualha.) Nos campos de batalha. Introduziram-lhes a França em todo o lado, no corpo e na «alma», onde houvesse lugar para qualquer coisa de aparentemente grande. Agora, repetem-lhes em todos os tons que estão na «nossa» terra. Que, se não estão contentes, só têm de voltar para o seu *kasbah*. Porque também aqui há um problema.

Sejam quais forem as vicissitudes por que passe em França, o Norte-Africano, pretendem alguns, será mais feliz na sua terra...

Em Inglaterra, verificou-se que crianças magnificamente alimentadas, cada uma delas com duas amas inteiramente ao seu serviço, mas que viviam fora do meio familiar, apresentavam uma morbidez duas vezes mais importante do que outras mais mal alimentadas mas que viviam com os pais. Sem ir tão longe, que se pense naqueles que levam uma vida sem futuro no seu país e que recusam belas situações no estrangeiro. Para que serve a boa situação, quando não conduz a um meio familiar ou parental, quando não permite o desabrochamento do «meio»?

A ciência psicanalítica considera o expatriamento um fenómeno mórbido. No que tem perfeitamente razão.

Estas considerações permitem-nos concluir:

1.º O Norte-Africano nunca será mais feliz na Europa do que na sua terra, porque lhe é exigido que viva sem a própria matéria da sua afectividade. Desenraizado e cortado dos

seus fins, é uma coisa lançada para dentro da grande confusão, curvada sob a lei da inércia.

2.º Há nesta afirmação uma má-fé evidente e abjecta. Se o nível de vida (?) posto à disposição do Norte-Africano em França é superior àquele a que estava habituado na sua terra, isto quer dizer que há muita coisa por fazer no seu país, nessa «outra parte da França». Que há prédios a contruir, escolas a abrir, estradas a traçar, casebres a demolir, cidades a erguer da terra, homens e mulheres, crianças e crianças a vestir de sorrisos.

Quer dizer que há lá trabalho, trabalho humano, isto é, trabalho que seja a significação de um lar. Não a de um quarto ou a de um aquartelamento. Quer dizer que em todo o território da nação francesa (metrópole e União Francesa) há lágrimas a secar, atitudes inumanas a combater, *mon z'ami* a suprimir, homens a humanizar, ruas Moncey[6] a abrir à circulação.

A sua solução, senhor?

Não me faça perder a paciência. Não me obrigue a dizer-lhe aquilo que devia saber, senhor. Se TU não reclamas o homem que está à tua frente, como queres que eu suponha que reclamas o homem que há em ti?

Se TU rejeitas o homem que está à tua frente, como é que eu hei-de acreditar no homem que talvez esteja em si?

Se TU não exiges o homem, se TU não sacrificas o homem que está em ti para que o homem que está nesta terra seja mais do que um corpo, mais do que um Mohammed, que artes mágicas não serão precisas para que eu tenha a certeza de que, também tu, és digno do meu amor?

[6] Rua de um bairro pob[illegible] [illegible]icanos.

2

Antilhanos e Africanos[1]

Terminava, há dois anos, uma obra[2] sobre o problema do homem de cor no mundo branco. Sabia que era absolutamente necessário não amputar a realidade. De modo nenhum ignorava que no seio dessa entidade que é o «povo negro» se podiam distinguir movimentos infelizmente bastante inestéticos. Quero dizer, por exemplo, que muitas vezes o inimigo do negro não é o branco, mas o seu congénere. Por isso chamei a atenção para a possibilidade de um estudo que contribuísse para a dissolução dos complexos afectivos susceptíveis de opor Antilhanos e Africanos.

Antes de entrar no debate, queríamos salientar que esta história de negro é uma história suja. Uma história de revolver o estômago. Uma história que nos deixa completamente desarmados se aceitarmos as premissas dos patifes. E quando digo que a expressão «povo negro» é uma entidade, quero dizer com isso que, excluídas as influências culturais, nada mais fica. Há uma diferença tão grande entre um antilhano e um dakariano como entre um brasileiro e um madrileno. O que se procura ao englobar todos os negros no termo «povo negro» é arrebatar-lhes toda a possibilidade de expressão individual. O que se procura assim é obrigá-los a corresponder à ideia que já se faz deles. Que seria o «povo branco»? Não é, pois, evidente que só pode haver uma raça branca? Será preciso que eu explique a diferença que existe entre nação, povo,

[1] Texto publicado na revista *Esprit* de Fevereiro de 1955.

[2] *Peau noire et masques blancs* (col. Esprit, éd. du Seuil).

pátria, comunidade? Quando se diz «povo negro», supõe-se sistematicamente que todos os negros estão de acordo sobre certas coisas; que existe entre eles um princípio de comunhão. A verdade é que não existe nada, *a priori,* que permita supor a existência de um povo negro. Que haja um povo africano, acredito; que haja um povo antilhano, acredito. Mas quando me falam de «este povo negro», esforço-me por compreender. Então, infelizmente, compreendo que há nisso uma fonte de conflitos. Então, tento destruir essa fonte[3].

Ver-me-ão utilizar termos como: culpabilidade metafísica ou loucura de pureza. Pedirei ao leitor que não se admire: será exacto na medida em que se compreender que, não sendo possível atingir o importante ou, mais precisamente, não se desejando o importante, é sobre o contingente que caímos. É uma das leis da recriminação e da má-fé. A urgência está em se encontrar o importante sob o contingente.

De que se trata aqui? Digo que se produziu em quinze anos uma revolução nas relações antilho-africanas. Desejo mostrar em que consiste este acontecimento.

Na Martinica, é raro verificar posições raciais tenazes. O problema racial está recoberto por uma discriminação económica e, numa determinada classe social, é sobretudo produtor de anedotas. As relações não se alteram com as acentuações epidérmicas. Apesar da maior ou menor carga de melanina, existe um acordo tácito que permite a uns e a outros reconhecerem-se como médicos, comerciantes, operários. Um negro operário estará do lado do mulato operário contra o negro burguês. Temos aqui a prova de que as histórias raciais são apenas uma superstrutura, um manto, uma surda emanação ideológica que se despe de uma realidade económica.

Aí, quando uma pessoa observa que determinado indivíduo

[3] Digamos que as concessões que fizemos são fictícias. Filosófica e politicamente, não há povo africano, mas um mundo africano. Do mesmo modo um mundo antilhano. Em contrapartida, podemos dizer que existe um povo judeu; mas não raça judia.

é mesmo muito negro, fá-lo sem desprezo, sem ódio. É preciso estar habituado ao que se chama o espírito martiniquenho para compreender o que se passa. Jankelevitch mostrou que a ironia era uma das formas da boa consciência. É verdade que a ironia é, nas Antilhas, um mecanismo de defesa contra a neurose. Um antilhano, principalmente um intelectual que já não esteja no plano da ironia, descobre a sua negritude. Assim, enquanto na Europa a ironia protege da angústia existencial, na Martinica protege da tomada de consciência da negritude. A missão consiste em deslocar o problema, em pôr o contingente no seu lugar e em deixar ao Martiniquenho a escolha dos valores supremos. Vê-se tudo o que se poderia dizer se encarássemos esta situação a partir das etapes kierkegaardianas. Vê-se também que um estudo da ironia nas Antilhas é capital para a sociologia desta região. A agressividade é aí quase sempre recoberta de ironia[4].

Para facilitar a nossa exposição, parece-nos interessante distinguir na história antilhana dois períodos: antes e depois da guerra de 1939-1945.

Antes da guerra

Antes de 1939, o Antilhano dizia-se feliz[5], pelo menos julgava sê-lo. Votava, ia à escola quando podia, acompanhava as procissões, gostava de rum e dançava a *biguine**. Aqueles que tinham o privilégio de ir a França falavam de Paris, de Paris, enfim da França. E aqueles que não tinham o privilégio de conhecer Paris deixavam-se embalar.

Havia também os funcionários que trabalhavam em África. Através deles vislumbrava-se um país de selvagens, de bár-

[4] Por exemplo, ver o Carnaval e as canções compostas nessa ocasião.

[5] Poderíamos dizer: como a pequena burguesia francesa nessa época, mas a nossa perspectiva não é esta. O que pretendemos aqui é estudar a mudança de atitude do Antilhano perante a negritude.

* Dança popular das Antilhas. *(N. do T.)*

baros, de indígenas, de *boys*. É preciso dizer certas coisas se não quisermos falsear o problema. O funcionário metropolitano, regressado de África, habitou-nos a clichés: bruxos, feiticeiros, tantã, bonomia, fidelidade, respeito pelo branco, atraso. O drama é que o funcionário antilhano não fala de outro modo da África e, como o funcionário é não só o administrador das colónias, mas também o polícia, o funcionário das alfândegas, o escrivão, o militar, forma-se a todos os escalões da sociedade antilhana, sistematiza-se, endurece-se, um irredutível sentimento de superioridade sobre o Africano. Antes da guerra de 1939, havia em todo o antilhano não só a certeza de uma superioridade sobre o Africano, mas também a certeza de uma diferença fundamental. O Africano era um negro e o Antilhano um Europeu.

Estas coisas, toda a gente aparenta não as ignorar, mas de facto não são tidas em conta.

Antes de 1939, o Antilhano voluntariamente alistado no exército colonial, analfabeto ou sabendo ler e escrever, servia numa unidade europeia, enquanto o Africano, à excepção dos originários dos cinco territórios, servia numa unidade indígena. O resultado para que queremos chamar a atenção é que, fosse qual fosse o domínio considerado, o Antilhano era superior ao Africano, de uma outra essência, assimilado ao metropolitano. Mas como no exterior era um pouco africano, visto que, por minha fé, era negro, era obrigado — reacção normal na economia psicológica — a fortificar as suas fronteiras para se pôr ao abrigo de todo o passo em falso.

Digamos que, não satisfeito com ser superior ao Africano, o Antilhano desprezava-o, e se o branco podia permitir-se certas liberdades com o indígena, o Antilhano, esse, não o podia de modo nenhum. É que saltava aos olhos que entre brancos e africanos não havia necessidade de chamada à ordem. Mas que drama se o Antilhano fosse de súbito tomado por um africano!...

Digamos também que esta posição do Antilhano era autenticada pela Europa. O Antilhano não era um negro, era

um antilhano, isto é, um quase-metropolitano. Devido a esta atitude, o branco dava razão ao Antilhano no seu desprezo pelo Africano. Em suma, o negro habitava a África.

Em França, antes de 1940, quando se apresentava um antilhano numa sociedade bordelesa ou parisiense acrescentava sempre: originário da Martinica. Digo Martinica porque — aperceberam-se disso? —, nunca se saberá por que razão a Guadalupe era considerada um país de selvagens. Ainda hoje, em 1952, acontece ouvirmos um martiniquenho dizer que eles (os Guadalupenses) são mais selvagens do que nós.

O Africano, esse, era em África o representante real da raça negra. Aliás, quando um patrão exigia um esforço demasiado pesado a um martiniquenho, obtinha como resposta: «Se quer um negro, vá buscá-lo à África», querendo dizer com isto que os escravos e os forçados se recrutavam noutro lugar. Lá, no país dos negros.

Quanto ao Africano, inferiorizado e desprezado, à excepção de alguns raros «evoluídos», estagnava no labirinto da sua epiderme. Como se vê, as posições eram nítidas: por um lado, o negro, o Africano; por outro, o Europeu e o Antilhano. O Antilhano era um negro, mas o Negro estava em África.

Em 1939, nenhum Antilhano nas Antilhas se declarava negro, se reclamava negro. Quando o fazia, era sempre nas suas relações com um branco. Era o branco, o «mau branco» que o obrigava a reivindicar a sua cor, mais precisamente, a defendê-la. Mas podemos dizer que nas Antilhas, em 1939, não irrompia qualquer reivindicação espontânea da negritude.

É então que se vão produzir, sucessivamente, três acontecimentos.

E, em primeiro lugar, a chegada de Césaire.

Pela primeira vez, ver-se-á um professor de liceu, logo, aparentemente um homem digno, dizer simplesmente à sociedade antilhana «que é belo e bom ser negro». Era, certamente, um escândalo. Nessa altura, disse-se que ele era um pouco louco e os seus colegas de promoção fizeram grandes diligências para darem pormenores da sua pretensa doença.

Com efeito, que pode haver mais grotesco do que um homem instruído, um diplomado, que não deixou, pois, de perceber um certo número de coisas, entre outras que «era uma infelicidade ser negro», gritando que a sua pele é bela e que o «grande buraco negro» é fonte de verdade? Nem os mulatos, nem os negros compreenderam este delírio. Os mulatos, porque tinham escapado à noite, os negros, porque aspiravam a sair dela. Dois séculos de verdade branca tiravam razão a este homem. Tinha de ser necessariamente louco, pois não se podia admitir que tivesse razão.

Acalmada a emoção, tudo pareceu retomar o seu ritmo anterior... E Césaire ia voltar a não ter razão quando se produziu o segundo acontecimento: estou a falar da derrota francesa.

Vencida a França, o Antilhano assistia, num certo sentido, ao assassínio do pai. Esta derrota nacional poderia ter sido vivida como o foi na metrópole, mas uma boa parte da armada francesa ficou bloqueada nas Antilhas durante os quatro anos de ocupação alemã. Aqui quero chamar a atenção do leitor. Julgo que é necessário compreender a importância histórica destes quatro anos.

Antes de 1939, havia cerca de dois mil europeus na Martinica. Estes europeus tinham funções definidas, estavam integrados na vida social, estavam interessados na economia do país. Ora, de um dia para o outro, só a cidade de Fort-de-France foi submergida por cerca de dez mil europeus de mentalidade autenticamente racista, mas até então latente. Quero dizer que os marinheiros do *Béarn* ou do *Émile-Bertin*, anteriormente, em Fort-de-France por oito dias, não tinham tempo para manifestar os seus preconceitos raciais. Os quatro anos em que foram obrigados a viver fechados em si mesmos, inactivos, presos da angústia quando pensavam nos seus familiares deixados em França, muitas vezes vítimas do desespero quanto ao futuro, permitiram-lhes que deitassem fora a máscara, bastante superficial afinal de contas, e que se comportassem como «autênticos racistas».

Acrescentemos a isto o rude golpe que a economia antilhana sofreu, pois foi preciso encontrar, ainda aqui sem transição, quando nenhuma importação era possível, com que alimentar dez mil homens. Para mais, muitos destes marinheiros e militares puderam mandar vir a mulher e os filhos, a quem foi preciso dar alojamento. A Martinica teve a sua crise de alojamento depois da sua crise económica. O Martiniquenho tomou como responsáveis de tudo isto os brancos racistas. O Antilhano, perante estes homens que o desprezavam, começou a duvidar dos seus valores. O Antilhano fazia a sua primeira experiência metafísica.

E depois, foi a França livre. De Gaulle falava, em Londres, de traição, de militares que entregavam a espada mesmo antes de a terem desembainhado. Tudo isso contribuiu para persuadir os Antilhanos de que a França, a sua, não tinha perdido a guerra, mas que traidores a tinham vendido. E onde estavam esses traidores, se não camuflados nas Antilhas? E viu-se esta coisa extraordinária: Antilhanos que se recusavam a tirar o chapéu durante a execução da *Marselhesa*. Qual o antilhano que não se lembra dessas tardes de quinta-feira em que, na esplanada da Savane, patrulhas de marinheiros armados exigiam silêncio e sentido quando se tocava o hino nacional? Que se tinha pois passado?

Por um processo fácil de compreender, os Antilhanos tinham assimilado a França dos marinheiros à França má, e a *Marselhesa* que estes homens respeitavam não era a deles. É preciso não esquecer que estes militares eram racistas. Ora, «ninguém duvida de que o verdadeiro francês não é racista, isto é, de que não considera o Antilhano um negro». Uma vez que estes o faziam, é porque não eram verdadeiros franceses. Quem sabe, talvez alemães? E, de facto, o marinheiro foi, sistematicamente, considerado como um alemão. Mas a consequência que nos interessa é esta: perante dez mil racistas, o Antilhano foi obrigado a defender-se. Sem Césaire, ter-lhe-ia sido difícil. Ora Césaire estava lá e entoou-se com ele esse cân-

tico, antigamente odioso: que é belo e bom e que é um bem ser negro!...

Durante dois anos, o Antilhano defendeu passo a passo a sua «cor virtuosa» e dançava sem saber por cima do precipício. Porque enfim, se a cor negra é virtuosa, serei tanto mais virtuoso quanto mais negro for! Então saíram da sombra os muito negros, os *bleus*, os puros. E Césaire, cantor fiel, repetia: «por muito que se pinte de branco o tronco da árvore, as raízes permanecerão negras por baixo». Então tornou-se real que não só o negro cor era valorizado, como também o negro ficção, o negro ideal, o negro em absoluto, o negro primitivo, o negro. Que era isto, se não provocar no Antilhano uma refundição total do seu mundo, uma metamorfose do seu corpo? Que era isto, se não exigir dele uma actividade axiológica invertida, uma valorização do rejeitado?

Mas a história continuava. Em 1943, fatigados por um ostracismo a que não estavam habituados, irritados, esfaimados, os Antilhanos, repartidos antigamente por grupos sociológicos fechados, rebentavam com todas as barreiras, punham-se de acordo sobre certas coisas, entre outras que esses alemães tinham ultrapassado todos os limites e, apoiados pelo exército local, arrancavam à França livre o toque a reunir. O almirante Robert, «esse outro alemão», cedia. É aqui que se situa o terceiro acontecimento.

Podemos dizer que as manifestações da Libertação, que se realizaram nas Antilhas, ou pelo menos na Martinica, nos meses de Julho e de Agosto de 1943, foram a consequência do nascimento do proletariado. A Martinica sistematizava pela primeira vez a sua consciência política. É lógico que as eleições que se seguiram à Libertação tenham delegado dois deputados comunistas em três. Na Martinica, a primeira experiência metafísica, ou, se preferirmos, ontológica, coincidiu com a primeira experiência política. Comte fazia do proletário um filósofo sistemático; o proletário martiniquenho, esse, é um negro sistematizado.

Depois da guerra

Assim, depois de 1945, o Antilhano mudou os seus valores. Enquanto, antes de 1939, tinha os olhos voltados para a Europa branca, enquanto para ele o bem era a evasão da sua cor, em 1945 descobre-se não só de cor negra, mas como um negro, e é para a longínqua África que lançará daqui em diante os seus pseudópodos. Em França, o Antilhano fazia lembrar a todo o momento que não era um negro: a partir de 1945, o Antilhano, ainda em França, fará lembrar a todo o momento que é negro.

Enquanto isto se passava, o Africano prosseguia o seu caminho. Não estava dilacerado, não tinha de se situar simultaneamente frente ao Antilhano e frente ao Europeu. Estes últimos eram de meter no mesmo saco, o saco dos causadores da fome, dos exploradores, dos canalhas. Sem dúvida, tinha havido Eboué, que, sendo embora antilhano, na conferência de Brazzaville tinha falado aos Africanos chamando-lhes: «Meus queridos irmãos.» E esta fraternidade não era evangélica, era baseada na cor. Os Africanos adoptaram Eboué. Este era dos deles. Os outros antilhanos bem podiam vir, as suas pretensões de *toubabs* eram conhecidas. Ora, com grande espanto deles, os Antilhanos que desembarcam em África depois de 1945, apresentavam-se de mãos suplicantes, de dorso vergado, abatidos. Chegavam a África com o coração a transbordar de esperança, desejando encontrar a fonte, alimentar-se nas verdadeiras tetas da terra africana. Os Antilhanos, funcionários e militares, advogados e médicos, ao desembarcarem em Dakar, sentiam-se infelizes por não serem suficientemente pretos. Há quinze anos, diziam aos Europeus: «Não liguem à minha pele preta, foi o sol que me queimou, a minha alma é branca como a vossa.» A partir de 1945, mudam de opinião. Dizem aos Africanos: «Não ligem à minha pele branca, a minha alma é preta como a vossa e é o que importa.»

Mas os Africanos queriam-lhes demasiado mal para que a subversão fosse tão fácil. Reconhecidos na sua negrura, na sua escuridão, naquilo que há quinze anos era a culpa, denega-

ram ao Antilhano toda a veleidade neste domínio. Descobriam-se finalmente possuidores da verdade, portadores seculares de uma pureza inalterável. Rejeitaram o Antilhano lembrando-lhe que eles não tinham desertado, que não tinham traído, que tinham penado, sofrido, lutado na terra africana. O Antilhano tinha dito não ao branco. O Africano dizia não ao Antilhano.

Este último fazia a sua segunda experiência metafísica. Sentiu então o desespero. Obcecado pela impureza, abatido pela culpa, dilacerado pela culpabilidade, viveu o drama de não ser branco nem negro.

Gritou, fez poemas, cantou a África, a África terra dura e bela, a África explosão de cólera, azáfama tumultuosa, projéctil enlameado, a África terra de verdade. Aprendeu o bambara no Instituto das Línguas Orientais de Paris. Na sua majestade, o Africano condenava todas as diligências. O Africano vingava-se e o Antilhano pagava...

Se tentarmos agora explicar e resumir a situação, podemos dizer que na Martinica, antes de 1939, não havia o negro de um lado e o branco do outro, mas gamas coloridas de que era fácil ultrapassar rapidamente os intervalos. Bastava ter filhos de alguém menos preto. Não havia barreira racial, não havia discriminações. Havia esse picante irónico, tão característico da mentalidade martiniquenha.

Mas na África a discriminação era real. Aí, o negro, o Africano, o indígena, o preto, o sujo, era rejeitado, desprezado, maldito. Aí havia amputação, havia desconhecimento da humanidade.

Até 1939, o Antilhano vivia, pensava, sonhava (mostrámo-lo no nosso ensaio *Peau noire, masques blancs*), fazia poemas, escrevia romances, exactamente como um branco o teria feito. Compreende-se agora por que razão não lhe era possível cantar como os poetas africanos a noite negra, «A mulher negra de calcanhares rosa». Antes de Césaire, a literatura antilhana é uma literatura de europeus. O Antilhano identificava-se

com o branco, adoptava uma atitude de branco, «era um branco».

Depois de o Antilhano ter sido obrigado, sob a pressão de europeus racistas, a abandonar posições que eram, em suma, frágeis, visto que absurdas, inexactas e alienantes, nascerá uma nova geração. O Antilhano de 1945 é um negro...

Há no *Cahier d'un retour au pays natal* um período africano, porque:

À força de pensar no Congo
Tornei-me um Congo sussurrante de florestas e de rios[6]

Então, voltado para a África, o Antilhano vai chamá-la de longe. Descobre-se filho de escravos transplantado, sente a vibração da África no mais fundo do seu corpo e apenas aspira a uma coisa: mergulhar no imenso «buraco negro».

Parece, pois, que o Antilhano está, após o grande erro branco, está agora em vias de viver na grande miragem negra.

A O GRANDE ERRO BRANCO
E A GRANDE MIRAGEM NEGRA

6 *Cahier d'un retour au pays natal*, p. 49.

Segunda parte

Racismo e cultura[1]

1 Texto da intervenção de Frantz Fanon no 1.º Congresso dos Escritores e Artistas Negros em Paris, em Setembro de 1956. Publicado no número especial de *Présence Africaine*, de Junho-Novembro de 1956.

A reflexão sobre o valor normativo de certas culturas, decretado unilateralmente, merece que lhe prestemos atenção. Um dos paradoxos que mais rapidamente encontramos é o efeito de ricochete de definições egocentristas, sociocentristas.

Em primeiro lugar, afirma-se a existência de grupos humanos sem cultura; depois, a existência de culturas hierarquizadas; por fim, a noção da relatividade cultural.

Da negação global passa-se ao reconhecimento singular e específico. É precisamente esta história esquartejada e sangrenta que nos falta esboçar ao nível da antropologia cultural.

Podemos dizer que existem certas constelações de instituições, vividas por homens determinados, no quadro de áreas geográficas precisas que num dado momento sofreram o assalto directo e brutal de esquemas culturais diferentes. O desenvolvimento técnico, geralmente elevado, do grupo social assim aparecido autoriza-o a instalar uma dominação organizada. O empreendimento da desculturação apresenta-se como o negativo de um trabalho, mais gigantesco, de escravização económica e mesmo biológica.

A doutrina da hierarquia cultural não é, pois, mais do que uma modalidade da hierarquização sistematizada, prosseguida de maneira implacável.

A moderna teoria da ausência de integração cortical dos povos coloniais é a sua vertente anátomo-fisiológica. O surgimento do racismo não é fundamentalmente determinante. O racismo não é um todo, mas o elemento mais visível, mais quotidiano, para dizermos tudo, em certos momentos, mais grosseiro de uma estrutura dada.

Estudar as relações entre o racismo e a cultura é levantar a questão da sua acção recíproca. Se a cultura é o conjunto dos comportamentos motores e mentais nascido do encontro do homem com a natureza e com o seu semelhante, devemos dizer que o racismo é sem sombra de dúvida um elemento cultural. Assim, há culturas com racismo e culturas sem racismo.

Contudo, este elemento cultural preciso não se enquistou. O racismo não pôde esclerosar-se. Teve de se renovar, de se matizar, de mudar de fisionomia. Teve de sofrer a sorte do conjunto cultural que o informava.

Como as Escrituras se revelaram insuficientes, o racismo vulgar, primitivo, simplista, pretendia encontrar no biológico a base material da doutrina. Seria fastidioso lembrar os esforços empreendidos nessa altura: forma comparada do crânio, quantidade e configuração dos sulcos do encéfalo, características das camadas celulares do córtex, dimensões das vértebras, aspecto microscópico da epiderme, etc.

O primitivismo intelectual e emocional aparecia como uma consequência banal, um reconhecimento de existência.

Tais afirmações, brutais e maciças, dão lugar a uma argumentação mais fina. Contudo, aqui e ali vêm ao de cima algumas ressurgências. É assim que a «labilidade emocional do Negro», «a integração subcortical do Árabe», «a culpabilidade quase genérica do Judeu», são dados que se encontram em alguns escritores contemporâneos. Por exemplo, a monografia de J. Carothers, patrocinada pela OMS, exibe, a partir de «argumentos científicos», uma lobotomia fisiológica do Negro de África.

Estas posições sequelares tendem, no entanto, a desaparecer. Este racismo que se pretende racional, individual, determinado, genotípico e fenotípico, transforma-se em racismo cultural. O objecto do racismo já não é o homem particular, mas uma certa forma de existir. No limite, fala-se de mensagem, de estilo cultural. Os «valores ocidentais» reúnem-se singularmente ao já célebre apelo à luta da «cruz contra o crescente».

Sem dúvida, a equação morfológica não desapareceu com-

pletamente, mas os acontecimentos dos últimos trinta anos abalaram as convicções mais firmes, subverteram o tabuleiro de xadrez, reestruturaram um grande número de relações.

A lembrança do nazismo, a miséria comum de homens diferentes, a escravização comum de grupos sociais importantes, o surgimento de «colónias europeias», quer dizer, a instituição de um regime colonial em plena Europa, a tomada de consciência dos trabalhadores dos países colonizadores e racistas, a evolução das técnicas, tudo isto alterou profundamente o aspecto do problema.

Temos de procurar, ao nível da cultura, as consequências deste racismo.

O racismo, vimo-lo, não é mais do que um elemento de um conjunto mais vasto: a opressão sistematizada de um povo. Como se comporta um povo que oprime? Aqui, encontram-se constantes.

Assiste-se à destruição dos valores culturais, das modalidades de existência. A linguagem, o vestuário, as técnicas são desvalorizados. Como dar conta desta constante? Os psicólogos que têm tendência para tudo explicar por movimentos da alma pretendem encontrar este comportamento ao nível dos contactos entre particulares: crítica de um chapéu original, de uma maneira de falar, de andar...

Semelhantes tentativas ignoram voluntariamente o carácter incomparável da situação colonial. Na realidade, as nações que empreendem uma guerra colonial não se preocupam com o confronto das culturas. A guerra é um negócio comercial gigantesco e toda a perspectiva deve ter isto em conta. A primeira necessidade é a escravização, no sentido mais rigoroso, da população autóctone.

Para isso, é preciso destruir os seus sistemas de referência. A expropriação, o despojamento, a razia, o assassínio objectivo, desdobram-se numa pilhagem dos esquemas culturais ou, pelo menos, condicionam essa pilhagem. O panorama social é desestruturado, os valores ridicularizados, esmagados, esvaziados.

Desmoronadas, as linhas de força já não ordenam. Frente a elas, um novo conjunto, imposto, não proposto mas afirmado, com todo o seu peso de canhões e de sabres.

No entanto, a implantação do regime colonial não traz consigo a morte da cultura autóctone. Pelo contrário, a observação histórica diz-nos que o objectivo procurado é mais uma agonia continuada do que um desaparecimento total da cultura preexistente. Esta cultura, outrora viva e aberta ao futuro, fecha-se, aprisionada no estatuto colonial, estrangulada pela canga da opressão. Presente e simultaneamente mumificada, depõe contra os seus membros. Com efeito, define-os sem apelo. A mumificação cultural leva a uma mumificação do pensamento individual. A apatia tão universalmente apontada dos povos coloniais não é mais do que a consequência lógica desta operação. A acusação de inércia que constantemente se faz ao «indígena» é o cúmulo da má-fé. Como se fosse possível que um homem evoluísse de modo diferente que não no quadro de uma cultura que o reconhece e que ele decide assumir.

É assim que se assiste à implantação do organismos arcaicos, inertes, que funcionam sob a vigilância do opressor e decalcados caricaturalmente sobre instituições outrora fecundas...

Estes organismos traduzem aparentemente o respeito pela tradição, pelas especificidades culturais, pela personalidade do povo escravizado. Este pseudo-respeito identifica-se, com efeito, com o desprezo mais consequente, com o sadismo mais elaborado. A característica de uma cultura é ser aberta, percorrida por linhas de força espontâneas, generosas, fecundas. A instalação de «homens seguros» encarregados de executar certos gestos é uma mistificação que não engana ninguém. É assim que as *djemaas* cabilas nomeadas pelas autoridades francesas são reconhecidas pelos autóctones. São dobradas por uma outra *djemaa* eleita democraticamente. E naturalmente a segunda dita a maior parte das vezes a sua conduta à primeira.

A preocupação constantemente afirmada de «respeitar a cultura das populações autóctones» não significa, portanto, que se considerem os valores veiculados pela cultura, encarnados

pelos homens. Bem depressa se adivinha, antes, nesta tentativa uma vontade de objectivar, de encaixar, de aprisionar, de enquistar. Frases como: «eu conheço-os», «eles são assim», traduzem esta objectivação levada ao máximo. Assim, conheço os gestos, os pensamentos, que definem estes homens.

O exotismo é uma das formas desta simplificação. Partindo daí, nenhuma confrontação cultural pode existir. Por um lado, há uma cultura à qual se reconhecem qualidades de dinamismo, de desenvolvimento, de profundidade. Uma cultura em movimento, em perpétua renovação. Frente a esta, encontram-se características, curiosidades, coisas, nunca uma estrutura.

Assim, numa primeira fase, o ocupante instala a sua dominação, afirma maciçamente a sua superioridade. O grupo social, subjugado militar e economicamente, é desumanizado segundo um método polidimensional.

Exploração, torturas, razias, racismo, liquidações colectivas, opressão racional, revezam-se a níveis diferentes para fazerem, literalmente, do autóctone um objecto nas mãos da nação ocupante.

Este homem objecto, sem meios de existir, sem razão de ser, é destruído no mais profundo da sua existência. O desejo de viver, de continuar, torna-se cada vez mais indeciso, cada vez mais fantasmático. É neste estádio que aparece o famoso completo de culpabilidade. Wright dedica-lhe nos seus primeiros romances uma descrição muito pormenorizada.

Contudo, progressivamente, a evolução das técnicas de produção, a industrialização, aliás limitada, dos países escravizados, a existência cada vez mais necessária de colaboradores, impõem ao ocupante uma nova atitude. A complexidade dos meios de produção, a evolução das relações económicas, que, quer se queira quer não, arrasta consigo a das ideologias, desequilibram o sistema. O racismo vulgar na sua forma biológica corresponde ao período de exploração brutal dos braços e das pernas do homem. A perfeição dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, logo das formas do racismo.

ótimo

Não é, pois, na sequência de uma evolução dos espíritos que o racismo perde a sua virulência. Nenhuma revolução interior explica esta obrigação de o racismo se matizar, de evoluir. Por toda a parte há homens que se libertam abalando a letargia a que a opressão e o racismo os tinham condenado.

Em pleno coração das «nações civilizadoras», os trabalhadores descobrem finalmente que a exploração do homem, base de um sistema, toma diversos rostos. Neste estádio, o racismo já não ousa mostrar-se sem disfarces. Contesta-se. Num número cada vez maior de circunstâncias, o racista esconde-se. Aquele que pretendia «senti-los», «adivinhá-los», descobre-se visado, olhado, julgado. O projecto do racista é então um projecto perseguido pela má consciência. A salvação só pode vir-lhe de um empenhamento passional tal como se encontra em certas psicoses. E não é um dos menores méritos do professor Baruk o ter precisado a semiologia desses delírios passionais.

O racismo nunca é um elemento acrescentado descoberto ao sabor de uma investigação no seio dos dados culturais de um grupo. A constelação social, o conjunto cultural, são profundamente remodelados pela existência do racismo.

Diz-se correntemente que o racismo é uma chaga da humanidade. Mas é preciso que não nos contentemos com essa frase. É preciso procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade. A importância do problema racista na literatura americana contemporânea é significativa. O negro no cinema, o negro e o folclore, o judeu e as histórias para crianças, o judeu no café, são temas inesgotáveis.

Para voltar à América, o racismo obceca e vicia a cultura americana. E esta gangrena dialéctica é exacerbada pela tomada de consciência e pela vontade de luta de milhões de negros e de judeus visados por esse racismo.

Esta fase passional, irracional, sem justificação, apresenta ao exame um aspecto aterrador. A circulação dos grupos, a libertação, em certas partes do Mundo de homens anteriormente inferiorizados, tornam cada vez mais precário o equilí-

brio. Bastante inesperadamente, o grupo racista denuncia o aparecimento de um racismo nos homens oprimidos. O «primitivismo intelectual» do período de exploração dá lugar ao «fanatismo medieval, ou mesmo pré-histórico», do período de libertação.

A dada altura tinha sido possível acreditar no desaparecimento do racismo. Esta impressão euforizante, à margem do real era simplesmente a consequência da evolução das formas de exploração. Os psicólogos falam então de um preconceito tornado inconsciente. A verdade é que o rigor do sistema torna supérflua a afirmação quotidiana de uma superioridade. A necessidade de apelar em graus diferentes à adesão, à colaboração do autóctone, modifica as relações num sentido menos brutal, mais cambiado, mais «cultivado». Aliás, não é raro ver surgir neste estádio uma ideologia «democrática e humana». O empreendimento comercial de escravização, de destruição cultural, cede progressivamente o passo a uma mistificação verbal.

O interesse desta evolução está em que o racismo é tomado como tema de meditação, algumas vezes até como técnica publicitária.

É assim que o *blues*, «lamento dos escravos negros», é apresentado à admiração dos opressores. É um pouco de opressão estilizada que agrada ao explorador e ao racista. Sem opressão e sem racismo não haveria *blues*. O fim do racismo seria o toque de finados da grande música negra...

Como diria o demasiado célebre Toynbee, o *blues* é uma resposta do escravo ao desafio da opressão.

Ainda actualmente, para muitos homens, mesmo de cor, a música de Armstrong só tem verdadeiro sentido nesta perspectiva.

O racismo avoluma e desfigura o rosto da cultura que o pratica. A literatura, as artes plásticas, as canções para costureirinhas, os provérbios, os hábitos, os *patterns*, quer se proponham fazer-lhe o processo ou banalizá-lo, restituem o racismo.

O mesmo é dizer que um grupo social, um país, uma civilização, não podem ser racistas inconscientemente.

Dizemo-lo mais uma vez: o racismo não é uma descoberta acidental. Não é um elemento escondido, dissimulado. Não se exigem esforços sobre-humanos para o pôr em evidência.

O racismo entra pelos olhos dentro precisamente porque se insere num conjunto caracterizado: o da exploração desavergonhada de um grupo de homens por outro que chegou a um estádio de desenvolvimento técnico superior. É por isso que, na maioria das vezes, a opressão militar e económica precede, possibilita e legitima o racismo.

O hábito de considerar o racismo como uma disposição do espírito, como uma tara psicológica, deve ser abandonado.

Mas como se comportam o homem visado por esse racismo, o grupo social escravizado, explorado, dessubstancializado? Quais são os seus mecanismos de defesa?

Que atitudes descobrimos aqui?

Vimos numa primeira fase o ocupante legitimar a sua dominação com argumentos científicos, vimos a «raça inferior» negar-se como raça. Porque nenhuma outra solução lhe é permitida, o grupo social racializado tenta imitar o opressor e com isso desracializar-se. A «raça inferior» nega-se como raça diferente. Partilha com a «raça superior» as convicções, as doutrinas, e tudo o que lhe diz respeito.

Tendo o autóctone assistido à liquidação dos seus sistemas de referência, ao desabar dos seus esquemas culturais, já não lhe resta senão reconhecer com o ocupante que «Deus não está do seu lado». O opressor, pelo carácter global e terrível da sua autoridade, chega a impor ao autóctone novas maneiras de ver e, de uma forma singular, um juízo pejorativo acerca das suas formas originais de existir.

Este acontecimento, comummente designado por alienação, é naturalmente muito importante. Encontramo-lo nos textos oficiais sob o nome de assimilação.

Ora esta alienação nunca é totalmente conseguida. Talvez

porque o opressor limite quantitativa e qualitativamente a evolução, surgem fenómenos imprevistos, heteróclitos.

O grupo inferiorizado tinha admitido, com uma força de raciocínio implacável, que a sua infelicidade provinha directamente das suas características raciais e culturais.

Culpabilidade e inferioridade são as consequências habituais desta dialéctica. O oprimido tenta então escapar-lhes, por um lado, proclamando a sua adesão total e incondicional aos novos modelos culturais e, por outro lado, proferindo uma condenação irreversível do seu estilo cultural próprio[2].

Contudo, a necessidade que o opressor tem, num dado momento, de dissimular as formas de exploração não provoca o desaparecimento desta última. As relações económicas mais elaboradas, menos grosseiras, exigem um revestimento quotidiano, mas, a este nível, a alienação continua a ser terrível.

Tendo julgado, condenado, abandonado, as suas formas culturais, a sua linguagem, a sua alimentação, os seus procedimentos sexuais, a sua maneira de sentar-se, de repousar, de rir, de divertir-se, o oprimido, com a energia e a tenacidade do náufrago, *arremessa-se* sobre a cultura imposta.

Desenvolvendo os seus conhecimentos técnicos no contacto com máquinas cada vez mais aperfeiçoadas, entrando no circuito dinâmico da produção industrial, encontrando homens de regiões afastadas no quadro da concentração dos capitais, logo dos lugares de trabalho, descobrindo a cadeia de montagem, a equipe, o «tempo» de produção, ou seja o rendimento por hora, o oprimido verifica como um escândalo a manutenção do racismo e do desprezo a seu respeito.

2 Por vezes, aparece neste estádio um fenómeno pouco estudado. Intelectuais, investigadores, do grupo dominante estudam «cientificamente» a sociedade dominada, a sua estética, o seu universo ético.

Os raros intelectuais colonizados vêem, nas Universidades, o seu sistema cultural ser-lhes revelado. Acontece até que os sábios dos países colonizadores se entusiasmam por este ou aquele traço específico. Surgem os conceitos de pureza, ingenuidade, inocência. A vigilância do intelectual indígena tem de redobrar nesta altura.

É a este nível que se faz do racismo uma história de pessoas. «Existem alguns racistas incorrigíveis, mas confessem que no conjunto a população gosta de...»

Com o tempo tudo isto desaparecerá.

Este país é o menos racista...

Existe na ONU uma comissão encarregada de lutar contra o racismo.

Filmes sobre o racismo, poemas sobre o racismo, mensagens sobre o racismo...

As condenações espectaculares e inúteis do racismo. A realidade é que um país colonial é um país racista. Se na Inglaterra, na Bélgica ou em França, apesar dos princípios democráticos afirmados respectivamente por estas nações, ainda há racistas, são esses racistas que, contra o conjunto do país, têm razão.

Não é possível subjugar homens sem logicamente os inferiorizar de um lado a outro. E o racismo não é mais do que a explicação emocional, afectiva, algumas vezes intelectual, desta inferiorização.

Numa cultura com racismo, o racista é, pois, normal. A adequação das relações económicas e da ideologia é, nele, perfeita. Certamente que a ideia que fazemos do homem nunca está totalmente dependente das relações económicas, isto é, não o esqueçamos, das relações que existem histórica e geograficamente entre os homens e os grupos. Membros, cada vez mais numerosos, que pertencem a sociedades racistas tomam posição. Põem a sua vida ao serviço de um mundo em que o racismo seria impossível. Mas este recuo, esta abstracção, este compromisso solene, não estão ao alcance de todos. Não se pode exigir impunemente que um homem seja contra os «preconceitos do seu grupo».

Ora, é preciso voltar a dizê-lo, todo o grupo colonialista é racista.

Simultaneamente «aculturado» e desculturado, o oprimido continua a esbarrar no racismo. Acha que esta sequela é ilógica. Que o que ele superou é inexplicável, sem motivo, inexacto. Os seus conhecimentos, a apropriação de técnicas precisas e

complicadas, por vezes a sua superioridade intelectual quanto a um grande número de racistas, levam-no a qualificar o mundo racista de passional. Apercebe-se de que a atmosfera racista impregna todos os elementos da vida social. O sentimento de uma injustiça tremenda torna-se, então, muito vivo. Esquecendo o racismo-consequência, atira-se com fúria sobre o racismo-causa. Empreendem-se campanhas de desintoxicação. Faz-se apelo ao sentido do humano, ao amor, ao respeito dos valores supremos...

De facto, o racismo obedece a uma lógica sem falhas. Um país que vive, que tira a sua substância, da exploração de povos diferentes inferioriza estes povos. O racismo aplicado a estes povos é normal.

O racismo não é, pois, uma constante do espírito humano.

É, vimo-lo, uma disposição inscrita num sistema determinado. E o racismo judeu não é diferente do racismo negro. Uma sociedade é racista ou não o é. Não existem graus de racismo. Não se deve dizer que tal país é racista, mas que não há nele linchamentos ou campos de extermínio. A verdade é que tudo isso, e muito mais, existe como horizonte. Estas virtualidades, estas latências, circulam dinâmicas, inseridas na vida das relações psico-afectivas, económicas...

Descobrindo a inutilidade da sua alienação, a profundidade do seu despojamento, o inferiorizado, depois desta fase de desculturação, de estranhização, volta a encontrar as suas posições originais.

O inferiorizado retoma apaixonadamente essa cultura abandonada, rejeitada, desprezada. Há nitidamente uma sobrevalorização que se assemelha psicologicamente ao desejo de se fazer perdoar.

Mas, por detrás desta análise simplificadora, há bem a intuição por parte do inferiorizado de uma verdade espontânea que irrompe. Esta história psicológica desagua na História e na Verdade.

Porque o inferiorizado reencontra um estilo outrora desvalorizado, assiste-se a uma cultura da cultura. Semelhante

caricatura da existência cultural significaria, se fosse necessário mostrá-lo, que a cultura se vive, mas não se fragmenta. Não se põe entre a lâmina e a lamela.

Contudo, o oprimido extasia-se a cada redescoberta. O encantamento é permanente. Outrora emigrado da sua cultura, o autóctone explora-a hoje com arrebatamento. Trata-se, então, de contínuos esponsais. O antigo inferiorizado está em estado de graça.

Ora, não se sofre impunemente uma dominação. A cultura do povo subjugado está esclerosada, agonizante. Não circula nela qualquer vida. Mais precisamente, a única vida nela existente está nela dissimulada. A população que normalmente assume aqui e ali alguns pedaços de vida, que mantém significações dinâmicas para as instituições, é uma população anónima. Em regime colonial, são os tradicionalistas.

Pela ambiguidade súbita do seu comportamento, o antigo emigrado introduz o escândalo. Ao anonimato do tradicionalista, opõe um exibicionismo veemente e agressivo.

Estado de graça e agressividade são duas constantes deste estádio, sendo a agressividade o mecanismo passional que permite escapar à mordedura do paradoxo.

Porque o antigo emigrado possui técnicas precisas, porque o seu nível de acção se situa no quadro de relações já complexas, estas redescobertas revestem-se de um aspecto irracional. Existe um fosso, um desfasamento, entre o desenvolvimento intelectual, a apropriação técnica, as modalidades de pensamento e de lógica altamente diferenciadas e uma base emocional «simples, pura», etc.

Reencontrando a tradição, vivendo-a como mecanismo de defesa, como símbolo de pureza, como salvação, o desculturado dá a impressão de que a mediação se vinga substancializando-se. Este refluxo para posições arcaicas sem relação com o desenvolvimento técnico é paradoxal. As instituições assim valorizadas deixam de corresponder aos métodos elaborados de acção já adquiridos.

A cultura capsulada, vegetativa, após a dominação estran-

geira, é revalorizada. Não é repensada, retomada, dinamizada de dentro. É clamada. E esta revalorização súbita, não estruturada, verbal, recobre atitudes paradoxais.

É neste momento que se faz menção do carácter irrecuperável dos inferiorizados. Os médicos árabes dormem no chão, cospem em qualquer lado, etc.

Os intelectuais negros consultam o bruxo antes de tomar uma decisão, etc.

Os intelectuais «colaboradores» procuram justificar a sua nova atitude. Os costumes, tradições, crenças, outrora negados e silenciados, são violentamente valorizados e afirmados.

A tradição já não é ironizada pelo grupo. O grupo já não foge a si mesmo. Reencontra-se o sentido do passado, o culto dos antepassados...

O passado, doravante constelação de valores, identifica-se com a Verdade.

Esta redescoberta, esta valorização absoluta de modalidade quase irreal, objectivamente indefensável, reveste uma importância subjectiva incomparável. Ao sair destes esponsais apaixonados, o autóctone terá decidido, com «conhecimento de causa», lutar contra todas as formas de exploração e de alienação do homem. Em contrapartida, o ocupante multiplica nesta altura os apelos à assimilação, depois à integração, à comunidade.

O corpo a corpo do indígena com a sua cultura é uma operação demasiado solene, demasiado abrupta, para tolerar qualquer falha. Nenhum neologismo pode mascarar a nova evidência: o mergulho no abismo do passado é condição e fonte de liberdade.

O fim lógico desta vontade de luta é a libertação total do território nacional. Para realizar esta libertação, o inferiorizado põe em jogo todos os seus recursos, todas as suas aquisições, as antigas e as novas, as suas e as do ocupante.

A luta é subitamente total, absoluta. Mas então já não se vê aparecer o racismo.

No momento de impor a sua dominação, para justificar a

escravidão, o opressor invocara argumentações científicas. Aqui, nada de semelhante.

Um povo que empreende uma luta de libertação raramente legitima o racismo. Mesmo no decurso de períodos agudos de luta armada insurreccional, nunca se assiste a uma tomada maciça de justificações biológicas.

A luta do inferiorizado situa-se a um nível nitidamente mais humano. As perspectivas são radicalmente novas. É a oposição doravante clássica entre as lutas de conquista e as de libertação.

No decurso da luta, a nação dominadora tenta reeditar argumentos racistas, mas a elaboração do racismo revela-se cada vez mais ineficaz. Fala-se de fanatismo, de atitudes primitivas perante a morte, mas, uma vez mais, o mecanismo doravante deitado por terra já não responde. Os imóveis de antes, os cobardes constitucionais, os medrosos, os inferiorizados de sempre, crispam-se e emergem eriçados.

O ocupante já não compreende.

O fim do racismo começa com uma súbita incompreensão.

A cultura espasmada e rígida do ocupante, liberta, oferece-se finalmente à cultura do povo tornado realmente irmão. As duas culturas podem enfrentar-se, enriquecer-se.

Em conclusão, a universalidade reside nesta decisão de assumir o relativismo recíproco de culturas diferentes, uma vez excluído irreversivelmente o estatuto colonial.

Terceira parte

Pela Argélia

1

Carta a um francês

Quando me revelaste o teu desejo de deixar a Argélia, a minha amizade fez-se repentinamente silenciosa. Imagens surgidas, tenazes e decisivas, certamente, estavam à entrada da minha memória.

Olhava-te e à tua mulher ao lado.

Vias-te já em França... Novos rostos à tua volta, bem longe deste país onde nestes últimos dias as coisas não correm decididamente bem.

Disseste-me: o ambiente deteriora-se, tenho de me ir embora. A tua decisão, sem ser irrevogável, porque a tinhas exprimido, tomava progressivamente forma.

Este país inexplicavelmente eriçado! As estradas que já não são seguras. Os trigais transformados em braseiros. Os Árabes que se tornam maus.

Diz-se. Diz-se.

As mulheres serão violadas. Os testículos serão cortados e esmagados entre os dentes.

Lembrem-se de Sétif! Querem outro Sétif?

Tê-lo-ão, mas nós não.

Disseste-me tudo isto a rir.

Mas a tua mulher não ria.

E por detrás do teu riso eu vi.

Vi as tua essencial ignorância das coisas deste país.

Das coisas, porque vou explicar-te.

Talvez partas, mas diz-me, quando te perguntarem: «Que se passa na Argélia?», que é que vais responder?

Quando os teus irmãos te perguntarem: «Que aconteceu na Argélia?», que lhes vais responder?

Mais precisamente, quando quiserem compreender por que abandonaste este país, que farás para apagar essa vergonha que já arrastas contigo?

Essa vergonha de não ter compreendido, de não ter querido compreender aquilo que à tua volta se passava todos os dias.

Estiveste oito anos neste país.

E nenhum pedaço desta chaga enorme te impediu!

E nenhum pedaço desta chaga enorme te obrigou!

A descobrires-te enfim como és.

Inquieto pelo Homem, mas, singularmente, não pelo Árabe.

Preocupado, angustiado, atormentado.

Mas, em pleno campo, a tua imersão na mesma lama, na mesma lepra.

Porque não há um só europeu que não se revolte, não se indigne, não se alarme com tudo, excepto com a sorte do Árabe.

Árabes despercebidos.

Árabes ignorados.

Árabes de que ninguém fala.

Árabes subtilizados, dissimulados.

Árabes quotidianamente negados, transformados em decoração do Sáara. E tu misturado com aqueles:

Que nunca apertaram a mão a um árabe.

Nunca beberam um café com um árabe.

Nunca falaram do tempo com um árabe.

A teu lado os Árabes.

Os Árabes postos de lado.

Os Árabes facilmente rejeitados.

Os Árabes confinados.

Cidade indígena esmagada.

Cidade de indígenas adormecidos.

Nunca acontece nada entre os Árabes.

Toda essa lepra a cobrir o teu corpo.

Partirás. Mas todas essas perguntas, essas perguntas sem resposta. O silêncio conjugado de 800 000 franceses, esse silêncio ignorante, esse silêncio inocente.

E 9 milhões de homens sob essa mortalha de silêncio.

Ofereço-te este *dossier* para que ninguém morra, nem os mortos de ontem, nem os ressuscitados de hoje.

Quero a minha voz brutal, não a quero bela, não a quero pura, não a quero de todas as dimensões.

Quero-a rasgada de lado a lado, não quero que se divirta, porque, enfim, falo do homem e da sua recusa, do apodrecimento quotidiano do homem, da sua pavorosa demissão.

Quero que contes.

Que eu diga por exemplo: há uma crise da escolarização na Argélia, para que tu penses: é pena, temos de lhe dar remédio.

Que eu diga: em trezentos, apenas um árabe sabe assinar o seu nome, para que tu penses: é triste, isso tem de acabar.

Ouve ainda mais:

Uma directora de escola que se lamenta à minha frente, que se lamenta por ser obrigada a admitir todos os anos na sua escola novas crianças árabes.

Uma directora de escola que se lamenta, uma vez todos os europeus inscritos, de ser obrigada a escolarizar algumas crianças árabes.

O analfabetismo desses rapazitos aumenta na medida exacta do nosso silêncio.

Mas certamente que não está a pensar instruir os Árabes.

O que quer é arranjar-nos complicações.

Eles estão bem como estão.

Quanto menos compreenderem, melhor.

E onde ir buscar os créditos?

Isso vai custar-lhe os olhos da cara.

Aliás, eles nem pedem tanto.

Um inquérito feito entre os caides mostra que o Árabe não exige escolas.

Milhões de pequenos engraxadores. Milhões de *porter-madame*. *

* *Porter-madame:* crianças que serviam as mulheres brancas. *(N. do T.)*

Milhões de dê-me-um-bocado-de-pão. Milhões de analfabetos «não sabendo assinar, não assina, nós assinamos».

Milhões de impressões digitais em processos verbais que levam às prisões.

Nas actas do senhor Cadi.

Nos alistamentos nos regimentos de atiradores argelinos.

Milhões de felás explorados, enganados, roubados.

Felás apanhados às quatro da manhã,
abandonados às oito da noite.
De sol a lua.

Felás inchados de água, inchados de folhas, inchados de códeas velhas que têm de chegar para todo o mês.

Felá imóvel, e os teus braços mexem, e as tuas costas curvadas mas a tua vida parada.

Passam os carros e não vos mexeis. Se vos passassem por cima do ventre, não vos mexeríeis.

Árabes nas estradas.

Paus enfiados na asa do cesto.

Cesto vazio, esperança vazia, toda esta morte do felá.

Duzentos e cinquenta francos por dia.

Felá sem terra.

Felá sem razão.

Se não estão contentes, vão-se embora. A barraca cheia de crianças. Mulheres grávidas nas barracas.

Felá ressequido.

Sem sonho.

Seis vezes duzentos e cinquenta francos por dia.

E nada aqui é vosso.

São amáveis para vocês, que mais querem?

Que fariam vocês sem nós? Ah, havia de ser bonito este país, se nos fôssemos embora! Transformado em pântano ao fim de pouco tempo, sim!

Vinte e quatro vezes duzentos e cinquenta francos por dia.

Trabalha, felá. No teu sangue, o desgaste prostrado de uma vida inteira.

Seis mil francos por mês.

No teu rosto o desespero.
No teu ventre a resignação...
Que importa, felá, se este país é belo?!

2

Carta ao Ministro Residente (1956)

Do Sr. Doutor Frantz FANON
Médico dos Hospitais Psiquiátricos
Médico-Chefe de serviço no Hospital
Psiquiátrico de

BLIDA-JOINVILLE

Ao Sr. Ministro Residente,
Governador-Geral da Argélia

ARGEL

Sr. Ministro,

A meu pedido e por portaria datada de 22 de Outubro de 1953, o Sr. Ministro da Saúde Pública e da População quis pôr-me à disposição do Sr. Governador-Geral da Argélia para ser afectado a um hospital psiquiátrico da Argélia.

Colocado no Hospital Psiquiátrico de Blida-Joinville a 23 de Novembro de 1953, desde essa data exerço aí as funções de médico-chefe de serviço.

Embora as condições objectivas da prática psiquiátrica na Argélia constituíssem já um desafio ao bom senso, pareceu-me que se deviam envidar esforços para tornar menos vicioso um sistema cujas bases doutrinais se opunham quotidianamente a uma perspectiva humana autêntica.

Durante quase três anos dediquei-me totalmente ao serviço deste país e dos homens que o habitam. Não poupei nem os meus esforços nem o meu entusiasmo. Nada houve na

minha acção que não exigisse como horizonte a emergência unanimemente desejada de um mundo válido.

Mas que significam o entusiasmo e o cuidado pelo homem, se diariamente a realidade é tecida de mentiras, de cobardias, de desprezo pelo homem?

De que servem as intenções, se a sua encarnação é tornada impossível pela indigência do coração, pela esterilidade do espírito, pelo ódio aos autóctones deste país?

A Loucura é um dos meios que o homem tem de perder a sua liberdade. E posso dizer que, colocado nesta intersecção, medi com horror a amplitude da alienação dos habitantes deste país.

Se a psiquiatria é a técnica médica que se propõe permitir ao homem deixar de ser estranho ao que o rodeia, devo afirmar que o Árabe, alienado permanente no seu país, vive num estado de despersonalização absoluta.

O estatuto da Argélia? Uma desumanização sistematizada.

Ora, a aposta absurda era querer, custasse o que custasse, fazer existir certos valores quando o não-direito, a desigualdade, o assassínio multiquotidiano do homem eram erigidos em princípios legislativos.

A estrutura social que existia na Argélia opunha-se a qualquer tentativa de voltar a dar ao indivíduo o seu lugar.

Sr. Ministro, chega um momento em que a tenacidade se torna perseverança mórbida. Então, a esperança já não é a porta aberta para o futuro, mas a defesa ilógica de uma atitude subjectiva em ruptura organizada com o real.

Sr. Ministro, os actuais acontecimentos que ensanguentam a Argélia não constituem um escândalo aos olhos do observador. Não são nem um acidente, nem uma avaria do mecanismo.

Os acontecimentos da Argélia são a consequência lógica de uma tentativa abortada de descerebralizar um povo.

Não era preciso ser-se psicólogo para adivinhar sob a aparente bonomia do Argelino, por detrás da sua despojada humildade, uma exigência fundamental de dignidade. E de

nada serve, por ocasião de manifestações não simplificáveis, apelar seja para que civismo for.

A função de uma estrutura social é edificar instituições atravessadas pela preocupação pelo homem. Uma sociedade que encurrala os seus membros em soluções desesperadas é uma sociedade inviável, uma sociedade a substituir.

O dever do cidadão é dizê-lo. Nenhuma moral profissional, nenhuma solidariedade de classe, nenhum desejo de lavar a roupa suja em família aqui prevalece. Nenhuma mistificação pseudonacional agrada à exigência do pensamento.

Sr. Ministro, a decisão de sancionar os grevistas de 5 de Julho de 1956 é uma medida que me parece literalmente irracional.

Ou os grevistas e as suas famílias foram aterrorizados na própria carne, e então era preciso compreender a sua atitude, julgá-la normal, resultado do ambiente.

Ou a sua abstenção traduzia uma corrente de opinião unânime, uma convicção inabalável, e então qualquer atitude punitiva era supérflua, gratuita e inoperante.

Devo à verdade dizer que o medo não me pareceu ser o traço dominante dos grevistas. Muito pelo contrário, havia o desejo inelutável de suscitar na calma e no silêncio uma era nova inteiramente de paz e dignidade.

Na cidade, o trabalhador deve colaborar na manifestação social. Mas é preciso que esteja convencido da excelência dessa sociedade vivida. Chega um momento em que o silêncio se torna mentira.

As intenções mestras da existência pessoal acomodam-se mal com atentados permanentes aos valores mais banais.

Há já longos meses que a minha consciência é palco de debates imperdoáveis. E a conclusão a que chego é a vontade de não desesperar do homem, isto é, de mim próprio.

A minha decisão é a de não assegurar, custe o que custar, uma responsabilidade sob o falacioso pretexto de nada mais haver a fazer.

Por todas estas razões, tenho a honra, Sr. Ministro, de lhe pedir que aceite a minha demissão e que dê por finda a minha missão na Argélia, com a certeza de toda a minha consideração.

Quarta parte

A caminho da libertação da África

1

Decepções e ilusões do colonialismo francês[1]

Há vinte anos que os povos coloniais desmantelam a dominação estrangeira e tomam lugar na cena internacional. Umas após outras, e segundo ritmos diferentes, as velhas metrópoles vão-se retirando das suas possessões. Se as expedições coloniais obedecem a um esquema dado e conhecido — necessidade de fazer reinar a ordem entre os bárbaros, protecção das concessões e dos interesses dos países europeus, contributo generoso da civilização ocidental —, ainda não se mostrou suficientemente a estereotipia dos meios que as metrópoles utilizam para se ligarem às suas colónias.

A guerra franco-argelina, pelas suas proporções e pela sua acuidade, permite ver em grande plano, devido até aos seus sucessivos fracassos, as tentativas que a França fez para manter o seu domínio.

A impossível colaboração

A primeira táctica dos países colonialistas consiste em ir buscar apoio aos colaboradores oficiais e aos feudais. Os Argelinos, particularmente designados por uma série de com-

1 *El Moudjahid*, n.º 10, Setembro de 1957. Regra geral, nesta série de artigos do órgão central da FLN, os acontecimentos a que Frantz Fanon se refere estão ainda suficientemente presentes na memória de toda a gente, e o próprio autor foi tão longe na sua preocupação de ser claro e didáctico que não julgámos necessário acrescentar a estes textos notas históricas explicativas.

promissos, são reagrupados e pede-se-lhes que condenem publicamente «esse movimento sedicioso que perturba a paz da cidade». Em 1954 e no decurso dos primeiros meses de 1955, a França procede ao recenseamento e à mobilização dos seus fiéis e leais servidores. Redigem-se, publicam-se ou lêem-se na rádio declarações, condenações e apelos ao bom senso.

As autoridades colonialistas esperam com confiança, depois com ansiedade, e finalmente sem esperança, os resultados dessas mensagens. Solicitados de novo, os servidores tomam o hábito, até então desconhecido, de declinar os convites, fogem às encenações oficiais e adoptam muitas vezes um vocabulário novo.

É que o compromisso revolucionário se revela cada vez mais total e os colaboradores têm consciência do gigantesco despertar de um povo em armas.

O argumento económico

Perante a defecção de homens que a França tinha utilizado e desonrado aos olhos do povo argelino e perante a hostilidade activa das elites as autoridades francesas lançam a segunda operação.

Esta resume-se fundamentalmente a tentar cortar a população considerada «sã» do movimento revolucionário.

Incapaz de apreender a significação real da luta de libertação, a França reconhece, num primeiro tempo, a existência de um problema que declara económico e social. Na esperança de abafar a voz da dignidade nacional, «compromete-se solenemente a combater a miséria e a resolver os problemas da habitação». Os salários são simbolicamente aumentados e anunciam-se projectos de investimento. Esta assimilação de uma reivindicação nacional a uma *jacquerie** ou a um descontentamento social obedece a uma dupla mistificação: não

* Insurreição camponesa espontânea. *(N. do T.)*

existe consciência nacional argelina e as promessas de melhoria do nível de vida das populações devem bastar para restabelecer a ordem e a paz.

Mas as autoridades francesas, utilizando delatores cada vez mais raros e mais dispendiosos, descobrem com uma certa desorientação que o movimento é sólido, que está enraizado nas massas e que é animado por elas.

Contra uma frente unida, métodos inumanos e cínicos

Num segundo tempo, e com uma rara duplicidade, a administração francesa organiza a operação «Mozabites», a operação «Cabilas», a operação «Judeus» e a operação «Harkas». O que se procura concretamente é o aparecimento no seio da população de correntes internas contraditórias, portanto contra-revolucionárias. O que caracteriza estas operações é a exploração de um certo número de hostilidades locais criadas pelo colonialismo, a manutenção e a intensificação provocada por diferenças culturais transformadas em luta de clãs ou, por vezes, de «raças».

DIVIDE ET IMPERA

Mélouza e Wagram levam ao ponto máximo da crueldade métodos em que violações, massacres ostensivamente assinados FLN, «limpezas» de aduares inteiros, têm como objectivo provocar a revolta da população e a condenação do movimento revolucionário. O erro comum destas diversas manobras reside no facto de as autoridades francesas esquecerem singularmente que a FLN se identifica com o povo argelino. Os maridos das mulheres violadas faziam parte do grupo FLN local. À noite, vinham dos seus sectores operacionais para beijar os filhos. E as casas do aduar destruído tinham sido construídas pelos *moudjahidines* que ocupavam a montanha circundante.

O estado-maior, vítima de uma política inactual e da ausência de informações sobre a estrutura da FLN, imagina que tudo é possível acontecer nas montanhas.

Ora, nada acontece que não esteja previsto e decidido. As deslocações de grupos obedecem a um programa

estratégico fixado pelo estado-maior do ELN. Cada unidade tem um sector preciso e um PC que a coordena.

Não existe unidade da FLN em migração mais ou menos coerente que possa massacrar aqui ou ali. Quando uma companhia ou um batalhão se desloca para fora do seu sector ou da sua região, é por ordem do estado-maior de Wilaya. Antes fizera-se a comunicação aos diversos PC regionais ou de zona, e a progressão é coberta pelas unidades locais.

Porque ignoravam isto, as autoridades francesas soltaram os seus soldados e os seus «harkas» sobre as populações civis argelinas.

A vontade de independência tornou-se cada vez mais irredutível.

A operação «Mozabites» durou poucos dias. Na maioria comerciantes, esses argelinos receberam muitas cartas de ameaça. Fizeram-se *raids* contra os seus armazéns. Desencadeou-se uma atmosfera de cariz racista. Esta tentativa grosseira acabaria por fracassar bastante rapidamente na sequência de uma acção de esclarecimento da FLN.

A operação «Judeus» situava-se igualmente numa perspectiva racista. Seria denunciada na célebre carta da FLN à comunidade judaica da Argélia.

Contudo, a principal carta do colonialismo era representada pelo MNA. Inexistente no território nacional, o messalismo beneficiava em França do apoio incondicional do inimigo. Os Franceses facilitaram por várias vezes o transporte de centenas de messalistas e procederam ao seu armamento. Identificados rapidamente à chegada ao território nacional pelo serviço de informações da FLN, ingressavam nas nossas fileiras ou eram condenados à morte e executados por traição à causa nacional e por colaboração com o inimigo.

Uma explicação clássica

Já não restava à França senão uma terceira e última operação a levar a cabo. Os seus dois momentos são geralmente

geminados: descoberta de uma inspiração estrangeira e particularmente comunista dos movimentos de libertação nacional.

A primeira fase, espectacular, ilustra perfeitamente o grau de inconsciência atingido pelos governos franceses. A expedição do Suez propunha-se ferir a Revolução Argelina no topo. O Egipto, acusado de dirigir a luta do povo argelino, era criminosamente bombardeado. A paz internacional, por momentos em perigo, seria salvaguardada pela atitude vigorosa e inequívoca da Organização das Nações Unidas.

Ora, na Argélia, as operações militares intensificavam-se simultaneamente. A FLN toma a iniciativa em toda a extensão do território. A grande greve de oito dias reafirma a unanimidade nacional na luta e a manutenção dos objectivos.

Começada, abandonada e retomada, a segunda fase nunca foi levada ao seu termo. O espantalho comunista foi pouco explorado. Os colonialistas franceses sentiam confusamente a incoerência deste. Tal tese não os convencia.

Assim, três operações políticas esbarraram, tal como as operações militares paralelas, nas forças nacionais argelinas. Todos os métodos conhecidos, todas as manobras habituais, se revelaram ineficazes, inadequados e inúteis. Na verdade, tentou-se de novo, episodicamente, uma ou outra dessas operações. Mas a sua energia esgotara-se.

Sonhos insensatos

Os estrategos franceses já não percebem nada do povo argelino. Os seus esquemas clássicos e longamente experimentados já não podem ser utilizados.

Assim, vemos, desde há alguns meses, a França afundar-se num probabilismo caracterizado. As declarações dos seus políticos assumem frequentemente um tom profético.

No seio da FLN haveria diferendos prestes a eclodir. Os militares iriam tentar tomar a direcção do movimento.

geminados: descoberta de uma inspiração estrangeira e particularmente comunista dos movimentos de libertação nacional.

A primeira fase, espectacular, ilustra perfeitamente o grau de inconsciência atingido pelos governos franceses. A expedição do Suez propunha-se ferir a Revolução Argelina no topo. O Egipto, acusado de dirigir a luta do povo argelino, era criminosamente bombardeado. A paz internacional, por momentos em perigo, seria salvaguardada pela atitude vigorosa e inequívoca da Organização das Nações Unidas.

Ora, na Argélia, as operações militares intensificavam-se simultaneamente. A FLN toma a iniciativa em toda a extensão do território. A grande greve de oito dias reafirma a unanimidade nacional na luta e a manutenção dos objectivos.

Começada, abandonada e retomada, a segunda fase nunca foi levada ao seu termo. O espantalho comunista foi pouco explorado. Os colonialistas franceses sentiam confusamente a incoerência deste. Tal tese não os convencia.

Assim, três operações políticas esbarraram, tal como as operações militares paralelas, nas forças nacionais argelinas. Todos os métodos conhecidos, todas as manobras habituais, se revelaram ineficazes, inadequados e inúteis. Na verdade, tentou-se de novo, episodicamente, uma ou outra dessas operações. Mas a sua energia esgotara-se.

Sonhos insensatos

Os estrategos franceses já não percebem nada do povo argelino. Os seus esquemas clássicos e longamente experimentados já não podem ser utilizados.

Assim, vemos, desde há alguns meses, a França afundar-se num probabilismo caracterizado. As declarações dos seus políticos assumem frequentemente um tom profético.

No seio da FLN haveria diferendos prestes a eclodir. Os militares iriam tentar tomar a direcção do movimento.

Travar-se-ia uma luta interna muito dura entre extremistas e moderados. As Cabilas faziam dentro em breve um golpe de Estado. Por fim, estaria iminente uma luta entre coronéis.

Abandonando a acção e evitando as decisões realistas, a França, na Argélia, espera, deseja e profetiza.

Isolada no território nacional, sem nenhum contacto com o povo argelino, a França adopta posições cada vez menos concretas, cada vez mais ilusórias.

Normalmente, pensam os governantes franceses, os Argelinos deviam começar a estar cansados.

Formulam-se votos, emitem-se hipóteses que, segundo uma lógica bem conhecida, são transformadas em elementos do real: os membros do Conselho Nacional da Revolução Argelina estariam divididos e os malvados militares aterrorizariam os partidários da negociação. Por vezes, decepcionados com a ineficácia dos seus desejos, os Franceses amuam.

Censura-se à FLN o seu carácter monolítico, a sua ausência de brechas, e ao povo argelino o bater-se por um morto.

Ora, enfrentar o real exige outras técnicas. As autoridades francesas devem dar-se conta de uma vez para sempre de que não é possível escapar aos factos. O refúgio no mundo dos desejos, em cóleras inúteis, não é solução para a guerra franco-argelina.

Sim, o povo argelino há três anos que é monolítico. É porque a palavra de ordem é de uma clareza e de uma simplicidade invulgares.

Independência nacional pela luta armada, objectivos, limites, métodos e meios da luta estão determinados de uma vez para sempre.

A quimera de divergências eventuais manifesta uma total ausência de sentido crítico, visto que também a realidade parece não se conformar com essas visões ou com esses desejos.

A FLN não é um movimento de reivindicações profissionais e qualquer regateio é impensável.

O CNRA não representa um grupo de interesses, mas o

estado-maior político-militar de uma nação em luta pela sua independência.

Sem preensão sobre o real, incapazes de reconhecer ou recusando-se a reconhecer a vontade nacional argelina e a tirar as conclusões lógicas que se impõem, as autoridades francesas vivem hoje sob o signo dos desejos e das profecias.

2

A Argélia perante os torcionários franceses[1]

A Revolução Argelina, pela inspiração profundamente humana que a anima e pelo seu culto apaixonado da liberdade, procede, desde há três anos, à destruição metódica de um certo número de mistificações.

De facto, a Revolução Argelina restitui à existência nacional os seus direitos. De facto, é testemunho da vontade do povo. Mas o interesse e o valor da nossa Revolução residem na mensagem de que é portadora.

As práticas autenticamente monstruosas que apareceram depois de 1 de Novembro de 1954 impressionam sobretudo pela sua generalização... Na realidade, a atitude das tropas francesas na Argélia insere-se numa estrutura de dominação policial, de racismo sistemático, de desumanização prosseguida de uma maneira racional. A tortura é inerente ao todo colonialista.

A Revolução Argelina, propondo-se a libertação do território nacional, visa não só à morte deste conjunto, como à elaboração de uma sociedade nova. A independência da Argélia não é apenas fim do colonialismo, mas desaparecimento, nesta parte do Mundo, de um gérmen de gangrena e de uma fonte de epidemia.

A libertação do território nacional argelino é uma derrota para o racismo e para a exploração do homem; inaugura o reino incondicional da Justiça.

1 *El Moudjahid*, n.º 10, Setembro de 1957.

A verdadeira contradição

As guerras de libertação nacional são frequentemente apresentadas como expressão das contradições internas dos países colonialistas. A guerra franco-argelina, ainda que inserindo-se num contexto histórico caracterizado pela eclosão simultânea e sucessiva de movimentos de libertação nacional, apresenta particularidades próprias.

Colónia de povoamento, declarada território metropolitano, a Argélia viveu sob uma dominação policial e militar jamais igualada em país colonial. Em primeiro lugar, isto explica-se pelo facto de a Argélia não ter praticamente nunca deposto as armas a partir de 1830. Mas, sobretudo, a França não ignora a importância da Argélia no seu dispositivo colonial, e nada pode explicar a sua obstinação e os seus incalculáveis esforços, a não ser a certeza de que a independência da Argélia provocará a curto prazo o desmoronar do seu império.

A Argélia, situada às portas da França, permite ao mundo ocidental observar em pormenor e como que em câmara lenta as contradições da situação colonial.

O apelo ao contingente francês, a mobilização de várias classes, a convocação dos oficiais e sargentos, os convites ao sacrifício periodicamente lançados ao povo, os impostos e o congelamento dos salários empenharam toda a Nação francesa nesta guerra de reconquista colonial.

O entusiasmo generalizado, e por vezes verdadeiramente sanguinário, que marcou a participação dos operários e dos camponeses franceses na guerra contra o povo argelino abalou nos seus fundamentos a tese de um país real opondo-se ao país legal.

Segundo uma frase significativa de um dos Presidentes do Conselho franceses, a nação identificou-se com o seu exército que combate na Argélia.

A guerra da Argélia é conscienciosamente feita por todos os franceses, e as poucas críticas expressas até agora por alguns individualistas evocam unicamente certos métodos que «pre-

cipitam a perda da Argélia». Mas a reconquista colonial na sua essência, a expedição armada, a tentativa de sufocar a liberdade de um povo, não são condenadas.

A tortura, necessidade fundamental do mundo colonial

De há algum tempo a esta parte, fala-se muito de torturas aplicadas pelos soldados franceses aos patriotas argelinos. Publicaram-se textos abundantes, precisos, pavorosos. Fizeram-se comparações históricas. Personalidades estrangeiras, e entre elas franceses, condenaram estas práticas.

Os franceses que se insurgem contra a tortura, ou que deploram a sua extensão, fazem pensar inevitavelmente naquelas belas almas de que falava certo filósofo, e o nome de «intelectuais cansados» que lhes é dado pelos seus compatriotas Lacoste e Lejeune é bastante pertinente. Não se pode querer ao mesmo tempo a continuação da dominação francesa na Argélia e condenar os meios de manter essa dominação.

A tortura na Argélia não é um acidente, nem um erro ou uma falta. O colonialismo não se compreende sem a possibilidade de torturar, de violar ou de massacrar.

A tortura é uma modalidade das relações ocupante-ocupado.

Os polícias franceses, que foram, durante muito tempo, os únicos a praticar essas torturas, não o ignoram. A necessidade de legitimar as torturas foi sempre considerada por eles como um escândalo e um paradoxo.

A tortura, estilo de vida

Resta que o sistema tem acidentes, avarias. A sua análise é de uma extrema importância.

No decurso do 1.º trimestre de 1956, revelaram-se inúmeros casos de polícias no limite da loucura.

As perturbações que apresentavam no interior do meio

familiar (ameaças de morte dirigidas à mulher, sevícias graves sobre os filhos, insónias, pesadelos, ameaças contínuas de suicídio[2] e as faltas profissionais de que se tornaram culpados (rixas com colegas, negligência no serviço, falta de firmeza, atitudes de desrespeito para com os chefes) implicaram muitas vezes cuidados médicos, transferência para outro serviço ou, mais frequentemente, mudança para França.

O múltiplo aparecimento de organismos revolucionários dinâmicos, as reacções fulminantes dos nossos *fidayines*, a implantação da FLN em todo o território nacional, punham aos polícias franceses problemas insuperáveis. O alerta permanente a que a FLN os condenava parecia dever explicar a irritabilidade dos polícias.

Ora, rapidamente, os polícias explicam-se.

Batem brutalmente nos filhos, porque julgam estar ainda com argelinos.

Ameaçam as suas mulheres, porque «todo o dia, ameaço e executo».

Não dormem, porque ouvem os gritos e os lamentos das suas vítimas.

Tais factos põem evidentemente certos problemas. Estamos em presença de homens torturados pelo remorso?

Trata-se de uma revolta da consciência moral?

As torturas reconhecidas por estes polícias constituem excepções?

A existência destes polícias na fronteira do patológico indica o carácter não habitual, insólito, em suma, ilegal, da tortura?

Por outras palavras, o polícia torcionário está em contradição com os «valores» do seu grupo e do sistema que defende?

Depois de terem negado a existência de torturas na Argélia, os Franceses utilizaram um duplo argumento.

Afirmaram, em primeiro lugar, tratar-se de casos excepcionais.

[2] Em Constantinois suicidou-se um comissário de polícia em 1956.

A maior demissão dos intelectuais franceses foi terem tolerado essa mentira. Vão-se tomar medidas, afirmou o Governo Francês, mas não podemos torná-las públicas. Como se a tortura de um homem ou o massacre organizado não fossem ambos abrangidos pelo direito criminal público. A paixão da verdade e da justiça não pode, sem se desmentir, aceitar semelhante fraude.

A fuga às responsabilidades

Mas os testemunhos tornavam-se cada vez mais numerosos, as torturas revelavam-se cada vez menos excepcionais, toda a responsabilidade foi atirada sobre elementos estrangeiros ao serviço do exército francês. Este segundo argumento é importante. Mostra simultaneamente o cinismo das autoridades francesas e a crescente impossibilidade de enganar, de dissimular, de mentir. Há um ano que os Franceses não se cansam de repetir que só antigos SS ao serviço da Legião são responsáveis pelas torturas. Ora, a maioria dos desertores do exército francês são legionários estrangeiros. É porque os métodos policiais franceses os revoltam, que esses alemães e esses italianos abandonam as fileiras inimigas e se juntam às unidades do ELN. Interrogamo-los às dezenas, antes do seu repatriamento. Estes antigos legionários são unânimes: a crueldade e o sadismo das forças francesas são pavorosos.

Em todo o caso importa não esquecer que o aparecimento de soldados torcionários remonta ao Inverno de 1955. Durante quase um ano, só os polícias torturam na Argélia.

Possuímos actualmente pormenores acerca dos métodos usados pelos Franceses. Foi publicada uma grande quantidade de testemunhos, e inventariada a importante gama de técnicas. Todavia, não foi fornecido nenhum elemento acerca da doutrina, da filosofia da tortura. Informações chegadas à FLN esclarecem singularmente esta racionalização.

Lofrédo e Podevin, teóricos da tortura

Os polícias franceses Lofrédo (comissário em Argel) e Podevin (chefe da polícia judiciária de Blida) precisaram, em intenção dos seus amigos e no decurso de exposições técnicas aos seus novos colaboradores, certas características dos seus métodos.

1) Vários testemunhos e relatórios convergentes de denunciantes designam um argelino como alguém que desempenha um papel importante na organização local da FLN. O patriota é preso e levado para as instalações da PJ. Não se lhe fazem perguntas, pois, nesta fase do inquérito, «não sabemos que rumo deve tomar o interrogatório e o suspeito não deve aperceber-se da nossa ignorância». O melhor meio consiste em quebrar a sua resistência utilizando o chamado método «de preparação pelo exemplo».

Alguns jipes saem da PJ e voltam com uma dezena de Argelinos apanhados ao acaso na rua ou, o que é mais frequente, num aduar dos arredores. Uns após outros, na presença do suspeito, que é o único que interessa à polícia, estes homens vão sendo torturados até à morte. Calcula-se que depois de 5 ou 6 assassinatos o verdadeiro interrogatório pode começar.

2) O segundo método consiste em torturar, em primeiro lugar, o interessado. São necessárias várias sessões para quebrar a sua energia. Nenhuma pergunta é posta ao suspeito. O inspector Podevin, que utilizou amplamente este método em Blida e depois em Argel, confessa que é difícil não dizer nada a partir do momento em que o torturado começa a pedir explicações. Por isso, é preciso quebrar rapidamente a sua resistência.

Na sexta ou sétima sessão apenas lhe dizem: fala.

Aqui o interrogatório não segue nenhuma orientação. Em princípio, o suspeito deve dizer tudo o que sabe.

Encontra-se o mesmo fenómeno nos dois casos: o interrogatório é diferido.

Nesta perspectiva, em que o pretexto dos fins tende cada vez mais a destacar-se dos meios, é normal que a tortura se torne a sua própria justificação. E o sistema colonialista, para ser lógico, deve aceitar reinvindicar a tortura como um dos seus elementos importantes.

Os intelectuais franceses e a imprensa francesa

Martin-Chauffier, num prudente relatório em que não é difícil descobrir uma semiaprovação, não pode escapar a este dilema. O argumento da tortura excepcional é aqui retomado com particular vigor. Todavia, o autor reconhece que «estes crimes, apesar de cometidos no escalão inferior, são de certo modo cobertos pela negligência dos poderes superiores em tomar um cuidado suficiente, e ameaçam pela quase impunidade que os encoraja erigirem-se num verdadeiro sistema». A contradição já não pode ser negada, e na frase que se segue é um IGAME, a mais alta autoridade francesa na Argélia, que aprova, aconselha e legitima estes crimes. A pretensa ignorância dos poderes superiores é manifestamente uma mentira e uma duplicidade.

Martin-Chauffier ficaria muito espantado se soubesse que a sua atitude era considerada aqui incompreensível. Na realidade, a tortura não é um meio para obter informações. Na Argélia tortura-se por perversão sádica e eis a única passagem válida do relatório de Martin-Chauffier: «Este sistema», diz, «tem como efeito perverter aqueles que são os seus instrumentos.»

G. M. Mattei, que participou nas expedições francesas na Argélia, acaba de publicar algumas páginas no número de Julho-Agosto de *Temps Modernes*. Escreve: «Lembro-me de que, de tempos a tempos, quando o cinema ambulante do batalhão vinha projectar um filme, e este não agradava, soldados e ofi-

ciais levantavam-se e iam tranquilamente passar o resto da noite com os prisioneiros... Os gritos eram em parte abafados pela música do filme.»

Mattei revolta-se contra estes atentados à dignidade e à honra francesas. E, naturalmente, termina o seu testemunho com o argumento doravante clássico dos democratas franceses: «Que geração nos preparam nesse caldo de cultura que é actualmente a Argélia?... Porque 'o mais grave', evidentemente, 'é aquilo em que se transformaram, após doze meses de EFN, estes jovens recrutados com quem passei seis meses: em verdadeiros mercenários'.»

Não se pode encontrar melhor exemplo daquilo a que no fim de contas se tem de chamar perversão do sentido moral. Quando os intelectuais franceses, com Mattei, repetem em coro «que actualmente na Argélia há uma vasta campanha de desumanização da juventude francesa» ou deploram que os soldados franceses «lá aprendam o fascismo», é preciso ver que estes humanistas só se preocupam com as consequências morais de tais crimes sobre a alma francesa. A gravidade das torturas e dos «trabalhos forçados», o horror das violações de raparriguinhas argelinas, só não são ignorados porque a sua existência ameaça uma certa ideia de honra francesa.

Vale a pena meditar sobre esta atitude. Semelhante exclusão do Argelino, semelhante ignorância do homem torturado ou da família massacrada, constitui um fenómeno inteiramente original. Aparenta-se a esta forma de pensamento egocêntrico, sociocêntrico, que se tornou característico dos Franceses.

Na realidade, o medo de uma contaminação moral (?) parece ser totalmente vão. Os polícias doentes não eram nada atormentados pelas suas consciências. Se mantêm o ritmo profissional fora dos gabinetes e oficinas, ou seja nas salas de tortura, é porque são vítimas de sobrecarga de trabalho. O que reclamavam estes polícias era menos um apaziguamento moral do que a possibilidade de retomar as torturas.

O sistema em questão

Na Argélia, o polícia que tortura não infringe nenhuma lei. Os seus actos situam-se no âmbito da instituição colonialista. Ao torturar, manifesta uma real fidelidade ao sistema. Por isso, também os soldados franceses não podem ter outra atitude sem condenar a dominação francesa. Na Argélia, todo o francês deve comportar-se como torcionário. Se quiser ficar na Argélia, a França não tem outra solução senão manter uma ocupação militar permanente e uma poderosa estrutura policial.

As forças inimigas não podem imaginar até que ponto lhes é impossível fazer outra coisa além da evacuação do território nacional.

O povo argelino não luta contra as torturas, a violação de raparigas ou os assassínios colectivos. A história da ocupação francesa é assinalada por tais crimes e em Kabylie ainda há pouco tempo se metia medo às crianças ameaçando-as de «chamar Bugeaud».

O povo argelino não ignora que a estrutura colonialista assenta na necessidade de torturar, de violar, de massacrar.

Por isso, a nossa reivindicação é, logo à primeira vista, total e absoluta.

Os polícias sádicos que perderam o sono, os soldados torcionários que «correm o risco de se transformar em fascistas», põem-nos, a nós argelinos, um problema preciso: como modificar a nossa estratégia e intensificar o nosso combate para que o território nacional seja, o mais depressa possível, libertado?

Qualquer outra consideração nos é radicalmente estranha.

3

A propósito de uma defesa[1]

Por vezes, para além das execuções colectivas ou das salas de tortura, os democratas franceses dirigem-se ao povo argelino e pedem-lhe que não reúna no mesmo desprezo e no mesmo ódio os diferentes elementos que representam o povo francês.

Georges Arnaud lembra, não sem amargura, que na Argélia tudo, e antes do mais a condenação à morte de uma inocente e de uma desequilibrada intoxicada pelos seus carrascos, se faz em nome do povo francês.

Há três anos, Georges Arnaud, que o povo argelino é massacrado em nome do povo francês.

A sua defesa de Djamila Bouhired honra-o, mas receie ter deixado de lado o essencial. O assassínio de Djamila Bouhired não levanta nenhum problema ao povo argelino.

Que ninguém se iluda: o riso de Djamila Bouhired à notícia da sua condenação à morte não é nem bravata estéril nem inconsciência.

Esse sorriso é bem mais a manifestação tranquila de uma certeza interior que permaneceu inabalável. O povo argelino não manifestou qualquer surpresa ao saber da condenação à morte de Djamila Bouhired. Pois não há uma só família argelina que não tenha sido ferida, enlutada, dizimada em nome do povo francês.

A mensagem de Djamila Bouhired inscreve-se na tradição dos argelinos mortos por uma Argélia independente. Os soldados do Exército Nacional, os homens e as mulheres da

1 *El Moudjahid*, n.º 12, de 15 de Novembro de 1957. A propósito do livro de Georges Arnaud e Jacques Vergès: *Pour Djamila Bouhired*.

Argélia, estão comprometidos, como Djamila Bouhired, num combate implacável contra a dominação estrangeira.

Depois disso, Georges Arnaud, houve múltiplas Djamila Bouhired, torturadas, violadas e massacradas em território argelino.

Haverá outras, e o povo argelino sabe-o. Sabe que a esperança do colonialismo francês é abalar a vontade nacional por meio destas execuções.

A característica da maioria dos democratas franceses é precisamente só se alarmarem com casos individuais, próprios para arrancar uma lágrima ou para provocar pequenas crises de consciência.

Por aqui se avalia a realidade do atraso histórico da consciência francesa. À luta pelo respeito das liberdades individuais e pelos direitos do Homem, tão fecunda há dois séculos, não consegue substituir a luta pelos direitos dos povos. Donde essa crispação em casos precisos e a esperança vã de interessar o povo francês pelo conjunto a partir de situações limites.

A situação limite não é nem Bouhired, nem Zeddour, nem mesmo o estádio de Phillipeville.

A situação limite é a vontade de 12 milhões de homens. É a única realidade. E não é simplificável.

Na verdade, Georges Arnaud, você pensa que presta um serviço ao povo francês ao falar-lhe de Djamila Bouhired. Mesmo que Djamila Bouhired fosse absolvida (de quê?) e agraciada, a luta do povo argelino e a repressão feita em nome do povo francês mudariam de forma?

É verdade que o seu livro foi escrito para um público francês. É verdade também que existem em França de algum tempo a esta parte hábitos fascistas sobre os quais se debruçam os escritores que se prezam. Por causa de tudo isto, a sua iniciativa é corajosa.

O que é essencial, compreende, Georges Arnaud, é não baralhar as cartas. É não apresentar Djamila Bouhired como uma pobre rapariga vítima da malvadez.

Djamila Bouhired é uma patriota argelina consciente, organizada no seio da FLN.

Não pede nem comiseração, nem piedade. A dignidade de Djamila Bouhired, a sua extraordinária tenacidade, a sua obstinação em manter-se de pé, em não falar, a sua preocupação em sorrir perante a morte, constituem as características essenciais da atitude nacional do povo argelino.

A morte de Djamila Bouhired, tem razão, Georges Arnaud, põe um problema ao povo francês.

Devemos, no entanto, reconhecer que durante três anos parece que este povo não se apercebeu da responsabilidade horrível que tomava, perante o Mundo e perante a História, ao caucionar, ao participar nesta guerra da Argélia, de que se pôde dizer que era a maior vergonha da nossa época.

Maître Jacques Vergès não pôde defender Djamila Bouhired. O senhor diz, Georges Arnaud, que faltou pouco para que ele tivesse sido linchado por essa parte do povo francês que reina em Argel.

Eis, pois, um novo pretexto para a revolta: os direitos da defesa, a protecção da defesa...

Como estamos longe desta guerra que, haverá que reconhecê-lo um dia, diz respeito a dois povos.

Quanto a Jacques Vergès, natural da Réunion, colónia francesa, basta-nos lembrar como alguns de nós fomos espezinhados em Lyon há dez anos para nos sentirmos em igualdade com ele.

Há dez anos, centenas de operários e de estudantes argelinos que manifestavam a sua solidariedade a um parente de Maître* Vergès, vítima de um conluio colonialista na Réunion, foram matraqueados pela polícia e pela guarda francesa.

Fica a Réunion assim tão longe de Argel?

4

Os intelectuais e os democratas franceses perante a Revolução Argelina[1]

I

Um dos primeiros deveres dos intelectuais, reunidos na ocorrência sob a designação de *intelligentsia,* e dos elementos democráticos dos países colonialistas é apoiar sem reservas a reivindicação nacional dos povos colonizados. Esta conduta fundamenta-se em dados teóricos muito importantes: defesa de uma ideia de homem, contestada no Ocidente, recusa de participar institucionalmente na degradação e na negação de certos valores, comunidade de interesses entre as classes trabalhadoras do país conquistador e o conjunto da população do país conquistado e dominado e, finalmente, preocupação de impor ao respectivo governo o respeito pelo direito dos povos a disporem de si próprios.

Este apoio e esta solidariedade resumem-se, antes do período da luta armada, à realização de alguns *meetings* anuais e à votação de moções. Algumas vezes, na sequência de uma repressão subitamente muito feroz, sinal precursor de uma repressão mais sistematizada, mais global (no caso da Argélia, as eleições de Naegelen e a conspiração de 1950-1951), aparecem campanhas de imprensa, declarações, avisos e apelos.

É preciso assinalar que nenhuma tentativa de explicação

1 Esta série de três artigos foi publicada em *El Moudjabid,* de 1, 15 e 30 de Dezembro de 1957.

é dada ao nível do conjunto da população do país colonialista. Porque não tem influência sobre o povo, sobre o país, a esquerda democrática, fechada em si mesma, convence-se, ao longo de artigos ou estudos, de que Bandoeng enterrou o colonialismo. Ora é o povo real, os camponeses e os operários, que é preciso informar. Incapaz de explicar, de comentar, à escala de milhões de operários e de camponeses do povo colonialista, as realidades do drama que começa, a esquerda encontra-se reduzida ao papel de Cassandra. Anuncia os cataclismos, mas a falta de preparação da opinião pública faz com que essas profecias, inexplicáveis no período pré-insurreccional, sejam assimiladas à cumplicidade no momento da explosão.

Uma ineficácia dolorosa

Assim, no caso particular da Argélia, depois da fase aguda pré-insurreccional (1952-1953), quando começa o período (sabotagens, atentados) da fase armada, vamos encontrar-nos perante uma esquerda desamparada e paradoxalmente apanhada desprevenida.

Os elementos democráticos e os intelectuais franceses conhecem os dados do problema. Por tê-los visto de muito perto e tê-los estudado durante muito tempo, conhecem a sua complexidade, profundidade e tensão. Mas todo o saber se revela vão, porque incomensurável relativamente às ideias simples que correm entre o povo.

Atulhada por este saber inutilizável, a esquerda beneficia de um estatuto de adivinho. Durante muito tempo repetirá aos governantes: «estavam prevenidos, tudo isto acontece por vossa culpa».

Nessa fase efervescente de alinhamento de forças e de organização da luta armada do povo colonizado, assiste-se a uma quase comunicação entre o povo revoltado e os elementos democráticos. É que, muitas vezes, os intelectuais e os democratas conheceram pessoalmente os actuais chefes da luta

armada. Instala-se, pois, entre eles uma espécie de cumplicidade aparente. Mas muito rapidamente essa pseudo-solidariedade activa será varrida pelos acontecimentos. Com efeito, no decurso do segundo período, caracterizado por escaramuças, emboscadas e atentados, a culpabilidade tão generosamente lançada sobre os responsáveis oficiais tende a deslocar-se. A repressão aprofunda-se, organiza-se, torna-se mais subtil. As câmaras de tortura aparecem. Em todo o território nacional argelino são assassinados dezenas e centenas de patriotas.

O povo concreto, os homens e as mulheres, as crianças e os velhos do país colonizado apercebem-se facilmente de que existir no sentido biológico da palavra e existir enquanto povo soberano coincidem. A única saída possível, a única via de salvação para este povo, é responder tão energicamente quanto possível à empresa de genocídio conduzida contra ele. A resposta torna-se cada vez mais absoluta.

O nacionalismo e a «barbárie»

É aqui que se situa um duplo fenómeno. Em primeiro lugar, uma propaganda ultrachauvinista, nacionalista, patriótica, que mobiliza os elementos racistas implícitos da consciência colectiva do povo colonialista, traz um novo elemento. A partir de então torna-se evidente que já não é possível apoiar o colonizado sem do mesmo modo se opor à via nacional. A luta contra o colonialismo torna-se luta contra a nação. A guerra de reconquista é assumida pelo conjunto do país colonialista, e os argumentos anticolonialistas perdem a sua eficácia, tornam-se teorias abstractas e chegam mesmo a desaparecer da literatura democrática.

No caso da Argélia, foi a partir de Março de 1956, com a chamada do contingente, que a nação francesa tomou nas suas mãos a guerra de reconquista colonial. As manifestações

de incorporados foram nessa altura os últimos sintomas de uma guerra considerada impopular a nível doutrinal.

A partir de 1956, a guerra da Argélia é aceite pela nação. A França quer a guerra, dirão explicitamente Guy Mollet e Bourgès-Maunoury; e o povo parisiense, a 14 de Julho de 1957, expressará aos pára-quedistas torcionários de Massu o grande reconhecimento da pátria. Os liberais abandonam a luta nesta fase. A acusação de traição que ameaça os adversários da guerra da Argélia torna-se uma arma poderosa nas mãos do Governo Francês. Assim pudemos ver no princípio do ano de 1957 um grande número de democratas calar-se ou ser ceifado pela vaga «vingadora» e elaborar um patriotismo elementar mal estruturado, dominado pelo racismo, violento, totalitário, em suma, fascista.

O Governo Francês encontrará o seu segundo argumento naquilo a que se chama terrorismo. As bombas em Argel serão exploradas pelo serviço de propaganda. Crianças feridas, inocentes, que não se chamam Bourgeaud ou que não correspondem à clássica definição do «feroz colonialista», põem aos democratas franceses problemas inesperados. A esquerda está abalada; Sakamody reforçará este recuo. Dez civis franceses são mortos numa emboscada e toda a esquerda francesa, num sobressalto unânime, brada: já não continuaremos convosco. A propaganda orquestra-se, insinua-se nos espíritos e desmantela as convicções já largamente abaladas. O conceito de barbárie aparece e fica assente que a França combate a barbárie na Argélia.

Uma grande parte dos intelectuais, a quase totalidade dessa esquerda democrática, desaba e impõe ao povo argelino as suas condições: condenem Sakamody e as bombas e nós mantemos o nosso apoio amigo.

Na madrugada do quarto ano da guerra de libertação nacional, face à nação francesa e face às bombas da Rue Michelet, a esquerda francesa torna-se cada vez mais ausente.

Alguns refugiaram-se no silêncio, outros escolheram certos temas que, episodicamente, reaparecem. A guerra da Argé-

lia deve cessar porque fica cara (a guerra da Argélia torna-se de novo impopular porque custa, simplesmente, 1200 biliões de francos), isola a França, ou permite a sua substituição pelos Anglo-Saxões ou pelos Russos ou por Nasser, etc. ...

Em França, sabe-se cada vez menos por que é que a guerra da Argélia deve acabar. Esquece-se cada vez mais que a França, na Argélia, espezinha a soberania popular, injuria o direito dos povos de dispor de si próprios, assassina milhares de homens e mulheres.

A guerra da Argélia tende a tornar-se, em França, no seio da esquerda, uma doença do sistema francês como a instabilidade ministerial; as guerras coloniais: um tique da França, uma parte do panorama nacional, um pormenor habitual.

II

Desde 1956, os intelectuais e os democratas franceses dirigem-se periodicamente à FLN. A maior parte das vezes, trata-se quer de conselhos políticos, quer de críticas a respeito de certa fisionomia da guerra de libertação. Esta atitude da *intelligentsia* francesa não deve ser interpretada como a consequência de uma solidariedade interna com o povo argelino. Esses conselhos e essas críticas explicam-se pelo desejo dificilmente reprimido de guiar, de orientar até o movimento de libertação do oprimido.

Assim se compreende a oscilação constante dos democratas franceses entre uma hostilidade manifesta ou latente e a aspiração totalmente irreal de militar «activamente até ao fim». Semelhante confusão indica a falta de preparação para os problemas concretos e a não inserção dos democratas franceses no plano da vida política interna francesa.

Ao longo desta linha de oscilação, os democratas franceses, à margem da luta ou manifestando a vontade de a observar do interior, e mesmo de participar nela na qualidade de censo-

res, de conselheiros, incapazes de ou recusando-se a escolher um terreno preciso ou a lutar no interior do dispositivo francês, ameaçam e praticam a chantagem.

A pseudojustificação desta atitude é que, para ter uma influência sobre a opinião francesa, é preciso condenar certos factos, rejeitar as excrescências inesperadas, manter as distâncias perante os «excessos». Nesses momentos de crise, de confrontação, pede-se à FLN que oriente a violência e que a torne selectiva.

O mito da Argélia Francesa

A este nível, a reflexão permite-nos descobrir uma particularidade importante do facto colonial argelino. No interior de uma nação, é clássico e banal identificar duas forças antagónicas: a classe operária e o capitalismo burguês. No país colonial esta distinção revela-se totalmente inadequada. O que define a situação colonial é bem mais o carácter indiferenciado que a dominação estrangeira apresenta. A situação colonial é em primeiro lugar uma conquista militar continuada e reforçada por uma administração civil e policial. Na Argélia, como em qualquer colónia, o opressor estrangeiro opõe-se ao autóctone como limite da sua dignidade, e define-se como contestação irredutível da existência nacional.

O estatuto do estrangeiro, do conquistador, do Francês na Argélia, é um estatuto de opressor. O Francês na Argélia não pode ser neutro ou inocente. Qualquer francês na Argélia oprime, despreza, domina. A esquerda francesa, que não pode ficar indiferente e impermeável aos seus próprios fantasmas, adopta na Argélia, no período que antecede a guerra de libertação, posições paradoxais.

Que é o colonialismo?

Os democratas franceses, ao decidirem chamar colonialismo ao que nunca deixou de ser conquista e ocupação militar,

simplificaram deliberadamente os factos. O termo «colonialismo», criado pelo opressor, é demasiado afectivo, demasiado emocional. É situar um problema nacional num plano psicológico. Por isso, no espírito destes democratas, o contrário de colonialismo não é de modo nenhum o reconhecimento do direito dos povos de dispor de si próprios, mas a necessidade à escala individual de comportamentos menos racistas, mais abertos, mais liberais.

O colonialismo não é um tipo de relações individuais, mas a conquista de um território nacional e a opressão de um povo; é tudo. Não é um certo comportamento humano ou uma modalidade de relações entre indivíduos. Actualmente, todo o francês na Argélia é um soldado inimigo. Enquanto a Argélia não for independente, é preciso aceitar esta consequência lógica. Lacoste compreendeu ao «mobilizar à superfície» os franceses e francesas que vivem na Argélia.

No termo desta análise, apercebemo-nos de que, em vez de acusar a Frente de Libertação Nacional por algumas das suas acções urbanas, se deveria, pelo contrário, apreciar os esforços que ela impõe ao povo.

Foi por não terem entendido que o colonialismo é apenas uma dominação militar que os democratas franceses se encontram hoje no limite do paradoxo.

Vítimas do mito da Argélia Francesa, os partidos de esquerda criam no território argelino secções argelinas dos partidos políticos franceses. As palavras de ordem, os programas, os modos de luta, são idênticos aos da «metrópole». Uma posição doutrinal, até há pouco incontestada, justificou esta atitude. Dizia-se que num país colonial há entre o povo colonizado e a classe operária do país colonialista uma comunidade de interesses. A história das guerras de libertação levadas a cabo por povos colonizados é a história da não verificação desta tese.

O colonialismo não é Borgeaud

O povo argelino mostra-se refractário à imagística simplista que quer que o colonialista seja um tipo particular de homem facilmente reconhecível. Foi assim que se adiantou que nem todos os franceses na Argélia são colonialistas, ou que se estabeleceram graus no colonialismo. Ora, nem Borgeaud nem De Sérigny caracterizam totalmente o colonialismo francês na Argélia. O colonialismo francês, a opressão francesa na Argélia, formam um conjunto coerente que não requer forçosamente a existência de Borgeaud. A dominação francesa é a totalidade das forças que se opõem à existência da nação argelina, e para o Argelino, concretamente, Blachette não é mais «colonialista» do que um agente da polícia, um guarda florestal ou um professor primário.

O Argelino sente globalmente o colonialismo francês, não por simplismo ou xenofobia, mas porque, realmente, todo o francês na Argélia mantém com o Argelino relações baseadas na força. Evocar casos particulares de franceses anormalmente gentis para com argelinos não modifica a natureza das relações entre um grupo estrangeiro que açambarcou os atributos da soberania nacional e o povo que se encontra privado do exercício do Poder. Nenhuma relação pessoal pode contradizer este dado fundamental: a nação francesa, por intermédio dos seus representantes, opõe-se à existência da nação argelina.

Nas colónias de enquadramento, o povo colonialista é representado por soldados, polícias e técnicos. O povo colonialista pode, nestas condições, refugiar-se na ignorância dos factos e declarar-se inocente quanto à colonização. Nas colónias de povoamento esta fuga de si próprio torna-se impossível. Porque, segundo a célebre fórmula de um chefe de Estado francês, «não existe um só francês que não tenha um primo na Argélia», toda a nação francesa está comprometida no crime contra um povo e é hoje cúmplice dos assassínios e das torturas que caracterizam a guerra da Argélia.

O autêntico democrata francês não deve estar contra Borgeaud ou contra Blachette, deve, sim, evitar escolher arbitrariamente alguns bodes expiatórios que não podem exprimir os cento e trinta anos de opressão colonialista. O democrata francês deve julgar e condenar o conjunto da colonização reconduzida à sua categoria de opressão militar e policial. É preciso que se convença de que todo o francês na Argélia reage como Borgeaud. Não existem, na Argélia, franceses cuja própria existência não seja justificada por essa dominação.

Porque não pode adoptar esta atitude por falta de coragem ou erro de análise, o democrata francês refere-se constantemente a abstracções — o colonialismo em geral está a morrer, o colonialismo é desumano, a França deve manter-se fiel à sua história —, esquecendo assim singularmente que o colonialismo constitui uma parte importante da história francesa.

O colonialismo é a organização da dominação de uma nação após a conquista militar. A guerra de libertação não é um pedido de reformas, mas o esforço grandioso de um povo, a quem mumificaram, para reencontrar o seu génio, para retomar em suas próprias mãos a sua história e instalar-se como soberano.

Alguns franceses, no âmbito da OTAN, recusam-se a servir sob as ordens do general alemão Speidel, mas aceitam bater-se contra o povo argelino. Ora, em todo o rigor, a fidelidade ao espírito de resistência francesa exigiria que todo o francês a quem repugna servir às ordens de Speidel, coerente consigo mesmo, recusasse combater às ordens de Massu ou Salan.

III

Evidentemente, os governantes franceses têm razão quando pretendem que o problema argelino abala as próprias bases da República. Desde há alguns anos, o mito da Argélia Fran-

cesa foi submetido a uma rude prova, e na consciência francesa instalou-se uma dose de incerteza quanto à verdade desta tese.

Puderam registar-se à escala internacional repercussões desta natureza. Todavia, tais progressos não resolveram totalmente o problema da mistificação gerada por dezenas de anos de ensino mentiroso e de falsificação histórica sistematizada.

O preço da mistificação

Quando se analisam de perto as relações colonialistas que existiram entre a Argélia e a França, apercebemo-nos de que o território argelino, pelas próprias características da sua conquista, representou sempre para a França um prolongamento mais ou menos real. Em momento algum a França expressou nos mesmos termos o seu direito de propriedade sobre a África Negra ou sobre qualquer outra parcela do «Império Francês». Foi possível decretar que a África Negra era terra francesa, mas nunca foi decidido que a África Negra fosse a França.

O direito da França em África referia-se sobretudo a um direito de propriedade, enquanto na Argélia desde o princípio que se afirmavam relações de identidade. Vimos que os democratas franceses, salvo raras excepções, adaptaram a sua atitude a esta óptica. Os partidos políticos franceses não esconderam a necessidade em que se encontravam de obedecer a esta mistificação. Laurent Casanova, num discurso aos estudantes comunistas proferido a 17 de Março de 1957 em Paris, respondendo às críticas que lhe eram dirigidas pela juventude comunista acerca da atitude do Partido Comunista Francês perante o problema argelino, justificava-se pedindo-lhes que tivessem em conta «a atitude espontânea das massas populares francesas face à questão».

Porque durante cento e trinta anos a consciência nacional francesa se elaborou a partir de um princípio básico simples:

a Argélia é a França, choca-se hoje, no momento em que uma grande parte do povo francês se dá racionalmente conta de que o seu interesse vai no sentido do fim da guerra e do reconhecimento de um Estado argelino independente, com reacções instintivas, passionais, anti-históricas.

Nunca o princípio que pretende que ninguém escraviza impunemente foi tão totalmente verdadeiro. Depois de ter domesticado o povo argelino durante mais de um século, a França encontra-se prisioneira da sua conquista e incapaz de se separar dela, de definir novas relações, de tomar novas orientações.

Um regateio odioso

Aliás, o grande erro seria considerar o problema resolvido com estas considerações psicológicas. Os confrontos com os representantes da esquerda francesa trazem ao de cima preocupações muito mais complexas. Assim, do ponto de vista preciso do futuro da Argélia independente, encontramo-nos perante duas exigências contraditórias, que, aliás, correspondem, numa escala mais elevada, à concepção maniqueísta do bem e do mal que há já alguns anos divide o Mundo.

A esquerda não comunista assegura-nos o seu apoio, promete-nos as suas intervenções, mas exige-nos a garantia de que a Argélia jamais se afundará no bloco comunista ou no bloco dito neutralista. O anticolonialismo destes democratas não é, pois, incondicional e sem reservas, mas supõe uma opção política precisa. Certamente que não lhes faltam argumentos. Trocar o colonialismo francês pelo «colonialismo» vermelho ou nasseriano parece-lhes uma operação negativa, porque, afirmam, na hora actual dos grandes conjuntos, é obrigatório um alinhamento, e os seus conselhos são bem claros: é preciso escolher o bloco ocidental.

Esta esquerda não comunista é geralmente reticente quando lhe explicamos que, de momento, o povo argelino pretende

libertar-se do jugo colonialista francês. Recusando manter-se estritamente no plano da descolonização e da libertação nacional, a esquerda francesa não comunista conjura-nos a que conjuguemos os dois esforços: recusa do colonialismo francês e do comunismo soviético-neutralista.

Põe-se o mesmo problema, segundo um dinamismo inverso, com a esquerda francesa comunista. O Partido Comunista Francês, diz, não pode apoiar senão certos movimentos de libertação nacional, pois, que interesse teria para nós, comunistas franceses, a irrupção do imperialismo americano na Argélia? Também aqui nos pedem garantias, querem arrancar-nos promessas. Exigem condições.

Compreende-se que tais dificuldades incomodem a acção anticolonialista da esquerda francesa. É que a Argélia ainda não independente é já objecto de lutas de influência à escala internacional. Para quem é que a Argélia se vai então libertar? O povo argelino, desde há três anos, não deixa de repetir que se propõe libertar-se por sua própria conta, que o que é importante para ele é em primeiro lugar reconquistar a sua soberania, assegurar a sua autoridade, realizar a sua humanização, a sua liberdade económica e política; mas estas evidências não parecem ser aceites.

O povo argelino sofre terrivelmente com o seu nascimento para a independência e já lhe regateiam, com uma agressividade invulgar, a mais pequena parcela de apoio. É assim que não é raro ouvirmos certos franceses democratas dizerem-nos: ajudem-nos a ajudar-vos. O que significa claramente: digam-nos um pouco para onde pensam dirigir-se depois.

Esta intimação, que se situa sempre à escala individual entre franceses e argelinos, representa certamente um dos aspectos mais dolorosos da luta pela independência. Alguns democratas franceses chocam-se por vezes com a sinceridade do combatente argelino. É que o carácter total da guerra que conduzimos repercute-se na maneira não menos radical de vivermos as relações individuais. E temos de confessar que não suportamos ver certos franceses, que tínhamos conside-

rado amigos, comportarem-se connosco como negociantes e fazerem esta espécie de chantagem odiosa que é solidariedade associada a restrições fundamentais dos nossos objectivos.

Um desacordo fundamental

Se compararmos a atitude da esquerda francesa relativamente aos objectivos da nossa luta, vemos que nenhuma fracção admite a eventualidade de uma libertação nacional real.

A esquerda não comunista concede que o estatuto colonial tem de desaparecer. Mas entre a liquidação do regime colonial — reportada na ocorrência a um regime preferencial, com luta de castas no interior de um conjunto — e o reconhecimento de uma nação argelina, independente da França, essa esquerda interpôs uma multidão de etapes, de subetapes, de soluções originais, de compromissos.

É claro que para esta parte da esquerda o fim da guerra da Argélia deve implicar uma espécie de federalismo interno e de União Francesa renovada. O nosso desacordo com essa opinião francesa não é, pois, nem de ordem psicológica, nem de ordem táctica, como alguns pretendem. Os radicais de esquerda, os socialistas minoritários e os MRP de esquerda não aceitaram a ideia de uma independência argelina. Assim as posições do género: estamos de acordo quanto ao fundo, mas não quanto aos métodos, são radicalmente falsas.

A esquerda comunista, por sua vez, ao mesmo tempo que proclama a necessária evolução dos países coloniais para a independência, exige a manutenção de laços particulares com a França. Estas posições manifestam claramente que mesmo os partidos ditos extremistas consideram que a França tem direitos na Argélia e que o levantar da dominação não deve obrigatoriamente ser acompanhado do desaparecimento de todos os laços. Esta disposição de espírito é apresentada sob as formas de um paternalismo tecnocrático, de uma chantagem com a regressão.

Sem laços com a França, auguram-nos, que farão? Precisam de técnicos, de divisas, de máquinas... Até o quadro catastrófico de uma Argélia comida pelo deserto, infestada de pântanos e devastada pelas doenças é mobilizado para nos fazer reflectir.

Os colonialistas, na sua propaganda, dizem ao povo francês: a França não pode viver sem a Argélia.

Os anticolonialistas franceses dizem aos Argelinos: a Argélia não pode viver sem a França.

Os democratas franceses nem sempre se apercebem do carácter colonialista, ou, para empregar um conceito novo, neocolonialista, da sua atitude.

A exigência de laços particulares com a França corresponde ao desejo de manter intactas estruturas coloniais. Trata-se aqui de uma espécie de terrorismo do necessário a partir do qual se decide que nada de válido na Argélia poderia ser concebido ou realizado à margem da França. Com efeito, a reclamação de laços particulares com a França reconduz-se à vontade de manter eternamente a Argélia num estádio de Estado menor e protegido. Mas é também garantir certas formas de exploração do povo argelino. É incontestavelmente dar provas de uma grave incompreensão das perspectivas revolucionárias da luta nacional.

Será demasiado tarde?

É preciso que os democratas franceses superem as contradições que esterilizam as suas posições, se quiserem efectuar uma autêntica democratização com os colonialistas. Será na medida em que a opinião democrática francesa não puser reticências que a sua acção poderá ser eficaz e decisiva.

Porque a esquerda obedece inconscientemente ao mito da Argélia francesa, a sua acção contenta-se com visar uma Argélia onde reinasse mais justiça e liberdade, ou, na melhor das hipóteses, uma Argélia governada menos directamente pela

França. O chauvinismo passional da opinião francesa sobre a questão argelina pressiona esta esquerda, inspira-lhe uma prudência excessiva, abala os seus princípios e coloca-a numa situação paradoxal e rapidamente estéril.

O povo argelino pensa que a esquerda francesa não fez tudo o que devia no âmbito da guerra da Argélia. Para nós, não se trata de acusar os democratas franceses, mas de chamar a sua atenção para certas atitudes que nos parecem opostas aos princípios do anticolonialismo.

Talvez não seja inútil lembrar a atitude da Internacional Socialista perante esta questão. Ninguém ignora que em 1956 a delegação francesa conduzida por Pineau foi condenada e que Bevan em 1957, aquando do congresso socialista de Toulouse, exprimiu publicamente a sua decepção e a sua cólera perante o racismo e o colonialismo da SFIO.

Desde 1954, o povo argelino luta pela independência nacional. Trata-se de um território conquistado há mais de um século que exprime a sua vontade de se constituir em nação soberana. A esquerda francesa deve apoiar sem reserva este esforço. Nem a presença de uma minoria europeia, nem Sakamody podem ou devem enfraquecer a determinação de uma esquerda autêntica. Vimos que a propaganda de Lacoste não cessa de afirmar que a França, na Argélia, combate a barbárie. A esquerda deve mostrar-se impermeável a esta campanha e exigir o fim da guerra e o reconhecimento da independência da Argélia.

Vimos, porém, que alguns democratas utilizam o raciocínio seguinte: se querem que a nossa ajuda continue, condenem estes ou aqueles actos. Assim, a luta de um povo pela sua independência deve ser diáfana se quiser beneficiar do apoio dos democratas.

Paradoxalmente, reencontra-se aqui a atitude de Guy Mollet, que, para continuar a sua guerra, designa uma comissão de salvaguarda com a missão de apontar «excessos», isolando espectacularmente os maus soldados do bom e justo e fecundo exército francês.

As tarefas da esquerda francesa

A FLN dirige-se a toda a esquerda francesa e pede-lhe neste quarto ano de guerra que se comprometa concretamente no combate pela paz na Argélia.

Em momento algum pode estar em questão para os democratas franceses juntarem-se às nossas fileiras ou traírem o seu país. Sem renegar a sua nação, a esquerda francesa deve lutar para que o governo do seu país respeite os valores que se chamam: direito dos povos de dispor de si próprios, reconhecimento da vontade nacional, liquidação do colonialismo, relações recíprocas e enriquecedoras entre povos livres.

A FLN dirige-se à esquerda francesa, aos democratas franceses, e pede-lhes que encorajem qualquer greve levada a cabo pelo povo francês contra a subida do custo de vida, os novos impostos, a restrição das liberdades democráticas em França, consequências directas da guerra da Argélia.

A FLN pede à esquerda francesa que reforce a sua acção de informação e continue a explicar às massas francesas as características da luta do povo argelino, os princípios que a animam, os objectivos da Revolução.

A FLN saúda os franceses que tiveram a coragem de se recusar a pegar em armas contra o povo argelino e que estão actualmente na prisão.

Estes exemplos devem multiplicar-se, a fim de que seja claro para toda a gente, e em primeiro lugar para o Governo Francês, que o povo francês recusa esta guerra que é feita em seu nome contra o direito dos povos, pela continuação da opressão, contra o primado da liberdade.

5

Nas Antilhas, nascimento de uma nação[1]?

A 3 de Janeiro de 1958, as «Antilhas Britânicas» desapareceram, para darem lugar a uma «Federação das Índias Ocidentais», destinada a transformar-se — como o Ghana, por exemplo — num domínio no seio da Commonwealth.

Uma colónia acaba, pois, de obter a sua autonomia interna, com a promessa de independência, no arquipélago das Antilhas.

Que significado tem este acontecimento para os povos de uma das regiões do Globo mais longamente marcada pelo colonialismo?

O açúcar rei

O arquipélago das Caraíbas, como também se chama às Antilhas (do nome dos seus primeiros habitantes, os índios Caraíbas, completamente desaparecidos, primeiras vítimas da exploração branca nesta região), é constituído por uma poeira de ilhas, umas grandes, outras minúsculas, que se dispõem entre a América do Norte e a América do Sul; comandam, assim, a passagem para o canal do Panamá, nó essencial de comunicações para a América.

Toda a sua história foi marcada pela sua situação num clima tropical e pela riqueza do seu solo, que as torna particularmente propícias à produção da cana-de-açúcar.

Quando os Europeus descobriram a América, o açúcar

1 *El Moudjahid*, n.º 16, de 15 de Janeiro de 1958.

de beterraba não era ainda conhecido: a possessão destas terras de açúcar tornava-se uma fonte de riqueza e cada potência quis ter a «sua» Antilha. Espanhóis, Ingleses, Franceses, Holandeses, organizaram, nos seus respectivos domínios, a produção e a exploração do açúcar de cana, em proveito exclusivo da «metrópole».

Punha-se um problema, o da mão-de-obra; os índios Caraíbas não resistiram ao trabalho extremamente duro exigido nas plantações. E em breve o «tráfico de negros» foi o meio utilizado para os substituir: carregamentos inteiros de escravos «importados» da África em condições horríveis foram despejados nas Antilhas.

Durante séculos, a mão-de-obra negra foi assim açambarcada, vendida, comprada, arrebanhada e obrigada a trabalhar como verdadeiro gado, trabalho de que os Estados europeus beneficiavam por intermédio dos grandes proprietários, dos plantadores brancos, dos comerciantes, dos importadores dos portos da Europa.

E, perante o poderio extraordinário dos plantadores brancos, a abolição da escravatura no século XIX revelou-se incapaz de provocar a melhoria real da situação dos trabalhadores negros. Estes tiveram de permanecer operários agrícolas nas plantações, e ainda hoje as suas miseráveis barracas rodeiam a casa luxuosa do plantador.

«A abolição da escravatura deixou o recém-liberto tão dependente e à mercê do açúcar rei como o fora enquanto escravo.» (Eric Williams.)

A «realeza do açúcar», forma antilhana do colonialismo, fez destas ilhas, outrora florescentes, uma das regiões «subdesenvolvidas» do Mundo.

Cultura exclusiva de um produto destinado à exportação, em vez de culturas alimentares; ausência de industrialização; vida cara (porque tudo tem de ser importado da «metrópole», situada a 7000 km, ou, no melhor dos casos, da América); concentração das terras nas mãos de alguns grandes proprietários todos-poderosos em relação aos seus operários e às

administrações; miséria dos camponeses sem terra, reduzidos ao desemprego, cada vez mais numerosos devido a um crescimento demográfico muito forte; tentativas de emigração para o estrangeiro (porto-riquenhos para os EUA, jamaicanos para Inglaterra) ou reagrupamento nos bairros-de-lata dos subúrbios; analfabetismo, subalimentação, saúde deficiente.

Miséria de todos os colonizados, terrivelmente agravada por um racismo odioso, talvez a mais cruel sequela da escravatura, que opôs entre si brancos, negros e também mulatos. Miséria contra a qual a luta é especialmente difícil, dados os particularismos criados por quatro séculos de colonização.

Colónias justapostas

Porque estas ilhas, que têm, de um modo geral, o mesmo clima, a mesma população, os mesmos problemas económicos e sociais, foram modeladas por senhores diferentes: os Jamaicanos falam inglês, ou um patoá à base do inglês, lêem livros ingleses, consomem produtos ingleses, vão (quando podem) para as universidades ou para as fábricas inglesas e lutam contra o poder inglês.

Os Porto-Riquenhos, na maioria de origem branca, estão muito ligados à língua da sua antiga metrópole, a Espanha, mesmo quando emigram para a América do Norte.

Os antilhanos da Martinica e de Guadalupe, «Departamento do Ultramar», suportam desde há séculos a política de assimilação cara à França, tendente a despojá-los sistematicamente da sua personalidade, a ponto de alguns deles serem funcionários da França nas suas outras colónias.

Se Aimé Césaire pôde falar «numa espécie de gueto insular» entre as diferentes ilhas, quer dizer que a solidariedade antilhana, inscrita nos factos e sentida pelos antilhanos mais conscientes, está longe ainda de se traduzir na vida quotidiana e mesmo na luta de emancipação: cada uma das ilhas tem, em

primeiro lugar, de adaptar o seu esforço contra o inimigo particular a vencer.

Em todas as Antilhas, o movimento de libertação económica e política do século XIX está inserido num renascimento cultural de múltiplas formas: tomada de consciência da história antilhana, reabilitação das tradições populares, redescoberta dos cultos africanos como forma de resistência à opressão ocidental e cristã (ao «cristianismo forçado»), aceitação do passado de escravatura, orgulho de pertencer à raça negra.

Este renascimento manifesta-se actualmente, com muito vigor, no plano intelectual, em Haiti, nas Antilhas francesas e nas Antilhas britânicas, onde, precisamente, uma linguagem comum, o crioulo (mistura de francês, inglês, espanhol e dialectos africanos), constitui um laço e um melhor meio de expressão da consciência antilhana.

Quanto às reivindicações, são tanto mais enérgicas quanto mais a opressão colonial e a opressão racial agravam a opressão social na maioria das ilhas.

A Federação das Índias Ocidentais, futuro domínio

Na Jamaica: Os trabalhadores da indústria açucareira organizam-se a partir de 1920, tendo como líder Bustamante. Em 1938, uma revolta é reprimida pelo exército. Nessa época aparece um partido político, o People's National Party (PNP), impulsionado por um advogado, Norman Manley. O PNP é o partido político de união nacional mais poderoso; enquanto Bustamante, demagogo, se torna ditatorial no seu sindicato (de que é «presidente vitalício»!) cria-se uma nova central ligada ao PNP.

Em 1954, o partido de Manley é maioritário no país e na Assembleia: uma depuração, no seio do partido, decapita a ala esquerda, que tinha alguns marxistas e sobretudo sindicalistas.

Desde então, Norman Manley, chefe do Governo da Jamaica, evolui para o reformismo; suscita uma terceira cen-

tral sindical e visa transformações económicas superficiais com a ajuda, no exterior, dos EUA e, no interior, dos plantadores «nacionais». Mas o PNP mantém-se sólido e majoritário. Manley é um dos homens políticos das Caraíbas que «pensa em antilhano». Para ele, uma nação antilhana acaba de nascer, a federação inglesa não é mais do que uma etape. O estatuto de domínio será a segunda etape, que permite pensar numa confederação trilingue de todas as Antilhas. Manley mantém-se majoritário na Jamaica porque exprime a consciência nacional antilhana: faz grandes progressos na consciência popular a ideia de uma nação antilhana.

Na Trindade: A presença de jazigos de petróleo deu origem a uma industrialização única nas Antilhas.

Em 1919, primeiras greves de estivadores e início de um grande movimento de reivindicação política, animado por um colono branco: o «capitão» Cipriani, que virá a ser prefeito de Port of Spain, a capital.

Em Fevereiro de 1935, novos incidentes. Em 1937: uma marcha da fome sobre Port of Spain transforma-se numa verdadeira sublevação, esmagada pelo exército inglês. Mas organiza-se um sindicato sob o impulso de um líder activo: Butler, e hoje a Oil Workers Trade Union (Sindicato dos Trabalhadores do Petróleo) desempenha um papel muito importante na organização económica da ilha.

A partir de 1955, Eric Williams organizou, segundo o modelo do PNP da Jamaica, um People's National Mouvement (PNM), que, em Setembro de 1956, obteve a maioria absoluta nas eleições; apesar disso, Eric Williams foi expulso, o PNM não está no Poder; a sua primeira reivindicação é a autonomia interna com sufrágio universal.

Na Barbados: O exemplo do levantamento de 1937 na Trindade foi contagioso: Clément Payne organiza os primeiros sindicatos. Em 1945, novos incidentes, incêndio de uma colheita de cana-de-açúcar. Dois movimentos existem desde

a guerra, um sindicato muito poderoso dos «trabalhadores das plantações de açúcar» e um partido político socializante, actualmente no poder graças à abolição do sistema de duas câmaras desde 1950 (a primeira câmara era reservada aos brancos). O sufrágio universal levou à presidência Grantley H. Adams, advogado e líder sindical, mas a autonomia relativa da ilha é refreada pelos poderes políticos que o governador inglês conserva e pela dominação económica exercida pelos plantadores brancos.

Hoje, a Jamaica, a Trindade, a Barbados e as outras pequenas ilhas, cada uma com o seu estatuto, estão federadas. A Inglaterra, sob a pressão das forças de emancipação locais e receando uma contaminação marxista vinda da Guiana inglesa (onde o doutor Jagan é presidente desde 1957), reconheceu a existência de uma nação antilhana. Está aberta a via para a independência e a confederação continua a ser a perspectiva quer do trabalhista moderadíssimo Manley, quer do jovem Eric Williams.

A 25 de Março próximo, as eleições por sufrágio universal para o Parlamento Federal traduzirão a nova realidade.

O resto do arquipélago

Haiti: Haiti resulta da separação da antiga colónia francesa de S. Domingos em duas partes: a República Dominicana a leste, onde vivem os brancos, e o Haiti, a oeste, com a gente de cor.

As Antilhas Francesas «Departamentos do Ultramar»: A evolução política acelerada da Martinica e de Guadalupe data de 1944.

Confiaram na «França da Libertação» para lutar contra o poder político-económico da «plantocracia açucareira». A população que votava socialista ou comunista tinha como primeira

reivindicação a igualdade social; os líderes fizeram, pois, o jogo da «departamentalização».

Os plantadores continuam poderosos, os operários continuam mal pagos, a legislação social e os abonos de família são muito menos vantajosos do que em França; a vida é muito cara, devido à união aduaneira que obriga a importar tudo de França; o país não está industrializado, nem a juventude completamente escolarizada. Por um lado, a falsificação eleitoral, por outro, a ineficácia de seis deputados antilhanos, perdidos na Assembleia Nacional Francesa, tornam ilusórios os direitos políticos ligados, em princípio, ao título de cidadão francês.

«Tornámo-nos departamentos franceses e no entanto continuamos mergulhados numa miséria horrível. Portanto, a aparência jurídica nada quer dizer», concluem A. Césaire e com ele as «Antilhas Francesas».

As Antilhas Holandesas: Ilhas de importância menor onde, segundo as palavras da rainha Guilhermina em 1954, «o colonialismo desapareceu». Na verdade, numa população muito diversa de 180 000 habitantes, o colonialismo «abrandou», mas não desapareceu, as ilhas gozam de «autonomia», o seu parlamento é eleito por sufrágio universal, mas continuam propriedade da Coroa, e o «governador do Reino» nomeia magistrados e administradores.

Para uma confederação das Caraíbas

É esta, de um modo esquemático, a evolução política actual das Antilhas a caminho da independência.

Uma consciência nacional antilhana nasceu: aqui e ali, velhos quadros estalam, mas uma revolução completa e generalizada não parece possível nem necessária de imediato.

Nesta situação, os líderes políticos julgam mais prudente que cada povo comece por obter a sua independência no quadro em que se encontra, para que a federação de todas as

Antilhas não seja uma construção rápida, artificial e frágil, mas uma confederação de Estados adultos, decididos a ajudarem-se e a defenderem mutuamente a sua liberdade.

Alguns números

Estados independentes	Habitantes
Cuba	6 000 000
Haiti	3 500 000
República Dominicana	2 300 000
Colónias ou «possessões»	
Antilhas Francesas (Martinica e Guadalupe sobretudo)	600 000
Antilhas Holandesas (Curaçau)	180 000
Porto Rico (EUA)	2 500 000
Antilhas Inglesas:	3 000 000
Jamaica	1 700 000
Trindade	800 000
Barbados	300 000
Ilhas do Vento e Ilhas de Sotavento	200 000

Jacques Roumain, poeta haitiano, morto em 1945

Aqui nos têm
Eis-nos
Os Negros
Os Niggers
Os sujos Negros
Já não aceitamos
É simples
Acabou-se
Estar em África
Na América
Os vossos Negros
Os vossos Niggers
Os vossos sujos... Negros
Já não aceitamos

Isso espanta-vos
Dizer: Sim siô
Ao engraxar as vossas botas
Sim siô padre
Aos missionários brancos
Sim patrão
Ao apanhar para vós
A cana-de-açúcar
O café
O algodão
O amendoim
Na África
Na América
Como bons negros
Como pobres negros
Que éramos
Que nunca mais seremos...

6

O sangue do Maghreb não correrá em vão[1]

Há pouco mais de um ano, ao ser anunciada a intercepção do avião onde tinham tomado lugar os representantes da FLN à conferência maghrebina de Tunis, podiam ver-se nas ruas de Argel ou de Paris franceses que se abraçavam de alegria e de entusiasmo.

A 8 de Fevereiro de 1958, na véspera da vinda a Túnis de Sua Majestade Mohammed V, convidado pelo Presidente Bourguiba, a fim de fazer o ponto da questão argelina, uma frota aérea composta de 25 aviões lançou sobre a aldeia de Sakiet Sidi Youssef uma avalancha de bombas, de foguetes, de balas de metralhadora, matando perto de 100 civis, ferindo mais de 200 e destruindo a quase totalidade da aldeia.

As diferentes incursões das forças francesas no território tunisino, nas quais dezenas de tunisinos encontraram a morte, tinham provocado a indignação do povo.

A cada uma dessas incursões os Tunisinos e as Tunisinas tomavam maior consciência do carácter precário da sua independência. Esta precariedade tinha a sua raiz, primeiro, no conflito franco-argelino; a seguir, na implantação das forças militares francesas no território nacional. Todas as vezes que o Presidente Bourguiba pedia ao Governo Francês a abertura das negociações com vista à evacuação das suas tropas, os responsáveis franceses provocavam incidentes, criavam tensão e diferiam a discussão geral sobre a partida do exército francês.

1 *El Moudjahid*, n.º 18, de 15 de Fevereiro de 1958.

Com Sakiet Sidi Youssef, o povo tunisino convenceu-se de que não só os Franceses pretendem «puni-los» pela sua solidariedade com o povo argelino, mas esperam ainda tomar como pretexto essa solidariedade para reconquistar a Tunísia, provando assim, de uma vez para sempre, que o Maghreb é uno e que deve ser dominado pelo imperialismo francês.

Foi por isso que os Tunisinos e as Tunisinas não precisaram de exibir a sua cólera ou de gritar a sua determinação. Durante quatro dias, com uma calma impressionante, o povo, encarando o seu destino, depois de ter previsto todos os perigos que ameaçam um povo que entende continuar livre, decidiu que Sakiet Sidi Youssef seria o último gesto do colonialismo francês na Tunísia. O que quer dizer que durante estes quatro dias de reflexão os Tunisinos e as Tunisinas, colocados mais uma vez perante uma opção fundamental, reafirmaram o juramento feito há alguns anos, de extirpar deste país os últimos vestígios do colonialismo francês. O que quer dizer também que o povo tunisino, seguindo o Presidente Bourguiba, decretou o estado de emergência. A palavra de ordem, o princípio vital hoje para o povo tunisino é a evacuação total do território nacional pelos ocupantes colonialistas franceses.

Não se reflectiu suficientemente na coincidência rigorosa das duas expressões mais usadas depois de 8 de Fevereiro: «evacuação», «armas». O povo tunisino não ignora que os Franceses não vão abandonar as suas casernas «gentilmente». Os Tunisinos sabem que mais uma vez será preciso empurrar os soldados franceses para o mar.

Disse-se que as barreiras na estrada eram leves, que eram frágeis, simbólicas. Ironizou-se sobre a presença de espingardas de caça, de jovens *néo-destouriens* desarmados; os jornalistas franceses acreditados em Tunis não se cansam de demonstrar o carácter ineficaz e em suma ilusório das medidas tomadas pelo povo tunisino. Ora, há um raciocínio que se encontra ferido de nulidade nos países coloniais. É o raciocínio das coronhas ou dos tanques. Há já bastante tempo que o argumento da autoridade morreu em todos os países coloniais.

O povo tunisino tomou o compromisso perante o seu país e a sua bandeira de não abandonar a rua, de não descansar antes que o último soldado tenha sido evacuado do território nacional. É preciso que todos os franceses o saibam. Já não é possível que tropas estrangeiras, inimigas, que põem em perigo o regime interno e os fundamentos da nação, se mantenham no país, contra a vontade popular.

Em França, muitas pessoas se abraçaram. Os jornais franceses que têm tiragens de mais de 1 milhão de exemplares disseram que os tunisinos só tinham o que mereciam, que tanto pior para Bourguiba e que, pensando melhor, isto não era senão um começo. É preciso reconhecer que, nos meios oficiais, as primeiras reacções exprimiram um certo incómodo. Pineau deu uma famosa entrevista de versão dupla, enquanto Gaillard ficava de súbito engripado.

Mas esta hesitação devia dar rapidamente lugar à mais extraordinária ostentação de agressividade e de belicismo desde há muito tempo. Perante o parlamento, Gaillard lançou a responsabilidade sobre Bourguiba e Pineau não hesitou em ameaçar a Tunísia com a esquadra francesa de Toulon se as tropas continuassem a ser incomodadas nos seus movimentos.

Em Argel, os Franceses convidam o governo a prosseguir as suas acções de represália e em todo o caso pensam que a aviação francesa não poderá continuar a tolerar os insultos à sua bandeira.

Decerto, houve pessoas em França que lamentaram Sakiet Sidi Youssef, mas esses lamentos são circunstanciais. É um erro, puderam dizer, ou uma falta. Alguns insistiram na inoportunidade do facto. Outros, que era preciso prestar atenção à Cruz Vermelha, etc. Há finalmente os outros lamentos, os que são sinceros, mas de uma sinceridade infelizmente ineficaz.

De qualquer maneira, o que o povo tunisino reclama não são lamentos. O que os Tunisinos e as Tunisinas reclamam não são indemnizações pelas vítimas de Sakiet Sidi Youssef; homens, mulheres e crianças caíram sob os golpes do colo-

nialismo para que o Maghreb unificado viva na independência e na liberdade.

A decisão do Governo Tunisino de levar o crime de Sakiet ao Conselho de Segurança exprime exemplarmente a profundidade da vontade tunisina.

Visto estar provado agora aos olhos da opinião internacional que o exército francês, que não se ilustra senão pela rapina ou pelos massacres de civis, entende servir de meio de pressão sobre o Governo Tunisino ameaçando constantemente a independência nacional, cabe ao Conselho de Segurança dizer se aceitará que um exército estrangeiro ocupe um país contra a vontade deste.

A opinião mundial, na sua grande maioria, não hesitou em condenar a agressão francesa. Os Americanos, escravos da sua loucura maniqueísta, tremem há oito dias de medo que a Tunísia «soçobre no nasserismo». E vemos os jornalistas americanos inquirir à direita e à esquerda sobre os riscos dessa reviravolta.

É preciso que os Americanos saibam que, se querem lutar contra o comunismo, devem, em certos sectores, adoptar atitudes comunistas. Para os povos coloniais escravizados pelas nações ocidentais, os países comunistas são os únicos que em qualquer ocasião tomam a sua defesa. Os países coloniais não têm de se preocupar com saber se esta atitude é ditada pelo interesse da estratégia comunista; verificam sobretudo que este comportamento geral vai no sentido dos seus próprios interesses.

Os povos coloniais não são especialmente comunistas, mas são irredutivelmente anticolonialistas.

Não escolherão os Estados Unidos por terem medo do comunismo, mas porque a sua atitude nos grandes problemas que perturbam o mundo contemporâneo, na ocorrência os problemas de descolonização, será conforme a um espírito de solidariedade, de equidade e de justiça autêntica.

O povo argelino, por muito que isso desagrade a certos doentes do coração ou do espírito, não rejubila por Sakiet

Sidi Youssef ter sido bombardeada. Não procuramos explorar este acontecimento. Opomo-nos radicalmente à política do pior. Foi com emoção e com dor que tomámos conhecimento da matança horrorosa de Sakiet Sidi Youssef.

Nenhuma morte de homem é indispensável ao triunfo da liberdade. Acontece que é preciso aceitar o risco da morte para que nasça a liberdade, mas não é com o coração alegre que se assiste a tantos massacres e a tantas ignomínias. Se bem que o povo argelino tenha a experiência quotidiana dos B-26 franceses, ficou abalado com a tragédia de Sakiet Sidi Youssef.

O Comité de Coordenação e de Execução da FLN ofereceu ao povo tunisino pôr a seu lado todas as tropas disponíveis para o ajudar a expulsar da Tunísia o ocupante francês.

Mantemos esta oferta e dizemos ao povo tunisino que estamos juntos no melhor e no pior e que o sangue do Maghreb é suficientemente generoso e que se oferece em grandes ondas para que da Argélia a Sfax não haja mais soldados franceses que ameacem, torturem e massacrem.

7

A farsa que muda de campo[1]

Há cerca de dois meses que estamos a assistir à tentativa verdadeiramente forçada dos Anglo-Americanos para transformar a tragédia de Sakiet Sidi Youssef, prolongamento da tragédia maior argelina, numa farsa onde a indecência se mistura ao absurdo.

Depois de Sakiet, a Tunísia apresenta queixa contra a França no Conselho de Segurança. A seguir, a República Tunisina, numa nota conjunta, submete o problema argelino às instâncias internacionais. Sakiet exigia ao povo tunisino opções precisas: evacuação das tropas francesas, incluindo Bizerta; restituição dos aeródromos e, no plano internacional, intervenção diplomática em vista do conflito argelino.

Os Anglo-Americanos, fazendo chantagem com a solidariedade ocidental, prometem ao Governo Tunisino obter da França o respeito de todos estes pontos sob reserva de as nações comunistas não estarem interessadas, por intermédio do Conselho de Segurança, nos «problemas internos» atlânticos.

Durante um mês, viu-se Murphy e Beeley avistarem-se, discutirem. «Queremos aproximar os pontos de vista franceses e tunisinos», pretendiam, e, entretanto, o Governo Francês, abalado por um momento, retomava a sua argumentação belicista. Na Argélia, os massacres continuavam e o povo argelino encontrava-se perante 87 mortos, uma aldeia arrasada e barreiras que correspondem cada vez menos à realidade do seu drama e da sua cólera.

[1] *El Moudjahid*, n.º 21, de 1 de Abril de 1958.

O Presidente da República tunisina fez algumas alterações às exigências do povo tunisino. Mas, no momento em que o Chefe do Governo Tunisino anunciava essas concessões e precisava os seus limites, o Presidente do Conselho Francês, Gaillard, apresentava outras exigências, reclamava garantias estritas, encostava o povo tunisino à parede, em suma, lançava de novo a política de agressividade, de ameaça, de intimidação.

Ora, há um ponto para o qual não é inútil chamar a atenção. É o caso de Dulles ter podido declarar: «Depois das concessões do Governo Tunisino, a palavra pertence à França.»

Afirmámos por mais de uma vez que com o colonialismo era inútil esperar qualquer abrandamento. O colonialismo francês é uma força de guerra e é preciso abatê-lo pela força. Nenhuma diplomacia, nenhum génio político, nenhuma habilidade, poderão vencê-lo. Incapaz como é de se renegar, é preciso que as forças democráticas se aliem para quebrá-lo.

Quanto a nós, Argelinos, revelámos no decurso dos nossos anos de luta a existência de um certo número de verdades que varreram as mentiras historicamente estabelecidas. Para nós, Argelinos, o triunfo da democracia não depende unicamente do mundo ocidental, visto que também esse mesmo mundo ocidental contesta os seus valores.

Murphy e Beeley, através do jogo subtil dos silêncios prolongados e de um paradoxal optimismo, tentam lançar a confusão no mundo anticolonialista. Devem saber que talvez enganem muita gente, mas não o povo argelino.

Murphy e Beeley não transformarão numa farsa a luta do povo maghrebino pela independência.

Os plenipotenciários anglo-americanos devem perder todas as esperanças de brincar com o povo maghrebino como quem brinca com *marionnettes*.

Resta aos povos marroquino e tunisino oporem-se com tenacidade às manobras dos porta-vozes do Governo Francês, delegados pelo mundo atlântico.

A tragédia de Sakiet, a tragédia do genocídio perpetrado na Argélia pelo povo francês ocidental e cristão, não serão

transformadas em comédia burlesca em que não importa quem diz seja o que for, entendendo-se que a última palavra continua a pertencer ao «mais forte».

É a própria teoria da força tradicional dos países mercenários que soçobra no ridículo. Se há uma farsa a representar, será representada pela França. Será a França, o seu regime e o seu povo a pagar o seu preço.

Descolonização e independência[1]

Há mais de três anos que a França «se aguenta» na Argélia. Aguenta-se da maneira mais obstinada, mais exacerbada, a ponto de a memória de Clemenceau nunca ter sido, nas horas desastrosas de 1940, tantas vezes evocada.

A França falhou na Tunísia e em Marrocos, mas agarrou-se ao território argelino. Por razões diversas, o leque da opinião pública francesa, com raras excepções, honrou o exército, reivindicou a guerra da Argélia, preveniu os diferentes governos contra abandonos inaceitáveis na Argélia.

A despeito do cansaço que, episodicamente, se apodera das esferas políticas francesas a seguir aos quartos de hora infinitamente adiados de Lacoste, apesar de uma crise orçamental cada vez mais alarmante, apesar da explosão, à volta da guerra da Argélia, da quase totalidade dos partidos políticos, podemos admirar-nos de que, passados três anos, nenhuma força coerente e eficaz tenha aparecido para impor a paz aos colonialistas franceses.

Não deixaram de nos censurar a nossa diplomacia de arestas vivas. Lembram-nos de que Ho Chi Minh, nas horas mais trágicas da guerra da Indochina nunca deixou de distinguir entre o colonialismo e o povo francês. Até os exemplos do Presidente Bourguiba e dos irmãos do Istiqlal são evocados para nos levar à conciliação.

Ora, é preciso não esquecer, visto que falam da Indochina, que foi a decisão de expedir para lá o contingente que provo-

[1] *El Moudjahid*, n.º 22, de 16 de Abril de 1958.

cou a queda do governo Laniel, a coligação das forças de esquerda e o encontro de Genebra.

É verdade que houve Dien Bien Phu. Mas o último livro de Laniel e as declarações estrondosas de antigos generais da Indochina sustentam que, apesar de Dien Bien Phu, se os «liquidacionistas» não tivessem traído a nação — compreenda-se: não se tivessem oposto ao envio do contingente —, a Indochina poderia ter sido salva.

O que é necessário dizer é que com a guerra da Argélia apareceram três fenómenos absolutamente novos nas lutas de libertação nacional.

Reivindicação e não súplica

E, em primeiro lugar, nunca a FLN apelou para a generosidade, para a magnanimidade ou para a gentileza do colonizador. O colonizado adquire numa mutação vertiginosa uma qualidade nova, elaborada no e pelo combate. A linguagem utilizada pela FLN, desde os primeiros dias da Revolução, é uma linguagem responsável. Os apelos às forças democráticas francesas não são redigidos em termos ambíguos, num tom mais ou menos infantil. Dizemos à esquerda francesa: sejam lógicos convosco próprios — ajudem-nos, apoiem a causa da Revolução Argelina. A preocupação constante da FLN de desembaraçar as relações colonizado-colonizador, povo argelino-povo francês, do confusionismo tradicional pôs os elementos democráticos franceses numa situação fora do habitual. Incita-se a sua acção a que se encarne, menos numa atmosfera de simpatia difusa, do que no rigor doutrinal de um anticolonialismo autêntico. Semelhante delimitação de fronteiras poderia, segundo um exame superficial, ser confundida com a rigidez. É por isso que não é raro ouvirmos os democratas franceses retorquirem-nos: se continuam assim, retiramos o nosso apoio. Semelhante posição demonstra que a acção dos democratas é desprovida de qualquer valor revo-

lucionário e doutrinal, porque se alimenta precisamente nas fontes ambivalentes da bondade para com o oprimido ou do desejo de fazer qualquer coisa, de ser útil, etc.

Censuraram à FLN não saber falar aos Franceses, não ter suficientemente em conta as suas pequenas fraquezas e o seu narcisismo. Não há dúvida de que isso é verdade. Mas essas censuras indicam que o objectivo da FLN não foi bem compreendido. A FLN não pretende realizar uma descolonização da Argélia ou um abrandamento das estruturas opressivas.

O que a FLN reclama é a independência da Argélia. Uma independência que permita ao povo argelino tomar totalmente o seu destino nas mãos.

Este objectivo, esta estratégia, comandam a nossa táctica, o nosso método, e explicam o próprio andamento da nossa luta.

O colonialismo é fundamentalmente indesculpável

A Revolução Argelina provocou um escândalo no desenrolar das lutas de libertação nacional. Em geral, o colonialismo, no momento em que a história e a vontade nacional o negam, consegue manter-se como verdade e valor. Não é verdade que seja uma boa coisa a França ter feito da Argélia o que ela é actualmente.

O porto de Mers El Kebir e o aeródromo para aviões de jacto de Bouparic não nos consolarão nunca da grande miséria intelectual, moral e material do nosso povo.

O colonialismo francês não será legitimado pelo povo argelino. Nenhum empreendimento espectacular nos fará esquecer o racismo legal, a analfabetismo, o servilismo suscitado e alimentado no mais profundo da consciência do nosso povo.

É por isso que nas nossas declarações não se fala nunca de adaptação ou de abrandamento, mas sim de restituição. É verdade que sempre censuraram à FLN esta constante referência à nação argelina anterior a Bugeaud. É que, ao insistir nesta

realidade nacional, ao fazer da Revolução de 1 de Novembro de 1954 uma fase da resistência popular começada com Abd El Kader, retiramos ao colonialismo francês a sua legitimidade, a sua pretensa inserção na realidade argelina. Em vez de integrar o colonialismo, concebido como nascimento de um mundo novo, na história argelina, fizemos dele um acidente infeliz, execrável, cujo único significado é ter retardado de maneira indesculpável a evolução coerente da sociedade e da nação argelinas.

A «Nação em formação», «a Argélia nova», «o caso único na história», todas essas expressões mistificadoras foram varridas pela posição da FLN e nada subsistiu em pleno dia a não ser o combate heróico de todo um povo contra a opressão secular.

Entre a ruptura com o passado argelino, que teria como consequência a instalação de uma colonização renovada mas continuada, e a fidelidade à nação transitoriamente escravizada, o povo argelino escolheu.

Não há uma entidade nova nascida do colonialismo. O povo argelino não aceitou que se transformasse a ocupação em colaboração. Os Franceses na Argélia não coabitaram com o povo argelino. Pouco ou muito, dominaram. É por isso que era preciso fazer sentir desde o início, ao povo francês, o alcance das nossas reivindicações.

A FLN não jogou com as palavras. Disse que o seu objectivo era a independência, que nenhuma concessão poderia ser feita quanto a este objectivo. A FLN disse aos Franceses que era preciso negociar com o povo argelino, restituir-lhe o seu país, todo o seu país.

Desde o início, a FLN definiu o seu programa: pôr termo à ocupação francesa, dar as terras aos argelinos, fazer uma política de democracia social em que o homem e a mulher têm igual direito à cultura, ao bem-estar material e à dignidade.

É um indivíduo liberto que empreende a construção da cidade

Esta atitude devia ter rapidamente importantes repercussões na consciência do Argelino.

Todas as estruturas embrutecedoras e infantilizantes que habitualmente infestam as relações entre o colonizado e o colonizador foram brutalmente liquidadas. Enquanto o colonizado o mais das vezes não tem outra escolha senão entre a retracção do seu ser e a tentativa furiosa de identificação com o colonizador, o Argelino trouxe à existência uma personalidade nova, positiva, eficiente, cuja riqueza se alimenta menos na prova de força que assume do que na sua certeza de encarnar um momento decisivo da consciência nacional.

O combatente argelino não está unicamente contra os pára-quedistas torcionários. Enfrenta constantemente problemas de edificação, de construção, de invenção da cidade. É por isso que, na Argélia, o colonialismo perdeu irreversivelmente a jogada. À escala de cada *wilaya* estabelecem-se planos cadastrais, estudam-se projectos de construção escolar, empreendem-se reconversões económicas.

O Argelino constrói, organiza, legisla, planifica. Daí a sua segurança, a sua linguagem firme e resoluta, a coesão enérgica das suas posições.

Compreende-se por que é que os porta-vozes da FLN são geralmente descritos como intransigentes. Não é o tom que indispõe, mas sim o conteúdo das nossas reivindicações.

Muitos povos colonizados exigiram o fim do colonialismo, mas raramente como o povo argelino.

Esta recusa de soluções evolutivas, este desprezo pelas «etapes» que travam a torrente revolucionária e destroem no povo essa vontade inabalável de tomar imediatamente tudo nas mãos para que tudo mude, constituem a característica fundamental da luta do povo argelino.

E *El Moudjahid,* que expõe esta posição, a defende e a faz triunfar, introduz um dado novo no clássico diálogo entre o

dominado e o opressor. A libertação do indivíduo não se segue à libertação nacional. Uma autêntica libertação nacional não existe senão na medida expressa em que o indivíduo encetou irreversivelmente a sua libertação. Não é possível ganhar distância relativamente ao colonialismo sem ao mesmo tempo a ganhar também relativamente à ideia que o colonizado faz de si próprio através do filtro da cultura colonialista.

Tal revolução à escala da consciência nacional e da consciência individual deveria ser analisada. Ela permite compreender a derrota e o medo do colonialismo francês na Argélia.

A Revolução Argelina introduz um novo estilo nas lutas de libertação nacional

Há um terceiro fenómeno ainda não identificável mas que, atmosfericamente, subverte as relações de todos os colonizados com a França. O processo de libertação dos povos coloniais é certamente inelutável. Mas a forma dada à luta do povo argelino é tal, na sua violência e na sua totalidade, que influencia decisivamente as futuras lutas das outras colónias.

O povo argelino experimenta concretamente a interdependência dos fenómenos históricos. Dizer que a derrocada localizada do colonialismo aumenta a sua desagregação enquanto sistema já não é a explicação de um princípio abstracto apenas perceptível pelas camadas intelectuais.

Todo o povo argelino sabe que, depois da Argélia, será a vez de a África Negra travar o seu combate. E não é verdade que desde já a França é forçada a inventar novas fórmulas, a votar a lei-padrão para depois a ultrapassar, encaminhando-se não obstante para o reconhecimento da soberania nacional da África Negra?

Decerto, homens políticos africanos, prisioneiros dos Franceses, tentam seguir a curva irresistível da reivindicação nacional.

Até agora, puderam adoptar com suficiente rapidez as

diferentes posições dos seus povos. Mas mais cedo ou mais tarde dar-se-á o divórcio. Ser-lhes-á então necessário ser declaradamente «traidores» ou abandonar as miragens da obra colonizadora.

O povo argelino sabe que os povos da África Negra acompanham com simpatia e entusiasmo a sua luta contra o colonialismo francês. O povo argelino não ignora que todo o golpe desferido contra a opressão francesa na Argélia desmantela o poder colonialista.

Cada emboscada montada, cada guarnição cercada e destruída, cada avião abatido, semeia o pânico no dispositivo colonial francês e reforça a consciência nacional africana, malgaxe ou antilhana.

Os povos oprimidos sabem hoje que a libertação nacional se inscreve no desenvolvimento histórico, mas sabem também que esta libertação deve necessariamente ser obra do povo oprimido.

São os povos coloniais que devem libertar-se da dominação colonialista.

A verdadeira libertação não é essa pseudo-independência em que os ministros de responsabilidade limitada acompanham uma economia dominada pelo pacto colonial.

A libertação é a condenação à morte do sistema colonial, desde a preeminência da língua do opressor e a «departamentalização» até à união aduaneira que mantém na realidade o antigo colonizado nas malhas da cultura, da moda e das imagens do colonialista.

O povo argelino empreendeu essa condenação à morte com tenacidade e fervor.

Não esperamos que este colonialismo se suicide. Está na sua lógica defender-se encarniçadamente. Aliás, é a tomada de consciência da sua impossibilidade de sobreviver que determinará a sua liquidação enquanto estilo de contacto com os outros povos.

O povo colonialista não se curará do seu racismo e da sua doença espiritual se não aceitar realmente considerar a antiga

possessão como uma nação absolutamente independente. Toda a evocação de «laços antigos» ou de «comunidades» irreais é uma mentira e um ardil.

O povo argelino prova quase desde há quatro anos que essa mentira e esse ardil já não estão à altura da sua verdade e da sua vontade.

Uma crise contínua[1]

Pela quarta vez desde 1 de Novembro de 1954, a França encontra-se sem governo.

Depois das equipes Edgar Faure, Guy Mollet, Bourgés Maunoury e da última em data dita de união nacional, de Félix Gaillard, eis uma nova crise, que uns e outros concordam em considerar extremamente grave.

E, certamente, ninguém poderia ignorar hoje que a guerra da Argélia está na origem desta instabilidade governamental em França. Todavia, é preciso tentar apreender o desenvolvimento interno do processo responsável por este desequilíbrio. É preciso aclarar o trabalho de deterioração e de desagregação do prestígio francês que se processa dentro e fora da França a propósito destas guerras coloniais.

A análise da situação deve permitir-nos apreciar, medir essa fatalidade interna que mina a França e que a conduz quase mecanicamente a multiplicar as crises, a fechar-se numa atmosfera de crise.

Dizer que a guerra da Argélia esgota as finanças e desequilibra a economia da França é, evidentemente, enunciar uma verdade. Mas seria um erro privilegiar esta verdade. Apercebemo-nos disso por ocasião dos debates na Assembleia Nacional Francesa sobre o custo das operações na Argélia. Enquanto os peritos internacionais, na ocorrência os que episodicamente emprestam as suas bóias à economia francesa, cifravam as despesas em 800 000 milhões, Lacoste afirmava sem humor que com a guerra da Argélia não se gastava nada.

1 *El Moudjahid,* n.º 23, de 5 de Maio de 1958.

Os partidos franceses de esquerda, prisioneiros de um simplismo doutrinal que defende que a direita entra em negociações mal é convidada a participar nas despesas, instalaram-se numa atitude resignada e não são mais do que a esperança do dia em que essa direita, postos em perigo os seus interesses, abandone o seu chauvinismo e vote todas as independências coloniais que se quiser.

Várias vezes assinalámos esta mecanização do pensamento e o aparecimento deste feiticismo das causas tomado no sentido mais automático, menos dialéctico.

Essa fraqueza ideológica de uma grande parte das formações políticas francesas torna mais claro o conflito que existe no corpo político francês desde 1 de Novembro de 1954. O Partido Radical, pulverizado desde o histórico congresso de Lyon, o Partido Socialista, no seio do qual surgem as tendências mais heterogéneas, o MRP, que acaba de revelar as suas contradições na recente recusa de caucionar a tentativa de Bidault, até ao PCF, cuja estrutura monolítica não preservou divergências e oposições quanto ao tema da guerra da Argélia, cada um destes partidos, segundo o seu estilo próprio, manifesta a incoerência das posições, a violência dos conflitos, o desacordo fundamental.

As contradições europeias

O pior erro seria, aliás, isolar esta desestruturação da vida política francesa do contexto europeu e internacional.

As nações europeias, sobretudo a Itália, a Inglaterra e a Alemanha Ocidental, por razões de competição económica na Europa ou de escoadouros a preservar em África, sentiram a necessidade de manifestar uma hostilidade implícita às guerras coloniais sustentadas pela França.

Para dar um exemplo, o povo italiano, que durante muito tempo manteve silêncio face ao apoio do seu governo à guerra colonial francesa, alertado pelas formações democráticas ita-

lianas, pôs-se em movimento há já alguns meses e exige de maneira peremptória o não comprometimento do Governo Italiano ao lado do colonialismo francês.

Na Alemanha Ocidental está agora estabelecido que nenhum jornal alemão tentará defender a política francesa. Os representantes franceses na Alemanha têm ocasião de verificar várias vezes por dia que o conjunto do povo alemão condena o colonialismo francês e dá a sua simpatia ao glorioso povo argelino.

Em Inglaterra, os conservadores, solidários durante muito tempo dos colonialistas franceses, iniciaram desde há alguns meses a viragem e os seus órgãos de imprensa já não dissimulam as suas posições acerca da necessidade de negociações com o povo argelino.

Esta mudança de orientação das democracias ocidentais é consequência, por um lado, de uma certa corrente anticolonialista e liberal, mas sobretudo, de nada serve escondê-lo, do desejo de ver uma França reduzida à sua dimensão europeia, amputada das suas colónias, privada dos regimes preferenciais instaurados pelo Pacto Colonial e por fim confinada ao plano da livre concorrência com as outras economias nacionais europeias. Nesta segunda perspectiva tende-se a substituir a fórmula «África, reserva de caça da França» por esta outra: «África, reserva de caça da Europa».

As contradições ocidentais e as pressões internacionais

Os Estados Unidos da América, perante o mundo comunista, desenvolvem uma política africana que nos seus fundamentos vai ao encontro das novas posições europeias. Os democratas americanos, quando expõem as suas posições acerca da descolonização da África, insistem sempre na necessidade de os Estados Unidos não partilharem a perspectiva colonialista francesa.

O tema dominante da sua argumentação é claro: a França

está em vias de comprometer as possibilidades do Ocidente e do «homem branco» em África.

Todavia, dois outros elementos condicionam a progressiva modificação da atitude americana. E em primeiro lugar a certeza aguda além-atlântica de que chegou a hora de escolher, de apoiar a luta de independência dos povos coloniais, de contribuir para a desagregação dos impérios, de apoiar a libertação dos povos oprimidos. Além disso, perante o «perigo comunista», no âmbito da guerra fria e da partilha do Mundo em esferas de influência, os Estados Unidos estão cada vez mais conscientes da urgência de posições radicalmente opostas ao colonialismo francês.

No plano internacional, vale a pena insistir no imenso entusiasmo provocado nos países afro-asiáticos pela epopeia que o povo argelino está a viver desde há quase quatro anos.

Bandung, o Cairo, Accra, todos os povos afro-asiáticos, todos os oprimidos de ontem, apoiam, defendem e assumem cada vez mais a causa da Revolução Argelina; não é de modo nenhum exagerado dizer que cada vez mais a França terá contra si, na Argélia, dois continentes.

É por não terem analisado estes múltiplos factores, estas contradições dialécticas, que os partidos políticos franceses se encontram o mais das vezes numa situação de indeterminação, de exacerbação passional sem fio condutor, de inquietação, situação que não deixa de evocar comportamentos de autodestruição.

A atmosfera de crise

Em França, a recusa de uma opção política coerente em relação à Argélia não diz respeito unicamente aos grupos políticos.

No seio de cada partido podemos distinguir hoje um centro, uma direita e uma esquerda. Ao nível das massas populares ou de corpos particulares como a Igreja, somos tocados por

um ambiente de mal-estar, de amargura e desespero. Não há uma associação, não há um grupo de homens ou de mulheres, que não seja atingido e afectado pelo desenvolvimento da guerra da Argélia: cisão das associações de estudantes, cisão dos docentes, perturbação no exército, apelo à ordem dos cardeais, mal-estar na polícia. Todos estes fenómenos, pelo seu número e gravidade, indicam a confusão que reina na vida moral e política da França.

A vontade de libertação do povo argelino contesta, sem dúvida, a ficção da Argélia francesa. Mas é também um certo tipo de comportamento, um estilo de contacto intelectual que se encontra condenado de parte a parte. O combate do povo argelino é uma crítica radical do pseudodireito de propriedade: a nossa África negra, a nossa Argélia... e, ao mesmo tempo, uma intimação ao povo francês a criticar-se, a desembaraçar-se da mentalidade colonialista, antidemocrática e racista, em resumo, a viver e ultrapassar contradições historicamente elaboradas.

A luta do povo argelino, fonte de verdade

Ora, a desorientação que reina actualmente na vida moral e política francesa seria incompreensível se a não articulássemos dialecticamente com as realidades internacionais e com a luta do povo argelino.

As críticas decisivas e implacáveis do senador Kennedy, as tomadas de posição profundamente anticolonialistas dos trabalhadores ingleses e, de uma maneira mais geral, a recente tomada de posição dos serviços oficiais americanos traduzem dois fenómenos. Temos, em primeiro lugar, que o processo histórico e geral de libertação dos povos coloniais é reconhecido, identificado e aceite, e também a certeza, ganha a partir da análise, de que o povo argelino pôs todas as suas forças na luta, e verdadeiramente não se vê como poderia a França não reconhecer a independência da Argélia.

Foi a luta do povo argelino que pôs em marcha esta transformação da vida política francesa. Foi ao contacto desta vontade nacional, desta violência na reivindicação, que se remodelaram as perspectivas políticas francesas.

Pressões europeias, porque apesar de tudo, se a África está perdida para a França, não o deve estar para a Europa. Pressões internacionais, porque a hidra comunista ameaça instalar-se em África se o conjunto do Ocidente se mantiver neste silêncio cúmplice perante o belicismo francês. Pressões do povo argelino, o elemento mais activo nesta dialéctica e também o mais verdadeiro. Estas três ordens de factores cercam a realidade nacional francesa e induzem, suscitam e desmascaram as contradições constitutivas de um país colonialista e racista de exigências doutrinais paradoxalmente democráticas.

E não é verdade que esta confrontação possa deter-se magicamente. Não é verdade que a América ou a Itália possam ser encostadas à parede. Não é verdade que Pineau possa, se o pedir, obter o apoio da OTAN. Não é verdade que, com um pouco de boa vontade, Mendès-France possa reconciliar-se com Morice ou André Philip, confraternizar com Mollet. Não é verdade que a escola do estado-maior de Bigeaud possa trazer algo de novo à guerra da Argélia. Todas estas impossibilidades são o negativo de uma realidade maior: a França está mergulhada numa atmosfera de crise cataclísmica e não sairá dela senão pela negociação com a FLN.

Carta à juventude africana[1]

O povo argelino, desde há quatro anos, trava um combate muito duro contra o colonialismo francês. Não ignorais o esforço colossal que a França despendeu na Argélia para manter a sua dominação. E sabeis que a FLN, que dirige a nossa luta, opôs sempre uma resistência feroz à guerra de reconquista francesa.

Dirigimo-nos já, em várias ocasiões, aos países coloniais em geral e pareceu-nos sempre importante assinalar a falência de certos dados e o aparecimento de teses totalmente inesperadas.

Não nos cansámos de dizer, desde há três anos, que a lança cravada no sistema colonial francês pela libertação da Indochina, da Tunísia e de Marrocos tinha abalado a sua infra-estrutura, mas que não nos devíamos iludir, porque a fera ainda está bastante robusta.

O mundo colonial sofre desde há cerca de quinze anos golpes cada vez mais violentos, e o edifício rachado está em vias de desmoronamento. Ninguém contesta hoje que esta liquidação do colonialismo constitui a marca específica do pós-guerra. O processo histórico, nascido das múltiplas contradições inerentes ao sistema capitalista e dinamizado pela vontade nacional dos povos oprimidos, preside ao aparecimento de Estados independentes.

Os povos colonizados reconheceram-se geralmente em cada um dos movimentos, em cada uma das revoluções desencadeadas e levadas a cabo pelos oprimidos. Para além da neces-

[1] *El Moudjabid*, n.º 24, de 29 de Maio de 1958.

sária solidariedade com os homens que, sobre toda a superfície da Terra, se batem pela democracia e pelo respeito dos seus direitos, impôs-se, com uma violência inusitada, a firme decisão dos povos colonizados de quererem, para si próprios e para os seus irmãos, o reconhecimento da sua existência nacional, da sua existência enquanto membros de um Estado independente, livre e soberano.

Desde há vários anos que a história do Mundo, a história da luta dos homens pela dignidade, põe aos povos problemas definidos. Os homens escravizados e oprimidos por nações estrangeiras são hoje convidados a participar totalmente na obra de demolição do sistema colonial. E não é exagerado dizer que, se as partes do Mundo em que se realizou já a existência nacional marcam passo sem superar as suas contradições, é porque precisamente toda a nova marcha para o progresso implica a libertação das colónias.

É preciso que os povos oprimidos se unam aos povos já soberanos para que seja válida a edificação de um humanismo com as dimensões do universo.

Desde há dez anos, o dever de todo o colonizado é preciso: no solo nacional, minar o edifício colonialista e apoiar de forma positiva as lutas dos povos colonizados.

A guerra de libertação do povo argelino espalhou a gangrena e levou a putrefacção do sistema a tal grau que se tornou evidente para os observadores que uma crise global devia resultar dela.

É prevendo esta possível mutação, esta eventual reposição em questão geral, que nos dirigimos em várias ocasiões aos vossos representantes às assembleias parlamentares francesas e aos vossos líderes sindicalistas.

Desde há três anos, não cessámos de convidá-los a encurralar a fera colonialista, a obrigá-la a levantar o seu cerco; desde há três anos, não deixámos de explicar, de expor, aos vossos representantes que era preciso conjugar os seus esforços e fazer rebentar o império francês, visto que o povo arge-

lino travava no seu território uma guerra aberta, grandiosa e difícil.

Devemos à verdade dizer-vos que quase todos os vossos representantes, mistificados por um fenómeno de alienação muito grave, opuseram sempre às nossas diligências o respeito da legalidade republicana francesa.

Ora, parece que pelo menos três pontos nos são comuns. E em primeiro lugar, as nossas nações respectivas estão ocupadas militarmente, são exploradas economicamente e mantêm-se silenciosas culturalmente desde que a bandeira tricolor nelas flutua.

Todo o impulso para uma expressão de si próprio conforme à sua história, fiel à sua tradição e ligado à seiva do seu próprio solo, encontra-se limitado, parado, quebrado.

O estilo do pacto colonial que rege a exploração multidimensional dos territórios da «União Francesa» constitui o nosso segundo ponto comum. Não basta dizer que a França ocupa o nosso solo nacional, mas que ela aí se instalou de maneira desenvolta e não receou elaborar toda uma legislação, todo um código a partir do qual a nossa essência nacional é negada a favor da ordem francesa.

A vontade de independência, que devia constituir a única resposta a esta colonização, é o terceiro ponto comum aos povos dominados pela França. Quando nos dirigimos aos povos coloniais e mais especialmente aos povos africanos, é ao mesmo tempo porque temos de nos apressar para construir a África, para que ela se exprima e se realize, para que enriqueça o mundo dos homens e possa ser autenticamente enriquecida pelos contributos do Mundo. E também porque o único meio de alcançar este resultado é quebrar a espinha ao colonialismo mais furioso, mais intratável, mais bárbaro que existe.

Na hora actual, todos os movimentos de libertação dos povos coloniais, sejam quais forem por sua vez as nações dominadoras, estão ligados à existência do colonialismo francês.

«O Império Francês», pela sua extensão, goza ainda hoje de um certo prestígio e de uma aparente estabilidade. O rancor

do colonialismo francês, o seu desprezo pela moral internacional, a sua espectacular barbárie, tranquilizam os outros países colonialistas.

Juventude dos países coloniais!

Deveis saber que o futuro da vossa existência nacional, que a causa da vossa liberdade e da vossa independência, estão actualmente em jogo na Argélia.

Não é verdade, como o pretendiam alguns dos «parlamentares» coloniais que tomam lugar nas assembleias francesas, que a guerra da Argélia favorece o processo de descolonização e que, por consequência, basta explorar no plano parlamentar essas dificuldades do colonialismo francês.

É verdade que a lei-padrão votada sob a pressão da guerra da Argélia iniciou um afrouxar da opressão sobre os países da África, mas pensamos que seria muito grave dar a esta «evolução» mais do que um valor caricatural.

O que os países coloniais querem não é um «gesto bom» do senhor, mas muito precisamente a morte desse senhor. Além disso, no próprio quadro dessa evolução, é frequente verificar a «má vontade» dos administradores franceses, o seu movimento de mau humor contra a parcela de liberdade dada aos «Negros», a sua raiva diante desse atentado à supremacia branca. E é necessário sublinhar o cómico de certos parlamentares coloniais que ameaçam fazer voltar administradores franceses hostis à «lei-padrão».

Uma análise sã do colonialismo francês no quarto ano de guerra da Argélia deveria ter levado esses parlamentares a encarar essa «má vontade» menos como um facto individual do que como a expressão de um colonialismo ainda muito sólido sobre essas posições e como sinal de que em França tudo estaria a postos para proibir qualquer evolução dos países coloniais e qualquer atentado ao Pacto Colonial.

O que se passa hoje em França, na Argélia, pertence ao mesmo processo que as «más vontades» de administradores ou colonos.

Juventude dos países coloniais!

Há quatro anos que não nos cansamos de repetir aos que se sentam nas assembleias francesas que o colonialismo francês não será objecto de nenhuma operação mágica e que é vão esperar um seu progressivo desaparecimento.

O futuro será impiedoso para esses homens que, gozando do privilégio excepcional de poder dizer aos seus opressores palavras de verdade, se acantonaram numa atitude de quietude, de indiferença muda e, algumas vezes, de fria cumplicidade.

Houphouët-Boigny, deputado africano e presidente do RDA, concedeu, há alguns dias, uma entrevista à imprensa. Depois de considerações absurdas sobre a evolução desejada de uma África cingida pela bandeira tricolor, aborda a questão argelina e não hesita em afirmar que a Argélia deve continuar no quadro francês.

Este senhor, há mais de três anos, tornou-se o espantalho do colonialismo francês. Presente em todos os governos, Houphouët-Boigny assumiu directamente a política de extermínio praticada na Argélia.

Tendo à sua direita Lacoste e Morice ou Chaban-Delmas à sua esquerda, Houphouët-Boigny caucionou de maneira imperdoável uma política que enlutou a nação argelina e comprometeu por muitos anos o desenvolvimento do nosso país.

Houphouët-Boigny tornou-se o caixeiro-viajante do colonialismo francês e não receou dirigir-se às Nações Unidas para aí defender a tese francesa.

Houphouët-Boigny é médico. Era ministro da Saúde de Gaillard. Foi sob o seu reinado que aconteceu Sakiet Sidi Youssef. As ambulâncias da Cruz Vermelha Internacional foram ali metralhadas, bombardeadas, desventradas. Dezenas de mulheres e de crianças foram cortadas ao meio pelas rajadas da aviação francesa.

O africano Houphouët-Boigny, o médico Houphouët-Boigny, não recearam, nem um nem outro, reivindicar esta barbárie e declarar-se solidários dos militares franceses.

Houphouët-Boigny, como bom ministro da República

Francesa, achou que o seu dever era assumir Sakiet, felicitar o valente exército francês e apoiar com toda a solidariedade ministerial as pressões sobre o Governo Tunisino.

Nas horas grandes do imperialismo francês, podia ser uma espécie de honra para um colonizado fazer parte do Governo Francês. Essa honra sem responsabilidade nem risco, essa complacência pueril em ser ministroj ou secretário de Estado, podiam em rigor ser perdoados.

Ora, desde há dez anos, tornou-se propriamente intolerável e inaceitável que africanos possam sentar-se no governo do país que os domina. Todo o colonizado que aceita hoje um lugar governamental deve saber claramente que terá de caucionar, mais tarde ou mais cedo, uma política de repressão, de massacres, de assassinatos colectivos, numa das regiões do «Império Francês».

Quando um colonizado como Houphouët-Boigny, esquecido do racismo dos colonos, da miséria do seu povo, da exploração desavergonhada do seu país, chega ao ponto de não participar no impulso libertador que levanta os povos oprimidos e em seu nome todos os poderes são dados aos Bigeard e a outros Massu, não devemos hesitar em afirmar que neste caso se trata de traição, de cumplicidade e de incitação ao assassínio.

Juventude de África, de Madagáscar, das Antilhas, os militares das vossas respectivas pátrias, alistados à força no exército francês, juntaram-se com entusiasmo às fileiras do Exército de Libertação Nacional argelino. Hoje, lado a lado com os patriotas argelinos, prosseguem uma luta heróica contra o inimigo comum.

A FLN, que dirige o combate do povo argelino, dirige-se a vós e pede-vos que pressioneis os vossos parlamentares de maneira a obrigá-los a desertar das assembleias francesas.

Chegou a hora para todos os colonizados de participar activamente na derrota dos colonialistas franceses.

Onde quer que estejais, deveis saber que chegou o mo-

mento para todos nós de unir os nossos esforços e de desferir o golpe de misericórdia no imperialismo francês.

Juventude africana! Juventude malgaxe! Juventude antilhana! Devemos, todos juntos, cavar a sepultura onde o colonialismo será definitivamente enterrado!

11

Verdades primeiras a propósito do problema colonial[1]

O século XX, à escala mundial, não terá sido apenas a era das descobertas atómicas e das explorações interplanetárias. A segunda transformação desta época é incontestavelmente a conquista pelos povos das terras que lhes pertencem.

Sacudidos pela reivindicação nacional de regiões imensas, os colonialistas tiveram de afrouxar o seu cerco. Todavia, este fenómeno de libertação, de triunfo das independências nacionais, de recuo do colonialismo, não se apresenta de uma maneira única. Cada antiga colónia tem uma maneira determinada de atingir a independência. Cada novo Estado soberano encontra-se na prática perante a obrigação de manter com o antigo opressor relações definidas e preferenciais.

Os partidos que travam a luta contra a opressão colonialista, numa certa fase do combate, decidem tacticamente aceitar uma parcela de independência com a firme intenção de voltar a lançar o povo no âmbito da estratégia fundamental da evacuação total do território e da efectiva tomada em mãos de todos os recursos nacionais. Este estilo clássico, e várias vezes encarnado, é hoje conhecido. Pelo contrário, existe toda uma dialéctica oposta que, ao que parece, não reteve suficientemente a atenção.

1 *El Moudjabid*, n.º 27, de 22 de Julho de 1958.

Primeira hipoteca: os «direitos» do antigo ocupante

Há algumas décadas, os governantes colonialistas podiam indefinidamente expor as preocupações altamente civilizadoras dos seus países. As concessões, as expropriações, a exploração dos trabalhadores e a grande miséria dos povos eram tradicionalmente escamoteadas e negadas. Depois, no momento de se retirarem desse território, os colonialistas viram-se na obrigação de tirar a máscara. Nas negociações sobre a independência, tratava-se em primeiro lugar dos interesses económicos: bancos, zona monetária, autorização de pesquisas, concessões de exploração, inviolabilidade das propriedades roubadas aos camponeses aquando da conquista, etc. De obra civilizadora, evangélica ou cultural ninguém falava já. A hora era de coisas sérias e não de futilidades. Tais atitudes deviam servir para esclarecer a consciência dos homens em luta noutras regiões do Mundo.

Os verdadeiros direitos do ocupante foram então perfeitamente identificados. Minoria vinda da metrópole, missões universitárias, assistência técnica, amizade afirmada e reafirmada, passaram a segundo plano. Com toda a evidência, o importante passavam a ser os direitos reais que o ocupante entendia arrancar ao povo, como preço de um bocado de independência.

A aceitação de uma soberania nominal e a recusa absoluta de uma independência real, eis a reacção tipo das nações colonialistas relativamente às suas antigas colónias. O neocolonialismo está impregnado de algumas ideias que, ao mesmo tempo que fazem a sua força, preparam a sua necessária decadência.

No decurso da luta de libertação, as coisas não são claras na consciência do povo que se bate. Simultaneamente recusa da inexistência política, da miséria, do analfabetismo, do complexo de inferioridade sabiamente destilado pela opressão, o seu combate é durante muito tempo indiferenciado. O neocolonialismo vai tirar proveito dessa indeterminação. Armado de uma benevolência revolucionária e espectacular, vai reco-

nhecer tudo à antiga colónia. Mas, ao fazer isto, arranca-lhe uma dependência económica que se torna programa de ajuda e assistência.

Vimos que na maior parte das vezes esta tentativa triunfa. A originalidade desta fase é ser necessariamente curta. O povo precisa de pouco tempo para se aperceber de que nada de fundamental mudou. Passadas as horas de efusão e de entusiasmo diante do espectáculo da bandeira nacional flutuando ao vento, o povo reencontrou a dimensão primeira da sua exigência: pão, vestuário, um abrigo.

O neocolonialismo, porque se propõe prestar justiça à dignidade humana em geral, dirige-se essencialmente à burguesia e aos intelectuais do país colonial.

Hoje, os povos já não sentem o ventre em paz quando o país colonial reconheceu o valor das suas elites. Os povos querem que tudo mude realmente e imediatamente. É por isso que a luta recomeça com uma violência irrecusável.

Nesta segunda fase, o ocupante eriça-se e ataca com todas as forças. O que foi arrancado pelos bombardeamentos é reconvertido em resultados de livres negociações. O antigo ocupante intervém, ciente dos seus deveres, e instala novamente a sua guerra num país independente.

Todas as antigas colónias, da Indonésia ao Egipto, passando pelo Panamá, que quiseram denunciar os acordos arrancados pela força, acharam-se na obrigação de suportar uma nova guerra e algumas vezes tiveram de ver a sua soberania de novo atingida e amputada.

Os famosos direitos do ocupante, a chantagem com um passado de vida comum, a persistência de um pacto colonial rejuvenescido, são as bases permanentes de um ataque conduzido contra a soberania nacional.

Segunda hipoteca: as zonas de influência

A preocupação de manter a antiga colónia sob o jugo da opressão económica não é, evidentemente, sadismo. Não é

por maldade ou má vontade que tal atitude é adoptada. É que a gestão pelos povos coloniais das suas riquezas nacionais com promete o equilíbrio económico do antigo ocupante. A recon versão da economia colonial, as indústrias de transformação de matérias-primas provenientes dos territórios subdesenvolvidos, o desaparecimento do pacto colonial, a concorrência com os capitais estrangeiros, constituem um perigo de morte para o imperialismo.

Para as nações como a Inglaterra e a França, interfere a importante questão das zonas de influência. Unânimes na sua decisão de quebrar a reivindicação nacional dos povos coloniais, estes países travam uma luta gigantesca pelo açambarcamento dos mercados mundiais. As batalhas económicas entre a França, a Inglaterra e os Estados Unidos, no Médio Oriente, no Extremo Oriente e agora em África, dão a medida da voracidade e da bestialidade imperialistas. E não é exagerado dizer que estas batalhas são a causa directa das estratégias que, ainda hoje, abalam os Estados recém-independentes. Em circunstâncias excepcionais, as zonas de influência da libra esterlina, do dólar ou do franco convertem-se e tornam-se, por um golpe de prestidigitação, o mundo ocidental. Hoje, no Líbano e no Iraque, a crer em Malraux, é o *homo occidentalis* que se encontra em perigo.

O petróleo iraquiano levantou todas as proibições e actualizou os verdadeiros problemas. Temos presentes as intervenções violentas das forças armadas americanas no arquipélago das Antilhas ou na América Latina, sempre que as ditaduras apoiadas pela política americana estiveram em perigo. Os *marines* que hoje desembarcam em Beirute são irmãos dos que, episodicamente, vão restabelecer «a ordem» no Haiti, na Costa Rica e no Panamá. É que os Estados Unidos acham que as duas Américas constituem um mundo regido pela doutrina de Monroe, cuja aplicação está confiada às forças americanas. O artigo único dessa doutrina estipula que a América pertence aos Americanos, quer dizer, ao Departamento de Estado.

Tendo-se revelado insuficientes os seus escoadouros, a América devia fatalmente virar-se para outras regiões, na ocorrência, o Extremo Oriente, o Médio Oriente e a África. Concorrência de aves de rapina; as suas criações são: doutrina Eisenhower contra a Inglaterra no Médio Oriente; apoio a Ngo Din Diem contra a França na Indochina; Comissão de Auxílio Económico à África, anunciada pela viagem presidencial de Nixon, contra a França, a Inglaterra e a Bélgica.

Cada luta de libertação nacional deve ter em conta as zonas de influência.

A guerra fria

Esta estratégia competitiva das nações ocidentais entra, por outro lado, no quadro mais vasto da política dos dois blocos que faz pesar sobre o Mundo, de há dez anos a esta parte, uma ameaça precisa de desintegração atómica. E não é decerto um acaso que, por detrás de cada reivindicação nacional de um povo colonial, se pretenda descobrir, de maneira quase estereotipada, a mão ou os olhos de Moscovo. É que cada dificuldade posta à supremacia do Ocidente numa parcela do Mundo é um atentado concreto ao seu poderio económico, à extensão das suas bases estratégicas militares, e uma limitação do seu potencial.

Cada contestação dos direitos do Ocidente sobre um país colonial é ao mesmo tempo vivida como enfraquecimento do mundo ocidental e reforço do mundo comunista.

Hoje, uma ilha como Chipre, que quase não tem recursos próprios e que tem uma população de apenas meio milhão de homens, é objecto de rivalidades violentas. E até a OTAN, essa organização encarregada de travar a invasão soviética, se sente em perigo pelos problemas levantados em torno da ilha de Chipre.

O terceiro bloco

A tomada de posição de alguns países recém-independentes, decididos a permanecer fora da política dos blocos, introduziu uma dimensão original no equilíbrio de forças no Mundo. Política dita de neutralismo positivo, de não dependência, de não alinhamento, terceira força, os países subdesenvolvidos que despertam de um longo sono de escravatura e de opressão acharam que era seu dever permanecer fora de toda a preocupação belicista, para se consagrarem ao desenvolvimento económico, ao recuo da fome, à promoção do homem.

E, na verdade, o que os ocidentais não compreenderam é que se cria hoje um novo humanismo, uma nova teoria do homem que tem a sua raiz no homem e que não quer outra coisa senão o triunfo não igualado desse homem. É fácil tratar o Presidente Nehru de indeciso porque recusa atrelar-se ao imperialismo ocidental, os Presidentes Nasser ou Sukarno de violentos quando nacionalizam as suas companhias ou reivindicam as parcelas dos seus territórios ainda sob dominação estrangeira. O que não se vê é que os 350 milhões de hindus, que conheceram a fome do imperialismo inglês, reclamam actualmente o pão, a paz e o bem-estar. É que os felás egípcios ou os *boys* indonésios, que permitiam aos escritores ocidentais fazerem obra exótica, exigem tomar o seu destino nas mãos e recusam representar o papel de panorama inerte a que estavam condenados.

O prestígio do Ocidente

E tocamos aqui num problema psicológico que certamente não é fundamental, mas que entra também na constituição da dialéctica que actualmente se desenvolve. Sistema económico de referência, portanto de opressão, o Ocidente faz-se valer também da sua superioridade humanista. «O modelo» ocidental encontra-se atingido na sua essência e na sua finalidade.

Os Amarelos, os Árabes e os Negros, hoje, querem dizer os seus projectos, querem afirmar os seus valores, querem definir as suas relações com o Mundo. A negação do amenismo político está ligada à recusa do amenismo económico e do amenismo cultural. Já não é verdade que a promoção dos valores passe pelo crivo do Ocidente. Não é verdade que precisemos constantemente de ir a reboque, de seguir, de depender, de quem quer que seja. Todos os países coloniais que hoje estão em luta devem saber que a independência política que arrancarem ao inimigo contra a manutenção de uma dependência económica não passa de um logro, que a segunda fase de libertação total é necessária porque exigida pelas massas populares, que essa segunda fase, porque capital, deve ser dura e levada a cabo com aridez, que, enfim, nesse estádio de luta é necessário ter em conta a estratégia mundial dos blocos, pois o Ocidente confronta-se simultaneamente com um duplo problema: o perigo comunista e o aparecimento de um terceiro bloco neutralista, representado essencialmente pelos países subdesenvolvidos.

O futuro de cada homem tem actualmente relações de estreita dependência com o resto do universo. É por isso que os povos coloniais devem redobrar de vigilância e de vigor. É este o preço do aparecimento de um novo humanismo. Os lobos não devem voltar a encontrar o cordeiro isolado. É necessário travar o imperialismo em todas as suas tentativas de reforço. Os povos querem-no, o processo histórico exige-o.

12

A lição de Cotonou[1]

O Congresso adopta a palavra de ordem de independência imediata e decide tomar todas as medidas necessárias para mobilizar as massas africanas em torno desta palavra de ordem e traduzir nos factos esta vontade de independência.

É nestes termos que termina a declaração de guerra que acaba de ser dirigida, de Cotonou, ao governo francês do general De Gaulle pelos povos da África Negra.

Já em Bamako, em Setembro de 1957, tinha rebentado o dispositivo de segurança posto a funcionar pela «lei-padrão». O traidor Houphouët-Boigny e os seus cúmplices tiveram de recuar perante a reivindicação nacional africana. Todos os especialistas em letargia colonial se tinham então dirigido ao local para aí verem consagrada a sua vitória.

Ora, em Bamako, os Africanos rejeitaram a «lei-padrão», rejeitaram a irresponsabilidade a que o colonialismo os condenava.

Em Bamako o ferrolho de segurança na África Negra era quebrado. Iniciava-se um processo. Cotonou é a antestreia da grande luta de libertação na sequência da qual mais de 30 milhões de africanos terão acesso à independência.

Recordamo-nos da euforia que reinou nos meios políticos franceses depois do voto da «lei-padrão». Por uma vez, afirmava-se, a França toma a iniciativa e, segundo «a sua tradição mais essencial», antecipa-se à reivindicação dos povos. Ora, precisamente, o observador lúcido das coisas da África Negra sabia

[1] *El Moudjahid*, n.º 28, de 22 de Agosto de 1958.

perfeitamente que a lei Defferre estava infinitamente aquém das aspirações das massas africanas.

Os operários africanos, os estudantes africanos, são há vários anos contidos, refreados, pelos parlamentares africanos.

Desde 1947 que na África Negra o colonialismo francês deve a sua quietude à inqualificável traição de certas elites africanas.

Desde 1947, de um modo difuso, e depois, de um modo muito mais organizado, a partir de 1953, os sindicalistas africanos desenvolvem a sua acção segundo uma perspectiva deliberadamente nacional.

Afastadas de todo o corporativismo, inscrevendo-se na óptica dupla da africanização dos quadros e da nacionalização, logo da independência, as acções sindicais imprimiram à luta contra o colonialismo francês um estilo absolutamente novo.

A UGTAN, que estende a sua rede por todo o conjunto do país, asfixia progressivamente a fera colonialista. Perante os operários que reclamam a nacionalização e a socialização das empresas e das propriedades, o colonialismo, aterrado, apressa-se a mobilizar novos mercenários para defenderem, na África Negra, a civilização ocidental.

Por seu lado, a Federação dos Estudantes da África Negra tem levado a cabo, de há alguns anos para cá, um trabalho de propaganda em profundidade, de desmistificação actual, de formulação de palavras de ordem claras. Assim, a polícia do traidor Houphouët-Boigny tem-se encarniçado contra os responsáveis estudantis. A polícia das cidades universitárias em França, a pedido do ministro Houphouët-Boigny, tem perseguido, prendido e torturado estudantes da África Negra.

Supressão de bolsas, chantagens, apreensões e proibição do jornal da Federação dos Estudantes foram outras tantas operações realizadas sob a autoridade de Houphouët-Boigny. Além disso, na África Negra, os estudantes que se opõem à política de traição de certos dirigentes do RDA não são utilizados como funcionários pelos ridículos conselhos de governo; são transferidos, despedidos, expulsos do território. A despeito

dessas manobras policiais, apesar dessas medidas de intimidação, os estudantes da África Negra, em Cotonou, pela voz do seu presidente, manifestaram a sua firme decisão de passagem à acção directa e de conquista da independência nacional pelas armas.

Deferre, que devia ligar o seu nome a esta paródia de política liberal, teve, depois, tempo para meditar sobre «a ingratidão dos Africanos». Com a «lei-padrão», o colonialismo francês esperava ter estabelecido um compromisso de uma boa vintena de anos contra o vírus nacionalista. A «lei-padrão» oficializava a divisão do continente africano, dispersava por aqui e por ali conselhos de governo, criava zonas económicas competitivas. A centralização, a unidade territorial, a constituição da nação, a integração económica do país, davam lugar à odiosa balcanização da África Negra.

O erro de Houphouët-Boigny e dos seus cúmplices foi não terem levado suficientemente em conta a invectiva argelina que, há quatro anos, abala nos seus fundamentos o império francês.

Por se ter empenhado, para lá do bom senso, na Argélia, o colonialismo francês acabará por nela perder a vida. Com o fim da guerra da Argélia, com a vitória das forças armadas do ELN e com a independência da Argélia, será todo o sistema imperial francês a desabar.

A resolução do Congresso de Cotonou não é importante só pela razão de pôr como objectivo a independência imediata. Os próprios termos em que essa independência é exigida, o conteúdo social, a nitidez com que se utilizam as noções de socialismo, de colectivização, de comunidade progressista, indicam que os Africanos não visam uma independência formal.

Em Cotonou não assistimos à evolução dos espíritos africanos, mas sim a uma mutação essencial que desemboca na tomada efectiva de poder pelo povo.

A partir de Cotonou, o colonialismo francês ficou aterrado e sem voz. Ora, desde há quatro anos que, porque a Revolução Argelina existe em África, a reivindicação nacional dos outros

povos africanos se inspira amplamente no próprio movimento da nossa Revolução. Desde há quatro anos, é a própria existência do colonialismo em África que é feita em pedaços pelo povo argelino, e é banal reconhecer hoje que um certo número de países independentes em 1958 não o seriam ainda, certamente, se o colonialismo francês, entre outros, não tivesse de enfrentar os inumeráveis golpes que o povo argelino lhe desferia.

Guy Mollet, Bourgés-Maunoury, Gaillard, Pflimlin, o De Gaulle salvador da França pré-fascista antes de o ser totalmente, são os diversos acidentes históricos que foram suscitados em França pelo encontro armado entre a vontade nacional do povo argelino e a vontade de opressão colonialista dos governos franceses.

Esta curva da vida política francesa que evolui, a partir de 1954, da social-democracia traidora aos seus mais elementares princípios até à ditadura fascista e militar, eis o negativo do heroísmo revolucionário do povo argelino.

É por isso que, doravante, não poderá haver em África hesitação da parte das massas nacionais. De repente e numa violenta arrancada, ei-las ao nível da reivindicação imediata e total.

O colonialismo francês procura uma resposta colonialista para as aspirações nacionais africanas expressas em Cotonou. Certos observadores pensam que De Gaulle encontrará um meio-termo entre a «lei-padrão» e a independência.

A FLN, depois de uma análise dos factos e considerando as dificuldades intransponíveis que cria à França na Argélia, pensa que os povos da África Negra sob dominação francesa não devem recuar mas, pelo contrário, devem mostrar com firmeza e brutalidade que o momento das soluções confusas está irremediavelmente ultrapassado.

A França está encurralada, é preciso encurralá-la ainda mais, cortar-lhe todas as saídas, asfixiá-la sem piedade, matar nela todas as veleidades de dominação. Em 1958, a França é

incapaz material e humanamente, económica e politicamente, de levar a cabo uma guerra na África Negra.

É por isso que os povos africanos devem avançar, acentuar a sua pressão e exigir imediatamente a sua independência. As massas africanas e as elites africanas devem desde já tomar as suas disposições para passarem à acção directa, pegar em armas, semear o pânico nas fileiras colonialistas.

A FLN e o ELN estão prontos, pela sua parte, a ajudar os povos africanos na sua luta de libertação. Não se dirá que o imperialismo francês, depois de partir da Argélia, ainda poderá conservar-se em África. Actualmente a palavra de ordem deve ser esta:

«Africanos, Africanas, às armas! Morte ao colonialismo francês!»

13

Apelo aos Africanos[1]

Quando o general De Gaulle, no decurso da sua viagem ao ultramar, teve de precisar, sob a pressão das massas africanas, o sentido do referendo — para os territórios sob dominação colonial —, a esquerda francesa e a opinião internacional julgaram ver nessa declaração a primeira manifestação daquilo a que se convencionou chamar o liberalismo do chefe do Governo Francês.

Passadas as primeiras horas de surpresa, foi preciso regressar aos textos, às realidades, logo às possibilidades concretas deixadas aos homens da África Negra.

Na verdade, graças à operação referendo, o general De Gaulle empenha todas as «possessões francesas» num processo indefinido de domesticação livremente consentida. Em primeiro lugar, como se apresenta o referendo perante as aspirações nacionais africanas? O colonialismo francês opõe o seu exército, a sua polícia, os seus tradicionais amenismos e apoia-se em assembleias locais amplamente comprometidas e desacreditadas.

Se em certos Estados o Conselho de Governo assumiu uma atitude de reivindicação nacional, o colonialismo francês, na maioria dos casos, certificou-se do apoio de homens políticos africanos.

Os africanos que pedem aos seus compatriotas que plebiscitem De Gaulle e «a comunidade franco-africana» revelam uma grande incompreensão dos problemas da descolonização

[1] *El Moudjahid*, n.º 29, de 17 de Setembro de 1958.

e uma ignorância criminosa das aspirações nacionais dos povos africanos.

Participar no voto, exprimir sufrágios sobre questões estritamente francesas, dá corpo a esta «união francesa» transformada por necessidade em «comunidade franco-africana», aliena a personalidade africana e, como diz a constituição, instala uma nacionalidade única.

Participar no voto é reconhecer-se tacitamente membro de uma mesma família, de uma mesma nação com problemas comuns, quando, na realidade, cada africano que votar por ocasião do referendo amarrará um pouco mais o seu povo e o seu país ao colonialismo francês.

A presença maciça de forças militares e policiais francesas na África Negra, a agitação dos homens políticos comprometidos, as suas declarações, os prontos convites ao seu povo para que vote sim, as tradições de falsificação eleitoral, não deixam qualquer dúvida sobre os resultados do referendo na África Negra.

Num certo número de Estados, a Constituição Francesa será plebiscitada por grande maioria.

Ora, a partir de 1 de Outubro, vão pôr-se quatro verdadeiros problemas aos Franceses e Africanos. Os Estados africanos delegarão deputados à Assembleia Nacional Francesa? A representaçãod e 30 milhões de Africanos será proporcional? Os Africanos terão o direito de discutir o seu orçamento, terão possibilidade de dirigir os investimentos que dizem respeito aos respectivos territórios? Apesar da oposição dos Africanos, a França pretende criar essa «Euráfrica» que deve consagrar a fragmentação da África em áreas de influência europeias e para proveito exclusivo dessas economias europeias? A França pretende manter os Estados africanos no quadro da OTAN? Os Estados africanos, na era de Bandoeng, querem existir à escala internacional e reivindicam o seu lugar na ONU. Como é que a França espera conciliar ao mesmo tempo a manutenção do Pacto Colonial e a existência nacional dos Estados africanos?

Todas estas questões se irão levantar no dia seguinte ao do referendo, quando os Africanos e as Africanas medirem a profundidade da mistificação.

Uma vez mais, o colonialismo francês, a longo prazo, joga a perder. De Gaulle nada terá trazido de decisivo à África. Subsistirão os mesmos problemas, as mesmas exigências, a mesma reivindicação nacional.

O colonialismo francês opor-se-á, com a mesma má-fé, com os mesmos métodos, a essas reivindicações nacionais. A luta continuará, pois, com esta diferença todavia: a fase parlamentar parece definitivamente afastada e, na África Negra, a questão é cada vez mais a de iniciar a luta armada para a libertação do território nacional.

Uma vez mais, o colonialismo francês fecha a si próprio todas as portas. Em vez de convidar os representantes autênticos dos povos que domina para uma discussão construtiva que desemboque no fim do Pacto Colonial e no reconhecimento das soberanias nacionais particulares, perpetua o ciclo da mentira, do terror, da guerra, tornando assim extremamente difícil a reconciliação dos povos.

14

Consequências de um plebiscito em África[1]

Classicamente, o sucesso do plebiscito assegura às autoridades responsáveis pelo golpe de Estado um período mais ou menos longo de usufruto do Poder. O exercício da autoridade tornado possível pelo plebiscito, para ser válido e para recompensar os autores do *putsch*, deve poder permitir-lhes que obtenham o máximo de vantagens durante o maior tempo possível e numa relativa tranquilidade.

A acção conjugada dos colonialistas franceses, dos fascistas, com a sua vanguarda pretoriana em Argel, e das forças reaccionárias em França pôde impor a arbitragem do general De Gaulle.

Os preparativos da conspiração

As forças fascistas desta conspiração propunham-se utilizar o nome do general De Gaulle para porem de pé organizações capazes de tomar o poder efectivo, permanecendo a possibilidade de se desembaraçarem a seguir do General--Presidente.

Nestes últimos três meses, em França e na Argélia, principalmente, assistiu-se, em torno do núcleo de base dos facciosos de 13 de Maio, a uma cristalização de todas as correntes racistas, ultrachauvinistas, fascistas, que existem em França.

1 *El Moudjahid*, n.º 30, de 10 de Outubro de 1958.

Assistiu-se igualmente à colonização do aparelho de Estado pelos membros dessas milícias.

Anunciaram-se de modo intempestivo as medidas, também elas clássicas, que se seguem sempre a um plebiscito: chamada à ordem dos partidários do abandono e, sobretudo, proscrição legal dos grupos da oposição.

As forças colonialistas, que caucionaram com a sua autoridade e apoiaram totalmente a experiência fascista, estavam aterrorizadas com a possibilidade de qualquer processo de descolonização. Depois das experiências da Tunísia e de Marrocos e da experiência, muito mais traumatizante, da Indochina, os meios colonialistas tinham jurado não mais tolerar novos abandonos. Por isso, esses meios colonialistas uniram-se com entusiasmo às fileiras fascistas, gritando: «Argélia francesa», «Não ao abandono».

Ao mesmo tempo, os «vendilhões do império», tipo Mendès-France, Edgar Faure, eram acusados de traição.

Os meios colonialistas uniram-se ao general De Gaulle porque, a seus olhos, ele era capaz de conservar a Argélia para a França, de manter intacto o Império Francês e talvez, se houvesse ocasião disso, de reconquistar os territórios perdidos.

Por sua vez, os reaccionários que responderam ao apelo fascista estavam sobretudo animados do desejo das forças gratuitas pagas pelo Estado, cujos interesses iam no mesmo sentido que os seus, para consolidar a sua autoridade em França e paralisar a acção e as esperanças da classe operária francesa.

A vitória...

Logo a seguir ao 28 de Setembro, os responsáveis pelo golpe de Estado podiam, pois, declarar-se satisfeitos. Nos territórios «do Ultramar», 98 % dos habitantes das colónias tinham respondido «sim» ao general De Gaulle e à França. No território francês, 80 % dos nacionais, compreendendo os seus interesses e abandonando a tutela dos «partidos do

estrangeiro», tinham aderido massivamente à carta proposta por De Gaulle.

Uma semana após o referendo, uma semana após este sucesso colossal, maciço, miraculoso, a empresa fascista começa a vacilar. A guerra da Argélia, em torno da qual se organizou o referendo que permitiu, pela sua exploração, o sucesso grandioso que a imprensa assinalou, limita pelo simples facto de existir, pelo seu carácter e duração, o valor desse plebiscito. Logo a seguir ao 28 de Setembro, embaraçados com os seus 98 % de votos, o general De Gaulle e os seus sequazes já não sabem onde dar com a cabeça. É que, dia após dia, aparecem novos dados que variam o alcance dos «sim».

...e a ruína

Na África Ocidental, Mokhtar Ould Daddah, Presidente do Conselho da Mauritânia, território que votou em 93 % «sim», declarou a 1 de Outubro: «Julgo que a actual Assembleia Territorial deverá demitir-se para permitir a eleição, em Janeiro, de uma nova Assembleia à qual o Conselho de Governo actual apresentará a sua demissão. O novo Governo e a nova Assembleia optariam pelo estatuto de Estado membro da comunidade e elaborariam a constituição local que será submetida ao povo da Mauritânia por via de referendo.» E Ould Daddah acrescentou: «Na devida altura, sairemos da comunidade dos povos livres, prevista no título 12, sem por isso romper os laços com a França e com os Estados da Comunidade, e concluiremos com ela os acordos de associação previstos no título 13.»

No Daomé, onde a percentagem de votos aflora os 98 %, Apithy, Presidente do Conselho de Governo, acaba de anunciar a necessidade que os líderes políticos da África Negra têm de se consultar para adoptarem uma atitude comum perante a França. Tornando preciso na sua perspectiva o sentido do «sim» daomeano, Apithy acrescentou: «Pela livre escolha das

massas e pela livre vontade dos eleitos, nascerá amanhã na comunidade o Estado Daomeano. Plenamente autónomo, esse Estado poderia preparar, na paz e nas amizades conservadas com os outros povos africanos, assim como com a metrópole, o seu acesso ao desenvolvimento económico e social que lhe permitirá um dia tornar-se um Estado associado independente».

No Senegal, onde a adesão ao «sim» foi de 97 %, a oposição sindicalista e as formações de juventude continuam a fazer pressão sobre Senghor e Lamine Gueye. Já em Cotonou, Senghor, que parece não querer libertar-se da confusão que reina no seu espírito, tinha sido obrigado a ligar-se à independência da África Negra. Ao realizar uma aliança táctica com o seu adversário Lamine Gueye, conseguiu enganar as massas africanas levando-as a votar «sim». Ora, a seguir ao sucesso do plebiscito, Senghor fica encurralado e tem de dar ao voto do Senegal uma significação precisa. «É um sim», diz ele, «à independência africana na unidade reencontrada.»

É evidente que Senghor tentará ainda iludir as massas senegalesas, mas as suas possibilidades de acção vêem-se limitadas umas a seguir às outras. A recente declaração de Mamadou Dia, Presidente do Conselho de Governo do Senegal, é significativa: «Estamos», diz ele, «essencialmente preocupados com preparar a nossa independência.»

No Níger, o governo conseguiu fazer fracassar a política nacionalista de Djibo Bakary. Apercebemo-nos de que a Nigéria é o primeiro território africano, depois da Guiné, com o maior número de sufrágios negativos. Com a ajuda dos colonialistas e dos administradores, o governo conseguiu assegurar o sucesso da consulta eleitoral de 28 de Setembro, mas é claro que as massas nigerianas vão exercer nas semanas seguintes uma acção decisiva para exigir que se tenham em consideração as suas reivindicações nacionais. É evidente que, o menos que os outros territórios da África Ocidental, incluindo a fiel Costa do Marfim, podem fazer é escolherem o estatuto de Estado autónomo associado à França.

Houphouët-Boigny talvez tente defender a sua teoria do

federalismo integral, mas é duvidoso que possa atingir os seus fins. Apesar de De Gaulle, apesar do 13 de Maio, apesar do referendo, a África Ocidental vai federar-se em Estados autónomos para, num segundo tempo, estudar com os representantes franceses as modalidades de cooperação com a antiga metrópole.

Na África Equatorial, as coisas são muito mais claras. No Gabão, os meios colonialistas foram abalados pela importância dos «não»: várias dezenas de milhares.

A força política da oposição é tão grande no Gabão que Léon M'Ba, Presidente do Conselho de Governo, ao deixar Libreville a 3 de Outubro para entabular discussões em Paris com o Governo Francês, anunciava a sua decisão de criar um Estado gabonês. Mas o que é muito mais importante é a notícia recente da constituição de uma missão do Grande Conselho da África Equatorial, encarregada de estudar a criação de um Estado único na África Central. Rivierez, Presidente da Assembleia Territorial de Oubangui-Chari, iniciou consultas com os representantes do Tchad, do Médio Congo e do Gabão para erguer o Estado, a nacionalidade, e preparar as relações entre os outros territórios da África e da França. A velha lei-padrão, cuja função era retalhar a África, junta-se, nos museus da História, às outras tentativas feitas pelo colonialismo para se manter.

Em Madagáscar, onde o amenista Tsiranana não receou comentar o «sim» malgaxe como um «não» a Moscovo, o colonialismo não é mais feliz. Tsiranana, o Sid-Cara de Madagáscar, numa declaração feita a seguir ao referendo, admite que os Malgaxes vão finalmente assistir à materialização da República Malgaxe.

Nas Antilhas, houve quem ficasse admirado com a percentagem dos «sim» obtidos graças à posição de Aimé Césaire. Será hoje possível a independência das Antilhas Francesas? Foi esta a pergunta que se pôs a Césaire. Podia responder afirmativamente, escolher a independência das Antilhas e solicitar a entrada na Federação das Caraíbas. Terá calculado acertada-

mente que essa federação em vias de nascer não estava suficientemente estruturada e dependia ainda demasiado estreitamente da coroa britânica? O que é certo é que nas Antilhas, como em qualquer outro lado, nenhum líder pode ter ilusões sobre o valor da sua pessoa nem sobre o amor que as massas lhe dispensarão mal se determine a vontade de independência nacional do seu país.

O caso da Guiné

Para dar início à libertação da África Negra era preciso uma coisa: que, pelo menos, um território dissesse não à Constituição do general De Gaulle. A Guiné, conduzida por Sekou Touré, tornou-se independente.

A existência de uma Guiné independente desequilibra profunda e irreversivelmente o regime colonial francês na África Negra. Possuindo fronteiras comuns com o Senegal, com o Sudão e com a Costa do Marfim, a Guiné vai cristalizar à sua volta todas as potencialidades nacionalistas que existem na África Negra. Sustentou-se que os outros líderes políticos africanos tinham rejeitado o «não» com medo das represálias económicas do Governo Francês. Contudo, ninguém ignora a fragilidade de tais argumentos. Os homens políticos como Houphouët-Boigny e o padre Fulbert Youlou, que militaram a favor dos «sim», são, na realidade, contra-revolucionários, inimigos da independência nacional da África.

Actualmente, a República Guineense, reconhecida por um número cada vez maior de nações, sustentada pelos patriotas africanos de todos os territórios, reforça a sua autoridade e afasta do seu caminho todo o medo e todo o temor. Os outros dirigentes da África Negra, os mesmos que anunciavam catástrofes na Guiné, combinam entre si e descobrem que o jugo do colonialismo na África Negra há muito que saltou. Desfazem-se a exclusividade obrigatória do frente-a-frente com o colono e a violência com que era vivida a dominação francesa.

A União Soviética acaba de reconhecer a República Guineense, e os Estados africanos, a pedido da Tunísia, acabam de propor a Sekou Touré o envio de uma missão encarregada de estudar as necessidades materiais e técnicas da jovem república.

Ilustrando esta solidariedade africana forjada na luta contra o colonialismo, o Governo Provisório da República Guineense concretiza as linhas directrizes que inspiram a nossa acção e prefigura os laços de estreita colaboração que devem existir entre os novos Estados independentes da África.

Os homens da África Negra, porque a Guiné independente existe, poderão muito rapidamente comparar a sua sorte à dos seus irmãos de ontem, escravizados pelo colonialismo francês.

Houphouët-Boigny não descansou enquanto não convenceu os povos africanos de que o estatuto de indígena era o mais desejável. De que sem a protecção da mãe-pátria francesa os negros da África Negra seriam abandonados.

É da Guiné, ponta de lança da liberdade, que irão partir todas as vagas que hão-de aniquilar a dominação francesa na África Negra.

O referendo em França

Os observadores estrangeiros ficaram geralmente impressionados pela percentagem de votos positivos obtidos pelo general De Gaulle. As previsões mais optimistas iam de 65 % a 70 %. Ora o referendo foi aceite em França a 80 %. Diagnosticou-se sem demora um afastamento dos Franceses relativamente às formações políticas de esquerda.

Contudo, uma análise do escrutínio permite chegar a outras conclusões. Para 17 600 000 «sim», há 4 600 000 «não». Uma diferença de 13 milhões de votos dá, assim, a medida do prestígio presidencial. Os comunistas acusam um recuo muito nítido, avaliado em um terço. Além disso, os líderes políticos de esquerda, Badiou, Mendès-France, Bourgès-Maunoury, que militaram pela recusa da Constituição, seriam os

grandes vencidos desta confrontação eleitoral. Parece, pois, que se assistiu com o referendo a uma hibernação das perspectivas democráticas em França.

Ora, as declarações de homens políticos como Defferre alteram a homogeneidade dos resultados. Milhões de franceses e de francesas votaram «sim» para que a guerra da Argélia acabe. Outros, para que o império permaneça intacto. Vimos que o referendo nos territórios coloniais encetara irreversivelmente a libertação dos povos oprimidos, e a última declaração do general De Gaulle em Constantine é um autêntico reacender da guerra. Depois de ter prometido o perdão aos «rebeldes», o Presidente do Conselho francês, na boa tradição desses colegas da defunta IV República, anuncia o progresso social e económico.

Tomando o Poder para implantar a paz na Argélia, De Gaulle provoca a extensão do conflito à França. Desde 24 de Agosto, as bases económicas e estratégicas francesas são sabotadas pelos grupos de acção da FLN. Guerra na Argélia, guerra em França, o colonialismo, o seu corpo expedicionário e as suas bases de apoio estão sob os golpes da Revolução Argelina. A paz na Argélia e a paz em França dependem hoje do reconhecimento pela França da independência da Argélia.

De Gaulle derrotado pelo povo argelino

Podemos legitimamente perguntar quais as causas desta deterioração da situação na África Negra. Como é que um sucesso tão colossal como o obtido no referendo pode transformar-se tão rapidamente em ruína e em derrota do colonialismo?

Se não nos referirmos constantemente à luta do povo argelino, arriscamo-nos a não compreender precisamente a evolução das relações entre as colónias e a dominação francesa.

Porque se mostraram incapazes de vencer o Exército

Nacional Argelino, as forças colonialistas viram-se despojadas de todo o prestígio e desapareceu definitivamente o temor que inspiravam aos povos colonizados. A guerra que o povo argelino está a travar desde há quatro anos preparou o desmoronamento francês na África. Doravante, está aberto o caminho a todos os países ocupados pelo colonialismo francês.

O povo argelino, fiel ao seu juramento de extirpar todo o vestígio de dominação francesa na África, prossegue o combate.

Antes de 15 de Novembro, o general De Gaulle ver-se-á na obrigação de reconhecer na África Negra Estados autónomos.

Ao mesmo tempo, promete aos Argelinos lugares de funcionários.

A miséria política, o paradoxo lógico continuam. Mas são sinais da desorientação, da cegueira histórica, portanto, da derrota.

15

A guerra da Argélia e a libertação dos homens[1]

A análise e a apreciação de um dado acontecimento revelam-se frequentemente inadequadas, e as suas conclusões paradoxais porque, precisamente, não se tiveram devidamente em conta os laços orgânicos que existiam entre esse acontecimento particular e o desenvolvimento histórico do conjunto circundante.

É por isso que, para dar um exemplo, o reforço dialéctico que existe entre o movimento de libertação dos povos colonizados e a luta emancipadora das classes operárias exploradas dos países imperialistas, é objecto, por vezes, de uma espécie de negligência, e até mesmo de esquecimento.

O operário e o colonizado...

O processo de libertação do homem, independentemente das situações concretas em que se encontra, engloba e diz respeito ao conjunto da humanidade. O combate pela dignidade nacional dá à luta pelo pão e pela dignidade social a sua verdadeira significação. Esta relação interna é uma das raízes da imensa solidariedade que une os povos oprimidos às massas exploradas dos países colonialistas.

No decurso das diferentes guerras de libertação nacional que se sucederam durante estes últimos vinte anos, não foi raro verificar-se uma certa tonalidade hostil, até mesmo de

1 *El Moudjahid*, n.º 31, de 1 de Novembro de 1958.

ódio, por parte do operário colonialista relativamente ao colonizado. É que o recuo do imperialismo e a reconversão das estruturas subdesenvolvidas específicas do Estado colonial são acompanhadas no imediato de crises económicas que os operários do país colonialista são os primeiros a sentir. Os capitalistas «metropolitanos» acabam por conceder vantagens sociais e aumentos de salário aos seus operários na medida exacta em que o Estado colonialista lhes permite explorar e arrasar os territórios ocupados. No momento crítico em que os povos colonizados se lançam na luta e exigem a sua independência, vive-se um período difícil no decurso do qual, paradoxalmente, o interesse dos operários e dos camponeses «metropolitanos» parece opor-se ao interesse dos povos colonizados. Devem conhecer-se e devem combater-se energicamente os malefícios desta alienação «inesperada».

A luta contra o colonialismo, tipo particular de exploração do homem pelo homem, situa-se, pois, no processo geral de libertação dos homens. Se a solidariedade entre operários «metropolitanos» e povos colonizados pode passar por crises e tensões, é raro que o mesmo aconteça entre povos colonizados. Os homens colonizados têm em comum o facto de lhes contestarem o direito de constituírem um povo. Diversificando e legitimando esta atitude geral do colonialista encontra-se o racismo, o ódio, o desprezo no opressor e, correlativamente, o embrutecimento, o analfabetismo, a asfixia moral e a subalimentação endémica no oprimido.

Solidariedade dos colonizados

Parece existir entre povos colonizados uma espécie de comunicação iluminadora e sagrada que faz com que cada território libertado seja durante um certo tempo promovido à categoria de «território-guia». A independência de um novo território, a libertação dos novos povos, são sentidas pelos outros povos oprimidos como um convite, um encorajamento

e uma promessa. Cada recuo da dominação colonial na América ou na Ásia reforça a vontade nacional dos povos africanos. Foi na luta nacional contra o opressor que os povos colonizados descobriram, concretamente, a solidariedade do bloco colonialista e a necessária interdependência dos movimentos de libertação.

Por exemplo, o enfraquecimento do imperialismo inglês não pode realmente ser acompanhado por uma consolidação do imperialismo francês. Semelhante resultado pode parecer no imediato evidente. Na realidade, o fluxo nacional, a emergência de novos Estados, preparam e precipitam o refluxo inevitável da coorte colonialista internacional. O aparecimento de povos ontem desconhecidos na cena da história, a sua vontade de participar na edificação de uma civilização à medida do Mundo, conferem ao período contemporâneo uma importância decisiva no processo de humanização do Mundo.

O pacto de Bandung concretiza ao mesmo tempo esta união carnal e espiritual dos povos colonizados. Bandung é o compromisso histórico dos homens oprimidos a entreajudarem-se e a imporem um recuo definitivo às forças de exploração.

A Argélia «território-guia»

A guerra da Argélia ocupa um lugar de eleição no processo de demolição do imperialismo. Desde há quatro anos que o colonialismo francês, um dos mais obstinados deste pós-guerra, se agarra por todos os meios à sua ponta de lança em África. Utilizaram-se todos os argumentos militares e políticos para justificar a repressão e a presença francesa na Argélia. As dimensões desta guerra atroz chocaram e perturbaram a opinião internacional. O colonialismo francês na Argélia mobilizou todas as suas forças.

O esforço militar, económico e político despendido pela França na guerra da Argélia só se pode apreciar objectivamente

em função do conjunto africano «francês». Não há dúvida de que vencer a Revolução Argelina era expurgar ainda por uma dezena de anos o «fermento nacionalista». Mas era ao mesmo tempo impor silêncio aos eventuais movimentos africanos de libertação e sobretudo marcar com o selo da debilidade e da insegurança as jovens independências tunisina e marroquina.

O colonialismo francês na Argélia enriqueceu consideravelmente a história dos métodos bárbaros usados pelo colonialismo internacional. Pela primeira vez, assiste-se à mobilização das várias classes, ao envio de contingentes, à diminuição das forças de defesa nacional, em benefício de uma guerra de reconquista colonial. Os governantes franceses anunciaram, por várias vezes, uma iminente vitória sobre as forças nacionais argelinas. Parecia que estavam reunidas todas as condições objectivas para realizar a derrota da Revolução Argelina. Mas assistiu-se sempre a uma espécie de milagre, de renovo, de recomeço.

É que o povo argelino sabe que é apoiado por imensas forças democráticas internacionais. Além disso, as massas argelinas estão conscientes da importância do seu combate à escala do continente africano.

A guerra da Argélia está longe de ter chegado ao fim, e, no despontar deste quinto ano de guerra, os homens e as mulheres da Argélia, possuídos de uma fome incoercível de paz, medem lucidamente o caminho dificílimo que ainda têm a percorrer. Mas os resultados positivos, decisivos, irreversíveis, que a sua luta acaba de tornar possíveis na África alimentam a sua fé e reforçam a sua combatividade.

Enquanto a Tunísia e Marrocos, protectorados, puderam obter a independência sem porem fundamentalmente em questão o império francês, a Argélia, devido ao seu estatuto, à antiguidade da ocupação e à importância da implantação colonialista, põe na ordem do dia e de maneira crítica a questão do desmoronamento do império.

Para o colonialismo francês, a Argélia não é unicamente um novo conflito colonial, mas também a ocasião de uma

decisiva confrontação, o teste limite. Por isso, as forças francesas reagiram, no decurso deste conflito, com uma brutalidade e uma violência muitas vezes desconcertantes. O conflito franco-argelino pôs o problema colonial à escala da África. As outras potências coloniais em África seguem com ansiedade e terror a evolução da guerra da Argélia. E, do outro lado do Sáara, eis que a Guiné independente estende agora a sua sombra «subversiva» em direcção aos territórios mais dominados.

A Argélia, ponta de lança do colonialismo ocidental em África, tornou-se rapidamente o vespeiro onde caiu o imperialismo francês e onde se desmoronaram as esperanças insensatas dos opressores ocidentais.

Desde há quatro anos, a guerra da Argélia domina de maneira trágica e decisiva a vida política interna e externa francesa. As relações da França com os outros países ocidentais, as suas dificuldades diplomáticas, ou por vezes militares, com os Estados árabes, a evolução das estruturas colonialistas da velha união francesa reflectem nitidamente as diferentes fases da guerra da Argélia.

Obcecados pelo terror de novas guerras coloniais, os homens políticos franceses multiplicaram a vigilância e os convites: repensemos os nossos problemas com as nossas possessões coloniais, é esta a frase que a partir de 1955 ressoa nas assembleias francesas e nos meios políticos. A lei-padrão de Defferre foi criada no intuito de evitar reivindicações nacionais intempestivas.

Mas a existência da guerra da Argélia, os pormenores sobre a repressão colonialista, o heroísmo do povo argelino, despertaram e tornaram audaciosa a consciência dos homens e das mulheres da África.

Nos princípios de 1958, em todos os territórios africanos ocupados pela França, a vontade nacional desponta à luz do dia e partidos cada vez mais numerosos e cada vez mais decididos levantam o problema necessário da luta armada.

No Togo e nos Camarões, os acontecimentos tomaram

efectivamente o aspecto de guerra larvada. Noutros lugares, os guardas do colonialismo multiplicam as declarações lenitivas. Ora, o observador descortina perfeitamente sob essas afirmações tranquilas uma intensa ansiedade e um terror da cólera popular.

A guerra da Argélia abalou profundamente o equilíbrio colonial na África. Não há em África um único território ocupado cujas perspectivas de futuro não tenham sido modificadas pela guerra da Argélia. O povo argelino está consciente da importância do combate em que está envolvido. Desde 1954 que a sua palavra de ordem é a libertação nacional da Argélia e a libertação do continente africano. As críticas fáceis periodicamente feitas à FLN pela sua recusa rígida de aceitar etapes na descolonização não têm suficientemente em conta as dimensões originalmente africanas da luta nacional argelina.

O colonialismo francês tem de morrer

Nestas condições, o apelo ao general De Gaulle foi a última tentativa do colonialismo francês. Viu-se que o general De Gaulle apenas pôde tirar as consequências de um movimento que o ultrapassa. A nova Constituição, nas suas considerações sobre a comunidade, deixa ainda um lugar de eleição à metrópole, mas admite o indispensável reconhecimento de Estados autónomos. A criação da República Malgaxe é a primeira manifestação desta reforma gaullista.

Os meios colonialistas que tinham depositado a sua confiança na intercessão do general providencial chegam a perguntar-se hoje se não terão sido enganados no negócio. Por não tirarem as conclusões de uma exigência irreversível que, se não fosse satisfeita, poria a própria França em risco de ser devorada, os colonialistas franceses têm tendência a considerar De Gaulle como um traidor ou um leiloeiro. Verdade se diga, o general salva mais uma vez os interesses colonialistas ao dispor uma comunidade que, desigual, organizada em pro-

veito exclusivo de uma metrópole, mantém intactas importantes estruturas coloniais.

Com a constituição de Estados autónomos, o colonialismo francês fica enfraquecido. Mas sem a intervenção do general De Gaulle teria sido a destruição do império a muito curto prazo. Aparentemente traidor dos seus mandatos, o general De Gaulle é de facto o salvador momentâneo de uma certa realidade colonial.

16

A Argélia em Accra[1]

A delegação argelina, composta de cinco membros, teve em Accra uma recepção entusiástica. Essa recepção calorosa era o testemunho da importância concedida pelos povos africanos há vários anos.

Em Accra apercebemo-nos de que as grandes figuras da Revolução Argelina, Ben Bella, Ben M'Hidi, Djamila Bouhired, entraram já na epopeia africana.

Deram-se lugares de preferência a vários membros da nossa delegação. Foi assim que um de nós ocupou um lugar no Comité-Director do Congresso e que todos os outros foram eleitos por aclamação para a presidência ou para a vice-presidência das diferentes comissões.

Esta unanimidade em relação à Argélia combatente desagradou manifestamente aos colonialistas que julgavam que a luta do povo argelino não encontrava eco nos homens e nas mulheres da África Negra. Na verdade, a Revolução Argelina nunca esteve presente com tanta acuidade nem com tanto peso como nesta região da África; tratasse-se dos Senegaleses, ou dos Camaroneses, ou dos Sul-Africanos, era fácil verificar a existência de uma solidariedade fundamental destes povos para com a luta do povo argelino, para com os seus métodos e seus objectivos.

A delegação argelina formulou de maneira muito precisa perante os congressistas o problema da luta armada. Certos observadores, certos jornalistas, julgaram-se autorizados logo nas primeiras horas do Congresso a telegrafar aos seus jornais

1 *El Moudjahid*, n.º 34, de 24 de Dezembro de 1958.

que a Argélia tinha decidido conduzir a luta anticolonialista por métodos pacíficos.

Aliás, alguns não hesitavam em dar a entender que se estava a assistir oficialmente a uma condenação do movimento revolucionário argelino.

Ora, logo no primeiro dia, o Congresso era colocado na sua órbita autêntica e a luta argelina tornava-se simultaneamente o ponto fraco do sistema colonial e a fortaleza dos povos africanos.

É que os congressistas convenceram-se rapidamente de que o interesse dos colonialistas pela África e os inícios de descolonização que apareciam aqui e ali não eram obra da generosidade ou da súbita inteligência dos opressores.

A guerra da Argélia teve um peso decisivo neste Congresso, pois pela primeira vez se revela incapaz de sair vitorioso um colonialismo que faz a guerra em África. Foi por não terem analisado este fenómeno que os colonialistas se admiraram mais uma vez com o sucesso dos representantes argelinos.

Cada delegado argelino foi recebido como alguém que está em vias de expulsar da carne do colonizado o medo, o tremor, o complexo de inferioridade.

A luta do povo argelino não é saudada como um acto de heroísmo, mas como uma acção contínua, apoiada, em constante reforço e que contém no seu desenvolvimento o desmoronar e a morte do colonialismo francês em África.

A Guiné também foi aplaudida, mas era como que a primeira consequência importante do conflito franco-argelino.

Aliás, os camaradas ministros da Guiné presentes na Conferência pediram-nos que déssemos a conhecer ao nosso governo o reconhecimento profundo do povo guineense para com a Argélia combatente.

Por outro lado, o primeiro-ministro do Ghana, o Dr. N'Krumah, insistiu em receber os nossos delegados entre os primeiros. Durante mais de uma hora estudou-se o problema argelino nas suas relações com a libertação do continente afri-

cano. Uma vez mais o Chefe do Estado do Ghana renovou ao povo argelino em luta o apoio e a solidariedade activos do povo do Ghana e do seu Governo.

O Dr. N'Krumah pôs-nos ao corrente da intenção do seu governo de reconhecer dentro em breve o Governo Provisório da República Argelina.

Accra: a África afirma a sua unidade e define a sua estratégia[1]

Em 1884, as nações ocidentais reunidas em Berlim decidiram partilhar entre si o continente africano e fundaram legalmente o regime colonial.

Depois, a evolução das relações de força no Mundo, o aparecimento de novas potências, obrigaram as nações ocidentais a recuar e a retirar-se de muitas das suas possessões.

Depois da Ásia, a África

A Ásia está agora liberta do colonialismo e territórios como a China, marcados até então, segundo parece, por uma espécie de miséria absoluta, criam como que uma nova civilização, esta autêntica, que diz respeito ao homem e que infalivelmente o toma como fim.

Resta que o continente africano está ainda amplamente ocupado pelas potências coloniais e, depois de Bandung, depois da conferência afro-asiática do Cairo, eis que os povos africanos se reúnem em Accra, capital do Ghana independente, para lançar as bases, na perspectiva longínqua dos Estados Unidos da África, de uma táctica e de uma estratégia de combate.

1 *El Moudjahid*, n.º 34, de 24 de Dezembro de 1958.

Uma solidariedade «biológica»

As organizações políticas e sindicais do continente africano encontraram-se em Accra; a sua ideologia comum: vontade nacional contra a dominação estrangeira; a sua táctica: enfraquecer os colonizadores uns após outros; a sua estratégia: fazer malograr as manobras e as tentativas de camuflagem do opressor.

O que mais impressionou o observador em Accra foi a existência ao nível mais espontâneo de uma solidariedade orgânica, biológica até. Mas, para além dessa espécie de comunhão afectiva, havia deveras a preocupação de afirmar uma identidade de objectivos e também a vontade de utilizar todos os meios existentes para expulsar o colonialismo do continente africano.

Estes homens e estas mulheres tinham-se reunido ao mesmo tempo para expor a natureza do colonialismo a que estavam submetidos, para estudar o tipo de luta possível, para articular as suas ofensivas, finalmente para fazer pressão, território após território, sobre colonialismos idênticos.

Foi por isso que se estabeleceram muito rapidamente, para além das comissões, contactos entre países sob tutela, entre colónias de povoamento do tipo África do Sul, Quénia, Argélia, entre Estados na comunidade representada essencialmente pelas Áfricas ditas francesas.

Os Estados independentes da África tiveram em Accra uma recepção entusiástica. Foram estes Estados que, em Abril de 1958, haviam julgado indispensável esta reunião de Accra para acelerar a libertação do continente africano.

A RAU, a Tunísia, o Ghana, a Etiópia, etc., tinham insistido em apresentar como delegados no Congresso homens e mulheres que eram o testemunho do apoio incondicional destes Estados aos diversos povos em luta.

A jovem República Guineense, representada por três dos seus ministros, foi aclamada com entusiasmo pelo Congresso.

Violência e não-violência: o fim e os meios

No decurso desta Conferência debateram-se vários problemas.

Os dois mais importantes parecem ter sido o da não-violência e o da colaboração com a ex-nação dominadora.

É evidente que os problemas se ligam. O fim do regime colonial realizado segundo formas pacíficas e tornado possível pela compreensão do colonialista poderia em certas circunstâncias desembocar numa colaboração renovada das duas nações. Ora, a história mostra que nenhuma nação colonialista aceita retirar-se sem que todas as suas possibilidades de manutenção se tenham esgotado.

Levantar o problema de uma descolonização não violenta é menos postular uma súbita humanidade do colonialista do que acreditar na pressão suficiente da nova relação de forças à escala internacional.

É claro, por exemplo, que a França encetou um processo de descolonização na África Negra.

Esta inovação sem violência foi tornada possível devido aos fracassos sucessivos do colonialismo francês nos outros territórios. Contudo, os representantes das nações africanas sob dominação francesa presentes em Accra denunciaram com lucidez as manobras do imperialismo francês.

As armadilhas do neocolonialismo

Os congressistas condenaram sem reserva os africanos que, para se manterem nos seus lugares, não recearam mobilizar a polícia para falsificar as eleições no último referendo e para envolver os seus territórios numa associação com a França que exclui durante longos anos a via da independência. Os poucos delegados vindos para representar estes governos fantoches da África francesa viram-se mais ou menos expulsos das comissões.

Em contrapartida, os representantes dos Camarões, à

Uma solidariedade «biológica»

As organizações políticas e sindicais do continente africano encontraram-se em Accra; a sua ideologia comum: vontade nacional contra a dominação estrangeira; a sua táctica: enfraquecer os colonizadores uns após outros; a sua estratégia: fazer malograr as manobras e as tentativas de camuflagem do opressor.

O que mais impressionou o observador em Accra foi a existência ao nível mais espontâneo de uma solidariedade orgânica, biológica até. Mas, para além dessa espécie de comunhão afectiva, havia deveras a preocupação de afirmar uma identidade de objectivos e também a vontade de utilizar todos os meios existentes para expulsar o colonialismo do continente africano.

Estes homens e estas mulheres tinham-se reunido ao mesmo tempo para expor a natureza do colonialismo a que estavam submetidos, para estudar o tipo de luta possível, para articular as suas ofensivas, finalmente para fazer pressão, território após território, sobre colonialismos idênticos.

Foi por isso que se estabeleceram muito rapidamente, para além das comissões, contactos entre países sob tutela, entre colónias de povoamento do tipo África do Sul, Quénia, Argélia, entre Estados na comunidade representada essencialmente pelas Áfricas ditas francesas.

Os Estados independentes da África tiveram em Accra uma recepção entusiástica. Foram estes Estados que, em Abril de 1958, haviam julgado indispensável esta reunião de Accra para acelerar a libertação do continente africano.

A RAU, a Tunísia, o Ghana, a Etiópia, etc., tinham insistido em apresentar como delegados no Congresso homens e mulheres que eram o testemunho do apoio incondicional destes Estados aos diversos povos em luta.

A jovem República Guineense, representada por três dos seus ministros, foi aclamada com entusiasmo pelo Congresso.

Violência e não-violência: o fim e os meios

No decurso desta Conferência debateram-se vários problemas.

Os dois mais importantes parecem ter sido o da não-violência e o da colaboração com a ex-nação dominadora. É evidente que os problemas se ligam. O fim do regime colonial realizado segundo formas pacíficas e tornado possível pela compreensão do colonialista poderia em certas circunstâncias desembocar numa colaboração renovada das duas nações. Ora, a história mostra que nenhuma nação colonialista aceita retirar-se sem que todas as suas possibilidades de manutenção se tenham esgotado.

Levantar o problema de uma descolonização não violenta é menos postular uma súbita humanidade do colonialista do que acreditar na pressão suficiente da nova relação de forças à escala internacional.

É claro, por exemplo, que a França encetou um processo de descolonização na África Negra.

Esta inovação sem violência foi tornada possível devido aos fracassos sucessivos do colonialismo francês nos outros territórios. Contudo, os representantes das nações africanas sob dominação francesa presentes em Accra denunciaram com lucidez as manobras do imperialismo francês.

As armadilhas do neocolonialismo

Os congressistas condenaram sem reserva os africanos que, para se manterem nos seus lugares, não recearam mobilizar a polícia para falsificar as eleições no último referendo e para envolver os seus territórios numa associação com a França que exclui durante longos anos a via da independência. Os poucos delegados vindos para representar estes governos fantoches da África francesa viram-se mais ou menos expulsos das comissões.

Em contrapartida, os representantes dos Camarões, à

cabeça dos quais se encontrava o Dr. Félix Moumié, foram calorosamente aplaudidos no decurso da última sessão da ONU. Outros territórios arrancaram a sua independência a prazo: os Camarões, o Tanganica, a Somália.

Em 1960, cerca de 60 milhões de africanos serão de novo independentes.

Além disso, o Governo Belga, alarmado com os sobressaltos que agitam a África e com o endurecimento dos movimentos nacionalistas do Congo Belga, acaba de reconhecer oficialmente a vocação nacional do Congo Belga e propõe-se apresentar no mês de Janeiro um programa por etapes para a independência de 20 milhões de congoleses.

Não fica excluída a tentativa dos colonialistas belgas de mais uma vez retardar este prazo; é preciso confiar na capacidade das massas congolesas para impor a curto prazo a República Democrática do Congo.

Se a Bélgica, a Inglaterra com a Nigéria e o Tanganica, a França com a Guiné, recuaram, Portugal desenvolve, pelo contrário, o regime policial nas suas possessões. Os delegados de Angola foram recebidos com emoção e exprimiu-se uma imensa cólera ao ouvirem-se as medidas discriminatórias e inumanas usadas pelas autoridades portuguesas. É evidente, Angola, a África do Sul e a Argélia são as cidadelas do colonialismo e provavelmente os territórios onde o povoamento europeu se defende com maior encarniçamento e ferocidade.

A propósito destes casos, é preciso assinalar que a União Sul-Africana tenta anexar a Basutolândia, a Suazilância e fazer a junção com as Rodésias, outras colónias de povoamento.

Esta colonização depois da colonização é certamente um dos fenómenos mais notáveis deste período de libertação do continente.

A legião africana

Nas colónias de povoamento do tipo Quénia, Argélia, África do Sul, fez-se unanimidade: só a luta armada provocará

a derrota da nação ocupante. E a legião africana, cujo princípio foi adoptado em Accra, é a resposta concreta dos povos africanos à vontade de dominação colonial dos Europeus.

Ao decidirem a criação em todos os territórios de um corpo de voluntários, os povos africanos entendem manifestar claramente a sua solidariedade com os outros povos, exprimindo assim que a libertação nacional está ligada à libertação do continente.

Os povos em luta, hoje convencidos de que os seus irmãos africanos partilham o seu combate e de que estão prontos a intervir directamente ao primeiro apelo dos seus organismos dirigentes, vêem o futuro com mais serenidade e optimismo.

Nos comícios populares organizados no Ghana, na Etiópia, na Nigéria, centenas de homens fizeram juramento de correr em socorro dos seus irmãos argelinos ou sul-americanos desde que estes manifestem tal desejo.

A África tem de ser livre, disse o Dr. N'Krumah no seu discurso inaugural, nada temos a perder senão as nossas cadeias e temos a conquistar um continente imenso. Em Accra, os Africanos juraram-se fidelidade e assistência. Nenhuma aliança será rejeitada, e o futuro do colonialismo nunca foi tão sombrio como depois da Conferência de Accra.

18

As tentativas desesperadas de Debré[1]

Michel Debré, Chefe do Governo Francês, veio recentemente à Argélia. Entrou em contacto com as autoridades colonialistas e definiu, em intenção destas, o programa do seu governo.

«A autoridade da França na Argélia», dirá, «é uma exigência da história, da natureza, da moral.» Esta declaração, esclarecida por tomadas de posição mais firmes, como essa frase proferida perante os antigos combatentes: «É preciso que todos os argelinos saibam e compreendam definitivamente que cada habitante deste país é cidadão francês de pleno direito como qualquer outro cidadão da metrópole e que em nenhum caso o Governo Francês aceitaria que essa cidadania fosse posta em questão.», ou aquela outra contida na alocução pessoal do Presidente do Conselho Francês: «A verdade é que a Argélia é terra de soberania francesa.», indica simultaneamente a não modificação da população francesa na Argélia e a importância do hiato que existe actualmente entre a vontade nacional do povo argelino e a obstinação colonialista francesa.

Um tempo histórico falsificado

O programa de Debré situa-se num dogmatismo colonialista eminentemente ortodoxo.

Diz-se que a conquista cria laços históricos. O novo

[1] *El Moudjahid*, n.º 37, de 25 de Fevereiro de 1959.

tempo inaugurado pela conquista, esse tempo colonialista, porque habitado por valores colonialistas, porque tirando a sua razão de ser da negação do tempo nacional, vai ser afectado de um coeficiente absoluto. A história da conquista, o desenvolvimento histórico da colonização e do despojamento nacional, vão substituir o tempo real dos homens explorados. E o que será afirmado pelos colonizados no momento da luta de libertação nacional como vontade de romper com a exploração e com o desprezo será rejeitado pela potência colonialista como símbolo de barbárie e de regressão. É que o colonialista, através de um mecanismo de pensamento ao fim e ao cabo bastante banal, chega a já não poder imaginar um tempo que se faça sem ele. A sua irrupção na história do povo colonizado é deificada, transformada em necessidade absoluta. Ora, um «olhar histórico sobre a história» exige, pelo contrário, que o colonialista francês se retire, porque se tornou historicamente necessário que o tempo nacional exista na Argélia.

A exigência histórica de Debré é o equivalente intelectualizado da velha fórmula colonialista: «Fomos nós que fizemos a Argélia.»

Na verdade, aquilo que se dá como fidelidade à história não é, em última análise, senão infidelidade à história, senão recusa de estar à altura do período de descolonização, senão desobediência à história.

Em 1959, o sentido da história exige que os 10 milhões de argelinos tomem o seu destino nas mãos. Desde há mais de quatro anos, os sucessivos governos franceses revelam-se incapazes de interpretar objectivamente este problema. As declarações de Debré não diferem em nada das declarações proferidas por Léonard ou por Soustelle: «A França está na Argélia e lá ficará», diziam em 1954.

Em 1959, «a França permanecerá».

Os doutrinários do colonialismo evocam geralmente um outro tema, o da união indissolúvel da Argélia com a França.

Uma geografia de intenções

Não podendo ser nem sentimental nem intelectual, esta união será geográfica. E ora a França é o prolongamento europeu da Argélia, ora a Argélia o prolongamento africano da França.

As dificuldades internacionais da Europa vão dar a esta união geográfica uma primazia cada vez mais marcada. No âmbito do sistema defensivo do Ocidente, o território argelino ocupa um lugar privilegiado. É o que irão realçar os diversos defensores da Argélia Francesa. É também neste sentido que o problema será evocado por Debré: «Por outro lado, devemos compreender que a liberdade e o progresso, a segurança e a paz, se ligam nesta parte do Mundo à unidade, por cima do Mediterrâneo, da França metropolitana, porta da Europa, com a Argélia, cabeça da África. Todo o atentado a esta unidade é um risco de insegurança! Todo o reforço desta unidade, uma garantia de paz. A França deve, pois, fazer com que ninguém possa duvidar da sua vontade de tornar esta unidade mais firme do que nunca.»

Assim, a Argélia deve permanecer terra francesa, porque as necessidades estratégicas da Europa e da França o exigem. A geografia de Debré é, pois, uma geografia animada de intenções: a autoridade da França na Argélia é uma exigência da natureza. É a ordem natural que impõe à França a manutenção do regime colonial na Argélia. A partir do momento em que os regimes ou os homens começam a ler as suas acções políticas nas sinuosidades do terreno, é do fascismo e do nazismo que passa a ser a questão.

É prolongando pela imaginação certas linhas do terreno que os governos tornam a pôr em causa a paz do Mundo. Queiram eles realmente dar livre curso às suas fantasias e estender o que há já vários séculos se chama as fronteiras naturais, e eis povos inteiros lançados no sangue e na miséria.

Não deveria ser segredo para ninguém que a geografia

da Argélia reclama, em primeiro lugar, que este país seja independente.

E depois, sem dúvida, tem o seu lugar a tomar no Maghreb, em África, e no Mundo. Mas negar o destino nacional da Argélia em nome de uma «maior união franco-argelina» é uma impostura. Nisto Debré não inova. Desde há quatro anos que se estabeleceram tradições nos governos franceses.

Escapando à história e à natureza, Debré desemboca na moral. Encontra ainda, parece que sem esforço, os grandes princípios do ultracolonialismo: «Que farão os Argelinos sem nós?» Os colonos da Mitidja diziam e dizem ainda: «Estas vinhas, daqui a quatro anos, estarão transformadas em pântanos.»

Debré não diz outra coisa: «Quer-se lançar a Argélia na miséria, na barbárie e no sangue.»

A moral em socorro da exploração

Ora, outro tema é este: só a França é capaz de se encarregar beneficamente da Argélia.

Só a França pode encarregar-se economicamente da Argélia.

Debré dirá de novo tudo isto em Argel.

«A França tem uma obrigação de ordem económica... A França tem uma obrigação de ordem social... A França tem uma obrigação humana, pois só ela é capaz de manter e reforçar... esta união e até fraternidade dos espíritos que dão à Argélia um carácter e uma força única no Mundo.»

Sinal dos tempos! No princípio da conquista era este pretexto que era evocado. Luta contra a barbárie, contra a miséria, contra o atraso. Hoje, depois de cento e trinta anos de exploração, que constituem paradoxalmente um direito, e da luta dos blocos, é a história e a estratégia que tomam o primeiro lugar.

A moral francesa, os valores franceses são os únicos capazes de manter a Argélia no campo das «regiões humanas».

Debré previne-nos de que a partida da França seria o sinal de uma recaída da Argélia no arcaísmo, no atraso e no embrutecimento.

Oito meses depois da tomada do Poder pelo general De Gaulle, voltamos aos primeiros meses da luta de libertação do nosso povo: «A França está em sua casa na Argélia, pois a Argélia é obra da França. A França tem necessidade da Argélia, pois, sem a Argélia, que faria a França? A Argélia tem necessidade da França, pois, sem a França, que faria a Argélia?»

E, para concluir, esta precisão contida na alocução pessoal de Debré: «Quem pode duvidar, a não ser pessoas de má-fé, com segundas intenções, das resoluções do general De Gaulle? Quem ousa, a não ser pessoas de má-fé, com segundas intenções, duvidar quando o general De Gaulle declarou que não haveria negociações políticas?»

A V República Francesa não parece dar mais provas de imaginação do que a precedente. Retomam-se as mesmas afirmações com a mesma obstinação cega, com o mesmo desprezo pelos acontecimentos, com a mesma inteligência da história.

Pretender em 1959 que todos os argelinos são franceses, que a França permanecerá na Argélia e que não poderá haver negociações políticas, é, a despeito do bom senso, prosseguir na via da intensificação da guerra.

É incontestavelmente voltar as costas à negociação e à razão.

É verdade que esta cegueira não é resultado de um erro de apreciação. A França e o seu Governo ainda estão dominados por interesses colonialistas. Ora, desde 13 de Maio, assistimos à aliança destes interesses tradicionais com a escalada fascista e militarista que continua muito forte em França (Boulanger, De La Rocque, Pétain...) e com uma certa fracção do grande capital.

Enquanto esta aliança não for posta em causa, os Presidentes do Conselho franceses estão condenados a inspirar as suas declarações na tradição ultracolonialista.

É preciso saber que ainda está longe o tempo que assis-

tirá à destruição do bloco colonialista pelo desenvolvimento das contradições.

Hoje, como há quatro anos, a palavra de ordem continua a ser intensificar a luta armada. Todas as tentativas de diversão do adversário devem ser aniquiladas.

Do lado francês, estão bem longe de se encontrar reunidas as condições para uma negociação. O programa de Debré é fazer a guerra, negar a nação argelina, aprofundar a anexação do nosso país.

Sim, como dizia Yazid, ministro da Informação, falar de soberania francesa na Argélia em 1959 é loucura. Não há outro termo.

19

Furor racista em França[1]

Há dois anos, na sequência da acção dos comandos do ELN em território francês, quer para neutralizar a contra-revolução então muito activa, quer para reagir contra certos torcionários da polícia francesa, vimos desenvolverem-se atitudes espontâneas de racismo e de discriminação passional relativamente aos Norte-Africanos — de um modo imediato e global, a desconfiança para com os Árabes torna-se uma segunda natureza. Mais um passo, e a caça foi aberta. É o período, lembramo-nos, em que até um sul-americano era crivado de balas por se assemelhar a um norte-africano.

Os cidadãos tunisinos e os cidadãos marroquinos iriam sofrer também com este comportamento racista. Operários tunisinos presos, internados, espancados... estudantes marroquinos apanhados, interrogados na polícia judiciária... Na rua, grosserias, humilhantes tanto para a pessoa visada como também para os jovens Estados.

Era o período, bem nos lembramos, em que todo o norte-africano era várias vezes interpelado e em que muitos operários tunisinos ou marroquinos, que trabalhavam em França, decidiam voltar ao território nacional.

Nesta altura, tornou-se hábito decretar que apenas os Argelinos eram responsáveis por este estado de coisas e que dependia dos Argelinos fazer cessar essa suspeita generalizada relativamente à população norte-africana.

Assim, pois, este comportamento fortemente agressivo e odioso não era uma componente das estruturas sociais e men-

1 *El Moudjahid*, n.º 42, de 25 de Maio de 1959.

tais do povo francês, mas simplesmente a reacção de autodefesa de um organismo que dificilmente diferenciava entre si os habitantes do Maghreb.

Os recentes acontecimentos registados em território francês merecem ser evocados aqui. Mostrar-nos-ão sem qualquer dúvida que a confusão na percepção do «meteco» não deve ser encarada como uma ignorância lamentável, mas encontrava a sua justificação num princípio, esse banal, que quer que as formas mais brutais do racismo se instalem em França com uma cadência verdadeiramente explosiva.

Um escritor apunhalado

O primeiro facto é o atentado dirigido contra o jovem escritor Oyono, há três semanas. O autor de *Une vie de Boy* saía de um restaurante acompanhado por uma mulher. O casal foi assaltado, a mulher insultada de maneira obscena, esbofeteada, espezinhada. Quanto a Oyono, depois de ter resistido aos seus assaltantes, acabaria por cair, com um punhal cravado entre as omoplatas e entrar de urgência num hospital parisiense. Depois de uma transfusão de sangue, viria a restabelecer-se. Restabelecido actualmente, diz a quem o quiser ouvir que não se sente em segurança em território francês e que está a preparar a partida.

Como interpretar este acontecimento? Não se trata de um atentado dirigido contra este homem de cor, nem de uma tentativa de roubo. Trata-se, como proclamaram suficientemente os seus autores, de um correctivo dado à mulher (que era branca) e de um aviso dado ao negro. A matilha lançou-se sobre Oyono gritando: «Morte aos negros!»

Oyono antes de desmaiar entregara à polícia um dos seus agressores. Ignoram-se até hoje os nomes dos assaltantes e, apesar de tomadas de posição firmes de várias associações, duvida-se de que este caso venha a ser objecto de resolução judiciária. De assinalar que tudo se passou em pleno Quartier

Latin, isto é, em pleno bairro intelectual habituado à presença de estudantes de todas as origens. Ninguém foi em socorro do agredido e, terminada a operação, os assaltantes puderam desaparecer tranquilamente.

Um filme anti-racista atacado...

Já se fizeram vários filmes com o intuito de lutar contra o racismo que reina nos Estados Unidos e noutros lugares. O mais recente, *Tripes au soleil,* sobre o qual se poderiam dizer muitas coisas, acaba de ser exibido em Paris. Desde a primeira sessão que jovens parisienses fizeram um barulho extraordinário, partiram cadeiras, sujaram o *écran* e manifestaram a sua hostilidade no final da sessão. Os gritos «Abaixo os negros», «Morte aos negros», «Viva Hitler», fizeram-se ouvir e a polícia «dispersou os manifestantes».

Desde há várias semanas, de maneira sistemática, as organizações antifascistas são atacadas. Um dos movimentos mais activos, o MRAP, contra o racismo, contra o anti-semitismo e pela paz, que foi um dos primeiros a tomar posição contra o princípio da guerra da Argélia e pelo reconhecimento da nação argelina, é objecto de ataques ininterruptos. As suas sedes são assaltadas quase diariamente, e os seus dirigentes objecto de ameaças e de agressões. Nas paredes de Paris, também desde há algumas semanas, aparecem cruzes gamadas. Estas cruzes em Paris não são senão as réplicas daquelas que se podem ver há mais tempo em Argel e em Constantine.

Quando, em França, um filme anti-racista é atacado, em pleno dia, por uma organização que não tem medo de proferir o *slogan:* «Morte aos negros!», podemos dizer que a democracia vai muito mal em França e que os negros fariam bem em abandonar o navio.

Mas então, dir-se-á, não será necessário evitar generalizar a partir destes factos?

Não se tratará apenas de manifestações episódicas repri-

midas pela lei e condenadas unanimemente pela consciência nacional francesa? Talvez seja conveniente determo-nos um pouco mais. Talvez semelhantes manifestações não surjam espontaneamente. Para que existam, para que tomem forma, é preciso que numa certa medida, precisamente na consciência nacional, se tenha produzido uma sedimentação suficiente de racismo, de complexo de superioridade, de discriminação. Estas manifestações, vindas directamente do coração, isto é, do coração do indivíduo, exprimem não só o vício da educação francesa relativamente ao resto da humanidade, como também as consequências de dezenas de anos de dominação colonial.

O próprio general De Gaulle, no seu último discurso em Blois, não reencontrou, miraculosamente, esse caminho do coração?

Ao falar da necessidade de se chegar a um acordo na Europa, não disse que «nós, brancos e civilizados, deveríamos encontrar um campo de entendimento»?

Pensamos infalivelmente nesta passagem do poeta negro Césaire:

«O que ele (o burguês humanista do século XX) não perdoa a Hitler, não é o crime em si, o crime contra o homem branco, é ter aplicado à Europa processos colonialistas só aplicados até aqui aos árabes da Argélia, aos *coolies* da Índia e aos negros da África.»

Sim, quando o racismo atinge tais dimensões em França, é tempo de os negros abandonarem o navio. Cabe aos membros da «Comunidade Francesa» decidir se o seu lugar continua a ser ao lado daqueles que ainda não se desembaraçaram, frente à raça negra, nem das baixezas nem do ódio.

O sangue corre nas Antilhas sob dominação francesa[1]

Assim, pois, também as velhas colónias utilizam o caminho da «rebelião». Esses florões do império, esses países castrados que deram tantos e tão bons e leais servidores, começam a agitar-se.

Todo o antilhano, todo o guianense, seja em que sítio for que se encontre, sentir-se-á violentamente perturbado. Com efeito, os Franceses, depois de terem pejorativamente categorizado os Árabes e os Africanos, os Malgaxes e os Indochineses, concediam, reconheciam, que com os Antilhanos as coisas tomavam um outro aspecto. Ouvia-se dizer por toda a parte que os Antilhanos eram franceses, como os Corsos. E havia grandes massas de antilhanos e antilhanas que acreditavam nisso. É claro que, de vez em quando, o racismo eclodia, e o colonato antilhano oprimia e condenava à fome endémica os operários agrícolas, mas o título de cidadão francês parecia valer bem esses pequenos incómodos. É claro que trezentas toneladas de ouro por ano deixavam o território guianense para abastecer as caves do Banco de França, mas Monnerville, segundo ou terceiro cidadão francês, não era ao mesmo tempo um símbolo e o pagamento de uma dívida?

Contudo, apesar dessa imensa intoxicação, a despeito dessa enorme impostura, houve martiniquenhos que entraram em luta aberta contra as forças francesas, que ocuparam comissariados, que cortaram estradas. Submergindo esses trezentos anos de presença francesa, houve martiniquenhos que pega-

[1] *El Moudjabid,* n.º 58, de 5 de Janeiro de 1960.

ram em armas e ocuparam Fort-de-France durante mais de seis horas. Mortos? Houve-os. E feridos também.

Quinze mortos, dizem; várias dezenas de feridos e centenas de prisões.

Enviam-se reforços na direcção das Antilhas e, para desmantelar um movimento que deve parecer suficientemente iminente, inunda-se o Guadalupe de fuzileiros navais, de C.R.S. e de soldados.

Os serviços franceses de informação pretendem que a origem do motim estaria num banal incidente de circulação. Talvez. Mas então a que se devem essas súbitas dimensões? Que é que faz com que uma população reaja com tanta violência, com tanta raiva? Que é que faz com que os C.R.S. reajam com tanta precipitação, com tanta desenvoltura, perante a vida de «concidadãos»? Na realidade, o problema levanta-se. E tanto melhor. Põem-se em questão a ficção Antilhas Francesas e a fórmula «com o Antilhano não há problemas». E tanto melhor.

Actualmente, os velhos políticos, assimilados, infestados por dentro, que há muito não representavam senão os seus interesses medíocres e a sua própria mediocridade, devem estar bastante inquietos. Descobrem de repente que a França pode perfeitamente tratar os Martiniquenhos como rebeldes. Descobrem também a existência de um espírito rebelde, de um espírito nacional.

Por ocasião do referendo organizado pela França, perguntaram a Césaire a razão do seu «sim» a De Gaulle. Respondeu que os Martiniquenhos tinham feito uma aposta com a V República. O nosso «sim», dizia Césaire, é um «sim» de circunstância. A França compromete-se a melhorar a nossa condição e a reconhecer-nos algumas prerrogativas no plano local.

Pois bem! Parece que o povo põe em causa essa aposta e levanta o problema nacional. A questão antilhana, a questão da federação caraíba, já não pode ser dissimulada por mais tempo. As Guianas ex-holandesas e ex-britânicas, hoje independentes, exercem uma atracção sobre a Guiana sob domi-

nação francesa. As Antilhas sob dominação britânica tornam-se independentes. Em Cuba, Castro dá um novo rosto às Caraíbas. Não há dúvida de que a questão foi posta.

Não há dúvida de que as forças francesas e os seus aliados, os actuais homens políticos, deputados e senadores, desmantelarão para já esta primeira manifestação do espírito nacional martiniquenho. Mas sabemos agora que os Guadalupenses, os Martiniquenhos e os Guianenses hão-de ser independentes e hão-de construir os respectivos países como entenderem. O povo argelino assegura aos Antilhanos e aos Guianenses a sua simpatia fraternal e encoraja-os a estimular a sua combatividade. Os antilhanos e os guianenses, soldados, sargentos e oficiais, que lutam contra os seus irmãos argelinos enquanto as tropas francesas metralham os seus povos em Fort-de-France ou em Basse Terre devem recusar-se a lutar e devem desertar.

Sabe-se agora que existem laços entre a guerra da Argélia e os recentes acontecimentos que ensanguentaram a Martinica. Foram antigos funcionários franceses da África do Norte, os expulsos de Marrocos e da Tunísia e aqueles que estavam demasiado comprometidos na Argélia, que provocaram a réplica das massas martiniquenhas. A brutal reacção do povo martiniquenho indica apenas que chegou a hora de clarificar os problemas e de dissipar os mal-entendidos.

21

Unidade e solidariedade efectiva são as condições da libertação africana[1]

A um observador que acompanhe, há dois anos, a evolução do continente africano impõe-se com particular evidência a seguinte conclusão: os povos dependentes vergados por uma dominação estrangeira têm progressivamente acesso à soberania nacional.

Depois do Ghana, da Guiné, tornam-se independentes os Camarões sob mandato francês, o Togo, a Somália sob mandato italiano e a Nigéria. As agitações da recente Comunidade Francesa, as reivindicações francas, ou por vezes veladas, dos dirigentes dos diferentes países da Comunidade não permitem qualquer dúvida. Poder-se-ia dizer que se iniciou um processo irreversível, se confiássemos nas fórmulas estereotipadas.

A mão da história é a mão do homem

Os observadores não estrangeiros contentam-se, pois, com a esperança generalizada no desenvolvimento histórico daquilo a que se chamou o processo objectivo de descolonização, enquanto, mais ou menos implicitamente, se pede aos Africanos que confiem na boa vontade dos antigos senhores e que, de qualquer modo, não desesperem das necessidades históricas que ritmam a reconversão da opressão colonial.

É rigorosamente verdade que a descolonização se efec-

1 *El Moudjahid,* n.º 58, de 5 de Janeiro de 1960.

tua, mas é rigorosamente falso pretender e acreditar que esta descolonização seja fruto de uma dialéctica objectiva que toma mais ou menos rapidamente as aparências de um mecanismo absolutamente inaceitável.

O optimismo que hoje reina em África não é um optimismo nascido do espectáculo de forças da natureza tornadas finalmente benéficas aos Africanos. Também não se deve este optimismo à verificação, no antigo opressor, de disposições menos inumanas e mais benevolentes. O optimismo em África é o produto directo da acção revolucionária, política ou armada — muitas vezes das duas simultaneamente — das massas africanas.

Compreende-se agora por que razão cada nacionalista africano tem essa obsessão de conferir constantemente uma dimensão africana à sua acção. É que a luta pela liberdade e pela independência nacional está dialecticamente ligada à luta contra o colonialismo em África.

O inimigo do Africano sob dominação francesa não é o colonialismo exercido nos limites estritos da sua nação, mas são as formas do colonialismo, são as manifestações do colonialismo, seja qual for a bandeira à sombra da qual este se exerça e domine.

Uma grande parte da humanidade foi recentemente abalada nas suas convicções mais profundas perante a expansão de uma ideologia: o nazismo, que ressuscitou os métodos de tortura e de genocídio dos tempos mais recuados.

Os países mais imediatamente visados pelas manifestações do nazismo uniram-se e comprometeram-se, não só a libertar o seu território ocupado, mas também a quebrar literalmente os rins ao nazismo, a extirpar o mal onde ele tinha surgido, a liquidar os regimes que tinha suscitado.

Pois bem! Os povos africanos também se devem lembrar de que foram confrontados com uma forma de nazismo, com uma forma de exploração do homem, de liquidação física e espiritual lucidamente conduzida; lembrar que as manifestações francesa, inglesa e sul-africana deste mal devem preo-

cupá-los, mas que devem também comprometer-se a enfrentar este mal enquanto mal no conjunto do território africano.

Os países europeus estão hoje preocupados com o problema da paz. Depois de os blocos de leste e de oeste se terem armado o mais que podiam, os ocidentais apercebem-se horrorizados de que todo o novo conflito mundial poria em questão a própria existência da vida na terra. Por isso torna-se indispensável uma confrontação pacífica das duas concepções do mundo.

Foi nesta perspectiva que o general Eisenhower fez a sua última viagem, que o conselho da OTAN se reuniu em Paris, e que uma cimeira se fixou para os primeiros meses de 1960.

Nós, Africanos, dizemos que o problema da paz entre os homens, na ocorrência não africanos, é fundamental, mas dizemos também que a libertação da África dos últimos bastiões do colonialismo constitui o primeiro problema.

Quando nós, Africanos, dizemos que somos neutros quanto às relações Leste-Oeste, queremos dizer que, de momento, a única questão que nos preocupa é a do nosso combate contra o colonialismo. Isto quer dizer que não somos de modo nenhum neutros perante o genocídio que a França faz na Argélia ou perante o *apartheid* na África do Sul.

A nossa neutralidade significa que não temos de tomar posição a favor ou contra a OTAN, a favor ou contra o Pacto de Varsóvia.

No âmbito do nosso combate anticolonialista, apenas temos em conta a firmeza do nosso compromisso e do apoio que este ou aquele país nos dá. E nesse âmbito podemos dizer que os povos agrupados sob a expressão de países de leste nos apoiam muito firmemente e que os países ocidentais multiplicam as ambiguidades.

Armas e homens

Os povos africanos estão concretamente empenhados numa luta global contra o colonialismo e nós, Argelinos, não disso-

ciamos o combate que travamos do dos Rodesianos ou dos Quenianos. A nossa solidariedade para com os nossos irmãos africanos não é verbal. Não se traduz pelo voto, pela aclamação numa reunião internacional de resoluções ou de condenações. Os países colonialistas, quando estavam em perigo e quando o fascismo e o nazismo os submergiam, portanto, quando a sua liberdade e a sua independência estavam ameaçadas, não hesitaram em ir buscar as massas africanas e em lançar contra as posições nazis uma maioria dos seus «colonizados». Hoje, são a liberdade e a independência nacional dos Africanos que se encontram em questão.

A solidariedade interafricana deve ser uma solidariedade de facto, uma solidariedade de acção, uma solidariedade concreta em homens, em material, em dinheiro.

A África será livre. Sim, mas é preciso que se atire ao trabalho, que não perca de vista a sua própria unidade. Foi neste espírito que se adoptou, entre outros, um dos pontos mais importantes da Primeira Conferência dos Povos Africanos, em Accra, em 1958. Os povos africanos — dizia-se nessa resolução — comprometem-se a constituir uma milícia encarregada de apoiar os povos africanos em luta pela sua independência.

Não foi por acaso que esta resolução foi escamoteada pela imprensa ocidental. A violência das democracias ocidentais durante a sua guerra contra o nazismo, a violência dos Estados Unidos da América em Hiroxima com a bomba atómica, sem serem um exemplo, dão uma ideia daquilo que as democracias podem empreender quando a sua vida está em perigo.

Nós, Africanos, dizemos que há mais de cem anos a vida de 200 milhões de Africanos é uma vida depreciada, uma vida contestada, uma vida perpetuamente assombrada pela morte. Dizemos que não devemos confiar na boa-fé dos colonialistas, mas que devemos armar-nos de firmeza e de combatividade. A África não será livre pelo desenvolvimento mecânico das forças materiais, mas é a mão do Africano e o seu cérebro que desencadeiam e levarão a bom termo a dialéctica da libertação do continente.

A alguns dias da Segunda Conferência dos Povos Africanos, que se realizará às portas da Argélia a ferro e fogo, os Africanos devem lembrar-se de que não há um optimismo objectivo que se imponha de maneira mais ou menos mecânica, mas que o optimismo deve ser o sentimento que acompanha o compromisso revolucionário e o combate.

Nestas condições, sim, podemos ser optimistas.

Quinta parte

Unidade Africana

1

Esta África futura

[No final do ano de 1958, os coronéis das *wilayas* do ELN fizeram uma reunião em Nord-Constantinois. Nessa ocasião verificaram o perigo de um aniquilamento progressivo da luta armada no interior, dado o dispositivo que o inimigo pôs a funcionar (zonas interditas, campos de reagrupamento tendentes a isolar o ELN da população).

Decidiu-se enviar a Tunis o coronel Amirouche (coronel da Wilaya III) para explicar a situação ao GPRA e definir os meios que permitiriam reabastecer o interior de armas, munições e finanças.

O coronel Amirouche não chegou a Tunis, pois foi morto pelo inimigo durante a viagem na região de Bou-Saâda, em Março de 1959.

Para enfrentar esta situação o CNRA decidiu na sua reunião do Outono de 1959 a criação do Estado-Maior.

Visto que o exército francês reforçara o seu dispositivo nas fronteiras (linha Challe), tornava-se difícil reabastecer o interior através de Marrocos e da Tunísia.

Em Março de 1960, Fanon era enviado para Accra. Durante a sua estada na África Ocidental pôde verificar que existia uma possibilidade de reforçar a situação no interior a partir da fronteira sul, isto é, a fronteira do Mali. Neste sentido estabeleceu também contacto com os responsáveis do Mali e comunicou as suas sugestões aos dirigentes argelinos, que decidiram a criação de uma terceira base no Sul do Sáara para o encaminhamento das armas destinadas às Wilayas I e V.

As notas que se seguem foram escritas por Fanon no

decurso da missão de reconhecimento e de instalação desta base, no Verão de 1960.

A este diário de viagem acrescentam-se algumas indicações técnicas sob a forma de notas apressadas e incompletas em que Fanon estuda as diferentes soluções susceptíveis de serem adoptadas no plano estritamente operacional.]

Pôr a África em movimento, colaborar na sua organização, no seu reagrupamento, segundo princípios revolucionários. Participar no movimento ordenado de um continente, foi esse, em última análise, o trabalho que escolhi. A primeira base de partida, o primeiro alicerce, era representado pela Guiné. Depois, o Mali, decidido a tudo, ardente e brutal, coerente e singularmente acerado, prolongava a ponta de lança e abria preciosas perspectivas. A leste, Lumumba caminhava penosamente. O Congo, que constituía a segunda praia de desembarque das ideias revolucionárias, encontrava-se preso nas malhas de contradições estéreis. Era preciso continuar a esperar antes de investir eficazmente contra as cidadelas colonialistas que se chamam Angola, Moçambique, Quénia e União Sul-Africana.

No entanto, tudo estava no seu lugar. E eis que o sistema de defesa colonialista, embora discordante, reanimava os velhos particularismos e pulverizava a lava libertadora. De momento, era necessário aguentar no Congo e avançar a oeste. Para nós, argelinos, a situação era clara. Mas o terreno permanecia difícil, muito difícil. Tínhamos de provar, a partir do oeste, através de manifestações concretas, que o continente era uno. Que por detrás das opções gerais dos dirigentes era possível determinar os pontos precisos em que os povos, os homens e as mulheres, podiam encontrar-se, ombrear, construir em comum. O espectro do Ocidente — as cores europeias estavam presentes e activas em toda a parte. As zonas francesa, inglesa, espanhola, portuguesa, continuavam vivas. Oxford opunha-se à Sorbonne, Lisboa a Bruxelas, os patrões ingleses aos patrões portugueses, a libra ao franco, a Igreja Católica ao Protestan-

tismo ou ao Islamismo. E, para além de tudo isso, os Estados Unidos a intrometerem se em todo o lado, dólares à cabeça, com Armstrong como arauto e com os diplomatas negros americanos, as bolsas, os emissários da voz da América... E não esqueçamos a Alemanha trabalhadora, Israel desbravando o deserto...

Trabalho difícil. Felizmente, em cada canto há braços que nos acenam, vozes que nos respondem e mãos que nos agarram. A coisa vai.

O ruído rápido e tranquilizante das cidades libertadas que rompem as suas amarras e avançam grandiloquentes, mas de modo nenhum grandiosas, esses antigos militantes hoje definitivamente aprovados em todos os seus exames, que se sentam... e se recordam, mas o Sol ainda vai muito alto no céu e, se escutarmos com o ouvido colado ao solo vermelho, ouvimos muito nitidamente ruídos de cadeias enferrujadas, murmúrios de infelicidade, e deixamos cair os ombros, tão presente está sempre a carne ferida neste meio-dia abrasador. A África de todos os dias, oh! não a dos poetas, não a que adormece, mas a que não deixa dormir, porque o povo está impaciente por fazer, actuar, dizer. O povo que diz: quero construir-me como povo, quero edificar, amar, respeitar, criar. Este povo que chora quando dizeis: venho de um país onde as mulheres não têm filhos e os filhos não têm mães, e que canta: a Argélia, país irmão, país que clama, país que espera.

Era pois a África, esta África que tínhamos de lançar no sulco continental, na direcção continental. Esta África que tínhamos de orientar, mobilizar, lançar na ofensiva. Esta África futura.

O Oeste. Conakry, Bamako. Duas cidades mortas à superfície, mas por baixo, a temperatura é insuportável para os que calculam, que manobram, que se instalam. Em Conakry e em Bamako homens e mulheres modelam a África, forjam-na com amor e entusiasmo.

Moumié. A 30 de Setembro encontrámo-nos no aeródromo de Accra. Ele ia a Genebra por causa de entrevistas

muito importantes. Dentro de três meses, dizia-me, assistiremos a um refluxo em massa do colonialismo nos Camarões.

Em Tripoli, o nevoeiro não permitia qualquer aterragem e durante três horas o avião sobrevoou o aeródromo. A todo o custo, o piloto queria aterrar. A torre de controle recusava a autorização solicitada, mas o piloto, corajoso e inconsciente, tinha decidido pousar as suas dezenas de milhares de toneladas. «Estes tipos brincam com a vida das pessoas», disse-me Félix.

Era verdade. Mas não estamos nós a brincar também com a nossa? Que era essa intrepidez do piloto comparada com as nossas vidas perpetuamente em suspenso? Hoje, Félix morreu. Em Roma, quinze dias depois, devíamos voltar a encontrar-nos. Ele não apareceu. Seu pai aguardava-nos em Accra, mas viu-me chegar sozinho e nessa altura apoderou-se do seu rosto uma grande tristeza.

Dois dias depois, ficámos a saber por um telegrama que Félix se encontrava hospitalizado. Depois, que se suspeitava de envenenamento. Kingué, vice-presidente do UPC, e Marthe Moumié decidiram partir para Genebra. Alguns dias depois recebíamos a notícia: Félix Moumié morrera.

Nem sequer sentimos esta morte. Um assassinato, mas sem sangue. Não houve nem rajadas de metralhadora, nem bombas. Envenenamento com tálio. Não faz sentido. Tálio! Como descobrir esta causa? Uma morte abstracta que atinge o homem mais concreto, mais vivo, mais impetuoso. O tom de Félix era constantemente elevado. Agressivo, violento, colérico, apaixonado pelo seu país, cheio de ódio pelos cobardes e intriguistas. Austero, duro, incorruptível. Essência revolucionária em sessenta quilos de músculos e ossos.

À noite, fomos reconfortar os camaradas dos Camarões. O pai, de rosto burilado, impassível, inexpressivo, ouvia-me falar-lhe do filho. E, progressivamente, o pai dava lugar ao militante. Sim, dizia, o programa é claro. É preciso cumprir o programa. O pai de Moumié, nesse instante, fazia-me lembrar esses pais da Argélia que ouvem numa espécie de estupefacção o relato da morte dos filhos. Que de quando em quando

muito importantes. Dentro de três meses, dizia-me, assistiremos a um refluxo em massa do colonialismo nos Camarões.

Em Tripoli, o nevoeiro não permitia qualquer aterragem e durante três horas o avião sobrevoou o aeródromo. A todo o custo, o piloto queria aterrar. A torre de controle recusava a autorização solicitada, mas o piloto, corajoso e inconsciente, tinha decidido pousar as suas dezenas de milhares de toneladas. «Estes tipos brincam com a vida das pessoas», disse-me Félix.

Era verdade. Mas não estamos nós a brincar também com a nossa? Que era essa intrepidez do piloto comparada com as nossas vidas perpetuamente em suspenso? Hoje, Félix morreu. Em Roma, quinze dias depois, devíamos voltar a encontrar-nos. Ele não apareceu. Seu pai aguardava-nos em Accra, mas viu-me chegar sozinho e nessa altura apoderou-se do seu rosto uma grande tristeza.

Dois dias depois, ficámos a saber por um telegrama que Félix se encontrava hospitalizado. Depois, que se suspeitava de envenenamento. Kingué, vice-presidente do UPC, e Marthe Moumié decidiram partir para Genebra. Alguns dias depois recebíamos a notícia: Félix Moumié morrera.

Nem sequer sentimos esta morte. Um assassinato, mas sem sangue. Não houve nem rajadas de metralhadora, nem bombas. Envenenamento com tálio. Não faz sentido. Tálio! Como descobrir esta causa? Uma morte abstracta que atinge o homem mais concreto, mais vivo, mais impetuoso. O tom de Félix era constantemente elevado. Agressivo, violento, colérico, apaixonado pelo seu país, cheio de ódio pelos cobardes e intriguistas. Austero, duro, incorruptível. Essência revolucionária em sessenta quilos de músculos e ossos.

À noite, fomos reconfortar os camaradas dos Camarões. O pai, de rosto burilado, impassível, inexpressivo, ouvia-me falar-lhe do filho. E, progressivamente, o pai dava lugar ao militante. Sim, dizia, o programa é claro. É preciso cumprir o programa. O pai de Moumié, nesse instante, fazia-me lembrar esses pais da Argélia que ouvem numa espécie de estupefacção o relato da morte dos filhos. Que de quando em quando

interrogam, pedem uma explicação e depois voltam a cair nessa inércia de comunhão que parece levá-los para onde, pensam eles, os filhos se dirigiram.

Todavia, a acção aí está. Amanhã, o mais rápido possível, será preciso fazer guerra ao inimigo, não lhe dar tréguas, pisá-lo, cortar-lhe a respiração.

Partamos. A nossa missão: abrir a frente sul. Fazer sair armas e munições de Bamako. Sublevar a população do Sáara, infiltrarmo-nos até aos altos planaltos argelinos. Depois de ter levado a Argélia aos quatro cantos da África, voltar a subir com toda a África para a Argélia africana, para o Norte, para Argel, cidade continental. Eis o que eu queria: grandes linhas, grandes canais de navegação através do deserto. Forçar o deserto, negá-lo, juntar a África, criar o continente. Que do Mali penetrem no nosso território malis, senegaleses, guineenses, habitantes da Costa do Marfim e do Ghana. E os da Nigéria, do Togo. Que todos subam as encostas do deserto e se lancem contra o bastião colonialista. Tomar o absurdo e o impossível a contrapelo e lançar um continente ao assalto dos últimos baluartes da potência colonial.

Somos oito: um comando; o Exército, as transmissões, os comissários políticos, o corpo sanitário. Cada um dos pares deve prospectar, segundo a sua própria disciplina, as possibilidades de trabalho. Actuar rapidamente. O tempo urge. O inimigo continua a ser tenaz. Na realidade, não acredita na derrota militar. Mas eu nunca a senti tão possível, tão ao alcance. Basta caminhar, carregar. Nem sequer se trata de estratégia. Temos hostes mobilizadas e furiosas, apaixonadas pela nossa luta, ardentes no trabalho. Temos a África connosco. Mas quem se preocupa com isso? Um continente vai pôr-se em movimento e a Europa está langorosamente adormecida. Há quinze anos, era a Ásia que se revolvia. Então, divertiam-se. Agora, a Europa e os Estados Unidos eriçam-se. Os 650 milhões de chineses, tranquilos possuidores de um segredo imenso, constroem, por si sós, um mundo. Parto de um mundo.

Chawki. Um homem curioso. Comandante do ELN, originário de Souf. Pequeno, seco, olhos implacáveis, como geralmente são os dos velhos guerrilheiros. Há muito que identifico a antiguidade de um guerrilheiro pelo brilho dos seus olhos. Esses olhos não enganam. Dizem abertamente que assistiram a coisas duras: repressões, torturas, canhonadas, perseguições, eliminações... Lê-se nesses olhos uma espécie de altivez, de dureza quase mortífera. E também de inintimidação. Com homens assim depressa nos habituamos a estar atentos. Podemos dizer-lhes tudo, mas têm de sentir e tocar a Revolução nas palavras pronunciadas. Muito difícil enganá-los, contorná-los, desorientá-los.

De momento, Chawki e eu partilhamos o mesmo leito. As nossas discussões prolongam-se pela noite dentro e fico perpetuamente encantado perante a sua inteligência e a lucidez dos seus pensamentos. Diplomado pela Universidade Islâmica da Zitouna, na Tunísia, quis entrar em contacto com a civilização ocidental. Instalou-se em Argel para ali aprender francês, ver, julgar, discriminar. Mas a atmosfera de Argel com os colonos cheios de desprezo, a sua completa ignorância da língua francesa, o hermetismo do meio europeu, decidem-no a ir para França. Durante dois anos vive em Paris, introduz-se nos círculos europeus, assedia as bibliotecas e devora centenas de livros.

Por fim, volta a Argélia e propõe-se valorizar as terras do pai. 1954. Pega na espingarda de caça e junta-se aos irmãos. Conhece o Sáara às mil maravilhas. Essa imensidão desértica e inumana reveste-se de pormenores infindáveis quando fala dela. Recantos hospitaleiros, vias perigosas, regiões mortais, direcções de penetração, o Sáara é um verdadeiro mundo onde Chawki se movimenta com uma temeridade e uma perspicácia de grande estratego. Os Franceses nem sequer suspeitam das partidas que este homem se prepara para lhes pregar.

É preciso dizer que a nossa missão ia terminando nas salas de interrogatório da Argélia. Em Accra, o empregado da Ghana Airways, Mensa, que exige por cada marcação algumas

dezenas de milhares de francos, confirmara-nos o trajecto Monrovia-Conakry. Ora, no aeródromo liberiano informaram-nos de que o avião estava cheio e tínhamos de esperar pelo dia seguinte para chegar a Conakry num avião da Air France. Os empregados foram anormalmente atenciosos connosco e propuseram-nos que fosse a Companhia a pagar todas as despesas da estada. Esta solicitude exemplar, a nacionalidade francesa de vários empregados e o comportamento de vivandeira de uma francesa solícita e o mais possível embaladora levaram-nos a mudar de caminho. Decidimos deixar Monrovia por estrada e entrar na Guiné à noite por N'Zérékoré.

Até ao último minuto, os empregados estavam persuadidos de que apanharíamos o avião, que nesse dia tinha duas horas de atraso.

A segunda agência francesa tinha-se encarregado do assunto. Ao deixar Robertsfield, o avião, em vez de se dirigir para Freetown, arrepiou caminho e aterrou em Abidjan, onde foi revistado pelas forças francesas.

É claro que o Governo da Costa do Marfim tem uma responsabilidade de primeiro plano neste caso. Tal operação não poderia ter-se desenrolado sem a sua cumplicidade ou pelo menos sem a sua condescendência. Houphouët-Boigny, que alguns tentam ilibar, continua a representar no sistema colonial francês um papel de primeiro plano, e os povos africanos ganhariam em isolá-lo e em precipitar a sua queda. Houphouët-Boigny é objectivamente o freio mais consciente da evolução e da libertação da África. Enfim, a agência francesa deve ter-se arrependido. Semelhante operação só compensa quando tem êxito. Nestas condições, o malogro público revela métodos de banditismo que arriscam provocar uma certa relutância até naqueles que tinham aceitado fechar os olhos.

Espero, em todo o caso, que os serviços franceses nos tenham perdido o rasto.

Eis-nos em Bamako, capital do Mali. Modibo Keita, sempre militante, compreende imediatamente. Não há necessidade de grandes discursos. As nossas sessões de trabalho avançam

depressa. Muito rapidamente os irmãos das transmissões discutem com ele e decidem instalar em Kayes um serviço de escuta. Penso que até 5 de Dezembro começará a funcionar. Por agora, estamos alojados no centro de abrigo do quartel de Bamako. Alerta de combate todos os dias. N'Krumah chega no dia 21 em visita oficial.

Em Bamako, o elemento francês continua a ser importante. Livrarias, farmácias, casas comerciais, pertencem na sua maioria aos colonos franceses. Aqui e ali cruzamo-nos com um comandante, dois sargentos... Ontem, domingo, dia 20, um adjunto francês ao serviço do Exército mali, vindo de Segou com uma companhia, chegou ao centro de abrigo. Apresentou-se muito delicadamente e apertou-nos a mão. Queria saber se podíamos arranjar-lhe uma cama. Nestas ocasiões, é preciso um pouco de humor. Em todo o caso, mandámos entrar de serviço uma sentinela a partir das 20 horas. De vez em quando veículos guiados por europeus andam à volta da *villa*. Este recanto não é muito seguro. Felizmente, as coisas precipitam-se. Terça-feira, 22, às 5 da manhã, partimos para Gao. A estrada Bamako-Tombuctu está intransitável.

De Bamako atingimos Segou, onde Jouanelle nos acolhe. Metemos gasolina e chegamos a San. Depois a Mopti. Em Mopti, um contratempo. À saída da cidade: uma barreira de polícias, e as sentinelas exigem-nos os passaportes. Discussões penosas, pois apesar do papel do ministro do Interior, os polícias querem saber as nossas identidades. Finalmente, chega o chefe de posto e é forçoso que me apresente. Mas parece que estamos em presença de um homem que procura tirar informações. Pretende saber a natureza da missão e a qualidade dos meus companheiros.

Então irrito-me e peço-lhe que me retenha e me prenda por me ter recusado a mostrar os papéis. Colocado nesta situação, compreende que fez asneira e deixa-nos partir prometendo-nos sigilo absoluto.

A estrada Mopti-Douentza está uma porcaria. Prosseguimos através de uma floresta adivinhando os rastos de uma

viatura que lá deve ter passado há seis meses. Semelhante exploração em plena noite é muito penosa e perdemo-nos por mais de uma vez. Finalmente, às 2 da manhã chegamos. Ninguém na aldeia. O comandante está ausente e a mulher manda-nos para o acampamento... que está fechado. Uns na viatura, outros noutro lado, conseguimos, apesar de tudo, descansar um pouco. Às 7 horas, partida para Gao, via Hombori. Às 21 horas, batemos à porta do comandante. Dez minutos depois estamos em pleno trabalho. A coisa corre bem e os Malis estão absolutamente decididos a ajudar-nos na criação desta terceira frente. Falou-se entretanto da odisseia Leclerc. A que estamos a preparar, se o Governo Francês não o perceber a tempo, transformará o episódio Leclerc numa excursão banal. Em Gao, encontramos uma documentação completa deixada pelos serviços secretos franceses sobre os confins argelino-marroquinos. Todos os nomes de argelinos que lá vivem estão mencionados. Está também mencionada à margem a sua maior ou menor adesão às ideias nacionalistas. Encontramos facilmente em negativo a ossatura de uma célula de trabalho e de passagem. Obrigado, comandante Cardaire.

Depois de dois dias em Gao, dirigimo-nos a Aguerhoc. O comandante de Gao manda-nos largar as nossas roupas e oferece a cada um de nós um bom uniforme de *goumier* com uma Mas 36 e 20 cartuchos. Aliás, teremos ocasião de matar uma abetarda e várias corças.

Em Aguerhoc encontramos, pela 23 horas, o chefe da subdivisão de Kidal, que está acompanhado pelo chefe de posto de Tessalit. Apresentação. Trinta minutos depois discutimos estratégia, terreno, passagem...

É emocionante viver estes instantes. Foi preciso que estes dois responsáveis soubessem quem éramos para que toda uma imensa cumplicidade, até aqui latente, se exprimisse. Dão-nos tudo o que queremos. Queremos ver de perto a fronteira, Tessalit, Bouressa em frente de Tir, Zaouaten, onde os franceses, apressados, constroem um aeródromo...? De acordo.

E eis que partimos por uma estrada de cerca de 1000 km.

Esta parte do Sáara não é de modo nenhum monótona. Mesmo lá no alto, o céu muda constantemente. Há poucos dias assistimos a um pôr do Sol que tornava violeta o trajo do céu. Hoje, é um vermelho muito duro que limita o olhar. Aguerhoc, Tessalit, Bouressa. Em Tessalit atravessamos o acampamento militar francês. Um militar francês em tronco nu faz-nos sinais amistosos. Os braços cair-lhe-iam se lhe fosse dado adivinhar quem se esconde por detrár destes uniformes de *goumier*.

Em Bouressa estabelecemos contacto com um grupo nómada mali. Ficamos a conhecer cada vez mais pormenores sobre as forças francesas. Bordj le Prieur, Tir Zaouaten, Bidon V.

E, além disso, Tamanrasset, onde, por amostras, conseguimos ter uma ideia bastante exacta dos efectivos franceses. Os guias que encontramos em Bouressa têm ar de sérios e decididos. Teremos de os utilizar prioritariamente.

Em Kidal consulto alguns livros de história do Sudão. Revejo, com a intensidade que as circunstâncias e os lugares impõem, os velhos impérios do Ghana, do Mali, de Gao, e a impressionante odisseia das tropas marroquinas com o famoso Djouder. Nem tudo é simples. Eis que a Argélia em guerra vem solicitar a ajuda do Mali. Ora, durante esse tempo, Marrocos exige a Mauritânia e uma parte do Mali... E ainda uma parte da Argélia.

Eis que nos preparamos para revolver de alto a baixo, em torno de um campo de batalha, onde será necessário muito rigor e sangue-frio, esta região saariana trabalhada por tantas influências e onde os oficiais franceses não se cansam de criar focos de dissidência. Algumas reflexões recolhidas aqui e ali, sempre muito vigorosas quando se trata do Islão e da raça, exigem uma prudência redobrada.

O colonialismo e seus derivados não constituem, a bem dizer, os inimigos actuais da África. A curto prazo, este continente será libertado. Pela minha parte, quanto mais penetro nas culturas e nos círculos políticos, mais se me impõe a certeza de que o grande perigo que ameaça a África é a ausência

de ideologia. A velha Europa andou a penar durante séculos antes de perfazer a unidade nacional dos Estados. E mesmo que lhe fosse possível pôr um ponto final, quantas guerras ainda! Com o triunfo do socialismo na Europa oriental assiste-se a um desaparecimento espectacular das velhas rivalidades, das tradicionais reivindicações territoriais. Este foco de guerras e de assassinatos políticos que a Bulgária, a Hungria, a Estónia, a Eslováquia, a Albânia, representavam deu lugar a um mundo coerente cujo objectivo é a edificação da sociedade socialista.

Pelo contrário, em África, os países que se tornam independentes são tão instáveis como as suas novas burguesias ou os seus príncipes renovados. Depois de alguns passos hesitantes na arena internacional, as burguesias nacionais, não sentindo já a ameaça da potência colonial tradicional, descobrem de súbito grandes apetites. E, como não têm ainda prática política, entendem conduzi-los como um negócio. Prebendas, ameaças, ou mesmo, literalmente, despojamento da vítima. Tudo isto é, evidentemente, lamentável, porque os pequenos Estados não têm outro remédio senão suplicar à antiga metrópole que fique um pouco mais. Igualmente, nesses pseudo-Estados imperialistas, uma política militarista a todo o transe provoca a diminuição dos investimentos públicos em países em parte ainda medievais. Os operários descontentes sofrem uma repressão tão implacável como a dos períodos coloniais. Sindicatos e partidos políticos da oposição estão confinados a uma quase clandestinidade. O povo, que dera tudo nas horas difíceis da luta de libertação nacional, interroga-se, de mãos e barriga vazias, sobre o grau de realidade da sua vitória.

Há quase três anos que tento libertar a nebulosa ideia da unidade africana dos marasmos subjectivistas, ou mesmo abertamente fantasmáticos, da maioria dos seus partidários. A unidade africana é um princípio a partir do qual nos propomos construir os Estados Unidos da África, sem passar pela fase nacional chauvinista burguesa com o seu cortejo de guerras e de lutos.

Para se chegar a esta unidade, todas as combinações são possíveis.

Alguns países, como a Guiné, o Ghana, o Mali e talvez amanhã a Argélia, põem em primeiro plano a acção política. Outros, como a Libéria e a Nigéria, insistem na cooperação económica. A RAU, por seu lado, insistiria mais no plano cultural. Tudo é possível e tanto uns como os outros deveriam evitar desacreditar ou denunciar os que vêem essa unidade, essa aproximação dos Estados africanos, de uma maneira diferente da sua. O que é preciso evitar é a tensão ghano-senegalesa, a tensão somalo-etíope, marroco-mauritaniana, congolo-congolesa... Na realidade, os Estados colonizados que se tornaram independentes pela via política parecem não ter outras preocupações além de descobrir um verdadeiro campo de batalha com ferimentos e destruições. No entanto, é claro que esta explicação psicológica, que se reporta a uma hipotética necessidade de desrecalcamento da agressividade, não nos satisfaz. Mais uma vez temos de recorrer aos esquemas marxistas. As burguesias triunfantes são as mais impetuosas, as mais empreendedoras, as mais anexionistas que há (não foi por acaso que a burguesia francesa de 1789 pôs a Europa a ferro e fogo).

Indicações técnicas

1.º Passagens para camiões: difícil de realizar de imediato. É necessário preparar a coisa. Contactar o motorista. Depois, estudar o processo. Estudar os depósitos. Isto exigirá, se quisermos rodear-nos do mínimo de cuidado e assegurar o máximo de êxito, pelo menos três meses de preparação a partir do início real da aplicação do projecto.

2.º O problema é saber o que se quer:

a) Ou alimentar forças já existentes no Sáara;

b) Ou alimentar as *wilayas* I e V e os restos da VI;

c) Ou criar literalmente uma série de linhas de ataque perpendiculares ao Atlas Telliano que eventualmente encon-

trariam e trabalhariam conjuntamente com as *wilayas* já existentes. Evidentemente, pode-se replicar que estas soluções não são exclusivas e que as três opções podem caber num mesmo programa. De qualquer maneira, é necessário que uma destas três possibilidades tenha prioridade, mesmo que o conjunto da operação saariana inclua as três.

Pessoalmente inclino-me para o ponto *c*). Como realizá-lo?

Antes de mais, trazer para a fronteira o máximo de material. Nos próximos dois meses: 10 000 espingardas; 4000 P.M.; 1500 F.M.; 600 metralhadoras; 300 a 400 lança-foguetes.

As minas e as granadas não directamente utilizáveis no Sáara deveriam ser reservadas para o abastecimento das *wilayas* do Norte.

Que fazer com estas armas, quer dizer, como realizar a acção?

Vejo o problema segundo duas direcções:

Uma, vertical;
A outra, horizontal.

A direcção horizontal é a direcção de implantação, enquanto a vertical é a de penetração.

Uns quarenta elementos conhecedores do Sáara e excelentes militantes poderiam ser nomeados chefes de comando.

Estes comandos evoluiriam em grupos de 10. Cada comando poderia comportar à partida 20 a 25 membros, ficando a cargo dos chefes fazer subir rapidamente o número para 100, mesmo 150. O recrutamento, a princípio, seria feito localmente. Não só elementos argelinos que vivem no Mali, mas também elementos tuaregues malis. Isto pode ser feito num mês e meio. A partir de hoje até 15 de Janeiro podemos armar e introduzir na Argélia 500 a 800 homens armados.

A primeira vaga é de politicização, de mobilização. Deverá evitar-se a escaramuça e deixar passar as ocasiões de ferir o inimigo, mesmo que o êxito esteja garantido. O seu papel é despertar as populações, sossegá-las quanto ao futuro, mostrar

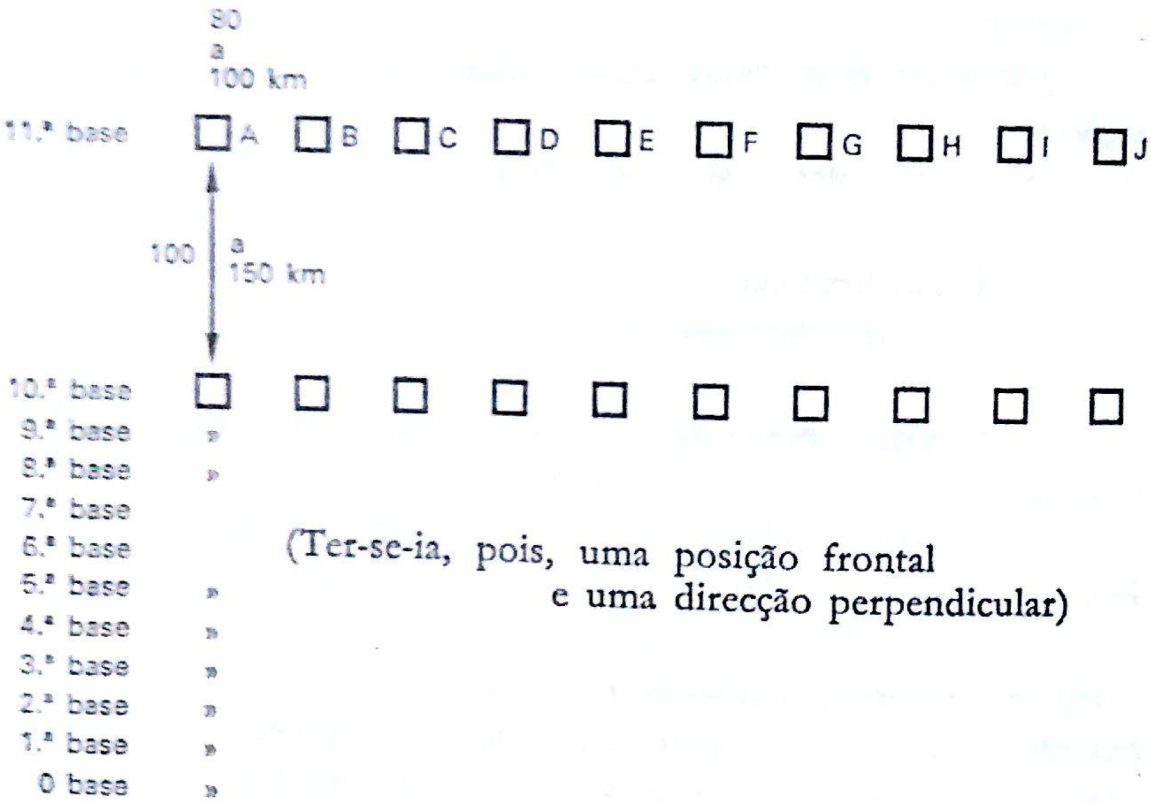
o armamento do ELN, libertá-las psicologicamente e mentalmente da influência do inimigo.

Em cada tribo importante que se encontre o comando deve recrutar cerca de 3 a 4 novos membros e deixar 3 ou 4 dos seus membros de origem. Porque:

a) Os novos recrutas conhecem o terreno em frente e servem a princípio de traço de união, de intérpretes políticos junto das tribos do Norte;

b) Os membros do comando que ficam preparam os diferentes canais de ligação que acolherão as vagas seguintes.

Teríamos, pois, o esquema seguinte:



Ao mesmo tempo, colunas de abastecimento passariam na 1.ª base.

A 2.ª base enviaria para a 1.ª base colunas de abastecimento.

A 3.ª base para a 2.ª... e assim sucessivamente. Só quando as bases avançadas tiverem recebido 3 ou 4 remessas de abastecimento é que se poderá pôr a questão do desencadeamento das operações.

Aliás, nessa altura, os contactos com os caminheiros e talvez uma situação melhor no Fezzan permitir-nos-ão alimentar regularmente os grupos do ELN.

Cada grupo de 25 teria o seguinte armamento:

2 lança-foguetes e 20 obuses;
2 metralhadoras, sendo 1 antiaérea;
3 F.M.

Os grupos partiriam com dois dias de intervalo. Seria preciso prever um posto de rádio:

À partida, para a base 0, que se encontraria em D;

Para a 4.ª base, que se encontraria em J;

Para a 9.ª base, que se encontraria em A;

e dois ou três postos ao longo da fronteira.

Estes postos fronteiriços terão horas de comunicação com o Estado-Maior Norte e com cada um dos postos das bases 0, 4.ª e 9.ª

2

A morte de Lumumba: Podíamos ter agido de outro modo?[1]

Os observadores que se encontravam nas capitais africanas em Junho de 1960 podiam dar-se conta de um certo número de factos. Com efeito, aí convergiam estranhas personagens, cada vez mais numerosas, vindas de um Congo aparecido recentemente na cena internacional. Que diziam estes congoleses? Diziam não importa o quê. Que Lumumba estava vendido aos Ghaneses. Que Gizenga fora comprado pelos Guineenses, Kashamura pelos Jugoslavos. Que os civilizadores belgas partiam cedo de mais, etc.

Mas se nos lembrássemos de levar para um canto um desses congoleses, de interrogá-lo, então aperceber-nos-íamos de que algo muito grave se tramava contra a independência do Congo e contra a África.

Havia senadores e deputados congoleses que, logo depois das festas da independência, desapareciam do Congo e iam... para os Estados Unidos. Outros instalavam-se durante várias semanas em Brazzaville. Convidavam-se sindicalistas a ir a New York. Ainda aqui, se tomássemos de parte um desses deputados ou senadores e o interrogássemos, tornava-se evidente que todo um processo muito preciso se ia desenrolar.

Já antes de 1 de Julho de 1960 estava lançada a operação Katanga. O seu fim? Certamente, salvaguardar a União Mineira. Mas, para além dessa operação, era uma concepção belga que era defendida. Um Congo unificado, com um governo central,

1 *Afrique Action*, n.º 19, de 20 de Fevereiro de 1961.

ia contra os interesses belgas. Apoiar as reivindicações descentralizadoras das diversas províncias, provocar essas reivindicações, alimentá-las, tal era a política belga antes da independência.

Na sua tarefa, os Belgas eram ajudados pelas autoridades da Federação Rodésias-Niassalândia. Sabemos hoje, e Hammarskjoeld melhor do que ninguém, que antes de 30 de Junho de 1960 uma ponte aérea Salisbúria-Elisabethville fornecia armas ao Katanga. Lumumba proclamara certo dia que a libertação do Congo seria a primeira fase da independência completa da África Central e Meridional e definira muito precisamente os seus objectivos próximos: apoio aos movimentos nacionalistas da Rodésia, de Angola, da África do Sul.

Um Congo unificado com um anticolonialista militante à sua cabeça constituía um perigo real para essa África sulista, muito propriamente sulista, diante da qual o resto do Mundo tapa a cara. Queremos dizer, diante da qual o resto do Mundo se contenta com chorar, como em Sharpville, ou com fazer exercícios de estilo por ocasião das jornadas anticolonialistas. Lumumba, porque era o chefe do primeiro país desta região a obter a independência, porque sabia concretamente o peso do colonialismo, tinha-se comprometido em nome do seu povo a contribuir fisicamente para a morte dessa África. Que as autoridades do Katanga e de Portugal tenham feito tudo para sabotar a independência do Congo, não nos espanta. Que tenham reforçado a acção dos Belgas e aumentado o ímpeto das forças centrífugas no Congo, é um facto. Mas este facto não explica a deterioração que progressivamente se instalou no Congo, este facto não explica o assassinato, friamente decidido, friamente dirigido, de Lumumba, essa colaboração colonialista no Congo é insuficiente para explicar por que é que em Fevereiro de 1961 a África vai conhecer, em torno do Congo, a sua primeira grande crise. A sua primeira grande crise, porque terá de demonstrar se avança ou se recua. Terá de compreender que já lhe não é possível avançar por regiões, que, como um grande corpo que recusa qualquer mutilação,

terá de avançar na totalidade, que não haverá uma África que luta contra o colonialismo e outra que tenta arranjar-se com o colonialismo. A África, isto é, os Africanos, terão de compreender que nunca há grandeza a adiar e que nunca é desonra dizer o que se é e o que se quer e que, na realidade, a habilidade do colonizado só pode ser, em última instância, a sua coragem, a concepção lúcida dos seus objectivos e das suas alianças, a tenacidade que confere à sua libertação.

Lumumba acreditava na sua missão. Tinha uma confiança exagerada no povo. Esse povo, para ele, não só não se podia enganar, mas também não podia ser enganado. E, com efeito, tudo parecia dar-lhe razão. Por exemplo, cada vez que numa região os inimigos do Congo conseguiam levantar a opinião contra ele, bastava-lhe aparecer, explicar, denunciar, para que a situação voltasse à normalidade. Singularmente, esquecia que não podia estar em todo o lado ao mesmo tempo e que o milagre da explicação era menos a verdade daquilo que expunha do que a verdade da sua pessoa.

Lumumba tinha perdido a batalha pela presidência da República. Mas, porque encarnava antes do mais a confiança que o povo congolês depositava nele, porque confusamente os povos africanos tinham compreendido que só ele se preocupava com a dignidade do seu país, Lumumba não deixou de exprimir o patriotismo congolês e o nacionalismo africano no que têm de mais rigoroso e de mais nobre.

Então, outros países muito mais importantes do que a Bélgica ou Portugal decidiram interessar-se directamente pela questão. Lumumba foi contactado, interrogado. Depois do seu périplo pelos Estados Unidos, a decisão estava tomada: Lumumba devia desaparecer.

Porquê? Porque os inimigos de África não se enganavam. Tinham compreendido perfeitamente que Lumumba estava vendido, vendido à África, entenda-se. Quer dizer que já não era possível comprá-lo.

Os inimigos da África deram-se conta, com um certo terror, de que se Lumumba triunfasse, em pleno coração do

dispositivo colonialista, com uma África francesa a transformar-se em comunidade renovada, uma Angola «província portuguesa» e finalmente a África Oriental, acabava-se a África «deles», acerca da qual tinham planos muito precisos.

O grande sucesso dos inimigos da África foi terem comprometido os próprios africanos. É certo que esses africanos estavam directamente interessados no homicídio de Lumumba. Chefes de governos fantoches, no seio de uma independência fantoche, confrontados dia a dia com uma oposição massiva dos seus povos, não levaram muito tempo a convencer-se de que a independência real do Congo os poria pessoalmente em perigo.

E houve outros africanos, um pouco menos fantoches, mas que se aterravam quando a questão era desligar a África do Ocidente. Dir-se-ia que estes Chefes de Estado africanos receiam sempre encontrar-se diante da África. Também estes, menos activamente, mas conscientemente, contribuíram para a deterioração da situação no Congo. Pouco a pouco, o Ocidente punha-se de acordo sobre a necessidade de intervir no Congo, concordava que não se podia deixar as coisas evoluir a semelhante ritmo.

Pouco a pouco, ganhava corpo a ideia de uma intervenção da ONU. Então, podemos dizê-lo hoje, dois erros simultâneos foram cometidos pelos Africanos.

Em primeiro lugar por Lumumba, quando solicitou a intervenção da ONU. Não se devia recorrer à ONU. A ONU nunca foi capaz de resolver validamente um único dos problemas postos à consciência do homem pelo colonialismo, e sempre que interveio foi para ir concretamente em socorro da dominação colonialista do país opressor.

Veja-se os Camarões. De que paz gozam os súbditos de Ahidjo, mantidos em respeito por um corpo expedicionário francês que, na sua maioria, iniciou a sua carreira de armas na Argélia? A ONU, todavia, tem controlado a autodeterminação dos Camarões e o Governo Francês instalou aí um «executivo provisório».

Veja-se o Vietname.

Veja-se o Laos.

Não é verdade dizer que a ONU falha porque as causas são difíceis.

Na realidade, a ONU é a carta jurídica que os interesses imperialistas utilizam quando a carta da força bruta não deu resultado.

As divisões, as comissões mistas controladas, as colocações sob tutela, são meios legais internacionais de torturar, quebrar a vontade de independência dos povos, de cultivar a anarquia, o banditismo e a miséria.

Porque, enfim, antes da chegada da ONU não havia massacres no Congo. Após os boatos alucinantes propagados de propósito por ocasião da partida dos Belgas, só se contava uma dezena de mortos. Mas desde a chegada da ONU habituámo-nos todas as manhãs a saber que os Congoleses se massacravam uns aos outros às centenas.

Dizem-nos hoje que provocações repetidas foram montadas por belgas disfarçados de soldados da Organização das Nações Unidas. Revelam-nos hoje que funcionários civis da ONU tinham, com efeito, montado um novo governo no terceiro dia da investidura de Lumumba. Então compreendemos muito melhor aquilo a que chamaram a violência, a rigidez, a susceptibilidade de Lumumba.

Na verdade, tudo demonstra que Lumumba foi anormalmente calmo.

Os chefes da missão da ONU contactavam com os inimigos de Lumumba e com eles firmavam decisões que comprometiam o Estado do Congo. Como deve reagir um Chefe de Estado num caso destes? O fim procurado e atingido é o seguinte: manifestar a ausência de autoridade, provar a carência do Estado.

Portanto, motivar o sequestro do Congo.

O erro de Lumumba foi, então, num primeiro tempo, acreditar na imparcialidade amistosa da ONU. Esquecia singularmente que a ONU, no estado actual, não passa de uma

assembleia de reserva, posta de pé pelos Grandes, para continuar entre dois conflitos armados a «luta pacífica» pela partilha do Mundo. Se Iléo, em Agosto de 1960, afirmava a quem o queria ouvir que era preciso enforcar Lumumba, se os membros do gabinete de Lumumba não sabiam o que fazer dos dólares que, a partir dessa altura, invadiram Léopoldville, enfim, se Mobutu se dirigia todas as noites a Brazzaville para aí fazer e ouvir o que adivinhamos melhor agora, então porquê virar-se com tal sinceridade, tal ausência de reserva para a ONU?

Os Africanos deverão recordar esta lição. Se necessitarmos de uma ajuda externa, chamemos os nossos amigos. Só eles podem realmente e totalmente ajudar-nos a realizar os nossos objectivos, porque, precisamente, a amizade que nos liga a eles é uma amizade de combate.

Mas, por sua vez, os países africanos cometeram um erro ao terem aceitado enviar as suas tropas a coberto da ONU. De facto, admitiam ser neutralizados e, sem se darem conta, permitiam que os outros manobrassem.

Com certeza que era preciso enviar tropas a Lumumba, mas não no quadro da ONU. Directamente. De país amigo para país amigo. As tropas africanas no Congo experimentaram uma derrota moral histórica. Com as armas pousadas, assistiram sem reagir (porque tropas da ONU) à desagregação de um Estado e de uma nação que, no entanto, a África inteira tinha saudado e cantado. Uma vergonha.

O nosso erro, Africanos, foi ter esquecido que o inimigo nunca recua sinceramente. Nunca compreende. Capitula, mas não se converte.

O nosso erro foi ter acreditado que o inimigo tinha perdido combatividade e nocividade. Se Lumumba incomoda, Lumumba desaparece. A hesitação no assassínio nunca caracterizou o imperialismo.

Vejam Ben M'Hidi, vejam Moumié, vejam Lumumba. O nosso erro foi termos sido um pouco confusos nos nossos passos. É um facto existirem traidores, hoje, em África. Era

necessário denunciá-los e combatê-los. Que isto seja duro depois do sonho magnífico de uma África debruçada sobre si própria e submetida às mesmas exigências de verdadeira independência, nada muda à realidade.

Houve africanos que caucionaram a política colonialista no Congo, serviram de intermediários, caucionaram as actividades e os singulares silêncios da ONU no Congo.

Hoje têm medo. Rivalizam em hipocrisia à volta de Lumumba abatido. Não nos enganemos, exprimem o medo dos seus mandantes. Também os imperialistas têm medo. E têm razão, porque muitos africanos, muitos afro-asiáticos, compreenderam. Os imperialistas vão marcar um tempo de espera. Vão esperar que «a emoção legítima» se acalme. Devemos aproveitar este curto prazo para abandonar as nossas diligências receosas e decidir salvar o Congo e a África.

Os imperialistas decidiram abater Lumumba. Fizeram-no. Decidiram constituir legiões de voluntários. Já estão a postos.

A aviação catanguesa sob as ordens de pilotos sul-africanos e belgas começou há alguns dias a metralhar o terreno.

De Brazzaville, aviões estrangeiros, cheios de voluntários e de oficiais pára-quedistas, dirigem-se em socorro de um certo Congo.

Se decidimos apoiar Gizenga, devemos fazê-lo resolutamente.

Porque ninguém conhece o nome do próximo Lumumba. Há em África uma certa tendência representada por certos homens. É esta tendência perigosa para o imperialismo que está em causa. Cuidemos em nunca o esquecer: é a sorte de todos nós que se joga no Congo.

COLECÇÃO TERCEIRO MUNDO

1
A Libertação da Guiné
Basil Davidson

2
Lutar por Moçambique
Eduardo Mondlane

3
O Fim de uma Era: O Colonialismo Português em África
Eduardo de Sousa Ferreira

4
A Experiência Chilena — Reformismo ou Revolução?
Alain Labrousse

5
Mãe Negra
Basil Davidson

6
A Igreja e a Política no Brasil
Márcio Moreira Alves

7
Em Defesa da Revolução Africana
Frantz Fanon

8
Breve História de África
Roland Oliver e J. D. Fage

9
Que é o Desenvolvimento?
Yves Benot

10
A Crise do Imperialismo
Samir Amin e outros

11
Angola sob o Domínio Português
Gerald J. Bender

No prelo

12
A Pilhagem do Terceiro Mundo
Pierre Jalée

13
O Imperialismo nos Anos Setenta
Pierre Jalée

14
Ideologias das Independências Africanas
Yves Benot

15
Da China
Maria Antonietta Macciocchi

16
O Neocolonialismo — Ultimo Estádio do Imperialismo
Kwame Nkrumah

Walter Günther
12/2004

Composto e impresso na *Tipografia Guerra*, Viseu, Portugal

Terceiro Mundo

1 11 007